



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM COMUNICAÇÃO  
E SOCIEDADE - PPGCom

**PAUTANDO GÊNERO:**  
NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE A PROIBIÇÃO DA DISCUSSÃO  
DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Palmas (TO), maio de 2018

**ANA PAULA DOS SANTOS**

**PAUTANDO GÊNERO:**  
NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE A PROIBIÇÃO DA DISCUSSÃO  
DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Sociedade.

Orientadora: Dra. Cynthia Mara Miranda,

Palmas (TO), maio de 2018.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- S237p Santos, Ana Paula dos .  
Pautando Gênero : : Narrativas jornalísticas sobre a proibição da discussão de gênero na educação . / Ana Paula dos Santos. – Palmas, TO, 2018.  
122 f.  
  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2018.  
Orientadora : Cynthia Mara Miranda  
  
1. Gênero. 2. Mídia. 3. Educação. 4. Narrativas. I. Título

**CDD 302.2**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

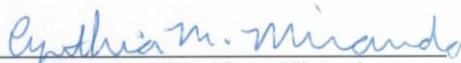
ANA PAULA DOS SANTOS

**“PAUTANDO GÊNERO: Narrativas jornalísticas sobre a proibição da discussão de gênero na educação”.**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 30/05/ 2018

Banca Examinadora



**Dra. Cynthia Mara Miranda**  
Universidade Federal do Tocantins  
Orientador



**Dra. Alice Agnes Spindola Mota**  
Universidade Federal do Tocantins  
Primeiro avaliador



**Dra. Verônica Dantas Meneses**  
Universidade Federal do Tocantins  
Segundo avaliador

---

**Dra. Carlos Fernando Martins Franco**  
Universidade Federal do Tocantins  
Suplente

Palmas, 30 de maio de 2018

*À minha mãe Roselene, que sempre acreditou nos seus filhos e continua nos incentivando a cada passo.*

*Ao meu amado filho Lorenzo, companheiro incondicional e torcedor número um, sem o qual nada disso teria sentido.*

*O correr da vida embrulha tudo.  
A vida é assim: esquenta e esfria,  
aperta e daí afrouxa,  
sossega e depois desinquieta.  
O que ela quer da gente é coragem.  
(Guimarães Rosa)*

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho de pesquisa, não seria possível de ser realizado se eu tivesse caminhado sozinha. Por isso reconheço a importância de ter ao meu lado pessoas que durante a trajetória do mestrado ensinaram e aprenderam comigo, incentivaram quando eu queria desistir, me acolheram quando a vontade era de isolamento, apostaram na minha capacidade quando eu mesma não acreditava e vibraram junto comigo à cada pequena conquista.

Em primeiro lugar, agradeço a minha orientadora professora doutora Cynthia Mara Miranda, pelo exemplo de pesquisadora séria e dedicada, pelo seu comprometimento em firmar o lugar da mulher na academia e na sociedade de forma consistente e emancipadora, com o propósito de fazer do mundo um lugar melhor a partir da desconstrução da hierarquia entre os gêneros.

Agradeço às professoras Amanda Leite, Veronica Meneses e Alice Agnes, por aceitarem os convites para participar das bancas de qualificação e defesa, e pela certeza da seriedade da avaliação e imensa contribuição de cada uma para o avanço da pesquisa. E por extensão ao grupo de professores do programa, os quais me apresentaram com tanta responsabilidade o campo de pesquisa em comunicação e jornalismo.

À Universidade Federal do Tocantins, instituição à qual sou vinculada como técnica administrativa em educação, pela oportunidade de obtenção do afastamento para estudos por meio do pelo Programa de Incentivo a Qualificação.

Aos colegas Alan, Aron, Yago, Mayana, Marina e William, companheiros dessa jornada e desta história bonita que foi fazer parte da 1ª turma do Mestrado em Comunicação e Sociedade, e que se transformaram em grandes amigos de vida.

À minha família – minha mãe Roselene, meu padrasto Argemiro, meus irmãos Nei e Bruna, para que continuemos sempre, e incondicionalmente, torcendo pelo sucesso e felicidade um do outro.

E finalmente, mas imensuravelmente importante agradeço à família que constituí e que me constitui – meu filho Lorenzo e marido Leandro. Obrigada por estarem presentes tanto e sempre, desde o primeiro dia, vibrando com a conquista da aprovação na seleção de mestrado, passando por todas as fases de dúvidas, raivas, alegrias, conquistas, incertezas, ausências e presenças, que fizeram parte da nossa vida nesses dois anos. Chegamos!

SANTOS, Ana Paula dos. **Pautando Gênero: Narrativas jornalísticas sobre a proibição da discussão de gênero na educação.** 2018. 122f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

## RESUMO

A discussão sobre as questões de gênero tem atraído atenção de diversos segmentos da sociedade, alcançado visibilidade na mídia e nas redes sociais, além de ser alvo de disputas ideológicas e políticas na esfera pública. No Brasil, desde 2015, no campo da educação, observa-se um acirramento dessas disputas em razão da aprovação do Plano Nacional de Educação, que devido à pressão de setores conservadores do Congresso Nacional, retirou a palavra "gênero" do documento final. Essa supressão teve repercussão nos estados e municípios e representou um retrocesso na luta pelo combate à misoginia, sexismo, homofobia, transfobia e outras discriminações. Entendendo a mídia como um mecanismo complexo de representação social, utilizando a metodologia da Análise Crítica da Narrativa Jornalística, a pesquisa buscou compreender como foram construídas as narrativas jornalísticas em jornais on-line do Tocantins, sobre as controvérsias e disputas envolvendo a proibição da discussão de gênero nas escolas municipais de Palmas/TO por ocasião da publicação da Medida Provisória nº 06/2016 que alterou o Plano Municipal de Educação. No enredo construído, a partir dos acontecimentos narrados pelos veículos pesquisados, destacaram-se cinco discursos que caracterizaram a forma como as questões de gênero foram abordadas neste contexto. A reprodução discursos religiosos e equívocos no uso de termos relacionados ao tema, ficou evidente. As matérias jornalísticas, em sua grande maioria não provocaram uma efetiva discussão de questões pertinentes ao tema, revelando apenas a reprodução dos fatos e das falas dos envolvidos.

**Palavras-chaves:** Gênero. Mídia. Educação. Jornalismo. Narrativas.

SANTOS, Ana Paula dos. **Pautando Gênero: Narrativas jornalísticas sobre a proibição da discussão de gênero na educação.** 2018. 122f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

#### **ABSTRACT**

The discussion on gender issues has attracted attention from various segments of society, achieved visibility in the media and on social networks, as well as being the target of ideological and political disputes in the public sphere. In Brazil, since 2015, in the field of education, there has been a sharpening of these disputes due to the approval of the National Education Plan, which, due to pressure from conservative sectors of the National Congress, removed the word "gender" from the final document. This suppression had repercussions in the states and municipalities and represented a step backwards in the fight against the misogyny, sexism, homophobia, transphobia and other discriminations. Understanding the media as a complex mechanism of social representation, using the methodology of Critical Analysis of Narrative Journalism, the research sought to understand how journalistic narratives were constructed in online newspapers of Tocantins, about the controversies and disputes involving the prohibition of the discussion of gender in the municipal schools of Palmas/TO on the occasion of the publication of Provisional Measure 06/2016 that changed the Municipal Education Plan. In the constructed plot, from the events narrated by the surveyed vehicles, five speeches were highlighted that characterized the way the gender issues were approached in this context. The reproduction of religious discourses and misunderstandings in the use of terms related to the theme was evident. Most journalistic material did not provoke an effective discussion of issues pertinent to the topic, revealing only the reproduction of the facts and the speeches of those involved.

**Keywords:** Gender. Media. Education. Journalism. Narratives

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Critérios de exclusão .....	52
Tabela 2 - Quantidade de notícias por veículo jornalístico .....	53
Tabela 3 - Quantidade de notícias por termo buscado.....	80
Tabela 4 - Relação quantitativa entre características do site e termos de busca .....	81

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 .....	60
Figura 2 .....	71
Figura 3 .....	75
Figura 4.....	88

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABA	Associação Brasileira de Sociologia
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CLAM	Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IDDH	Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos
IFTO	Instituto Federal de Educação do Tocantins
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTT	Lésbicas Gays Bissexuais Transexuais e Travestis
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PEE	Plano Estadual de Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PL	Projeto de Lei
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PT	Partido dos Trabalhadores
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SEPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINTET	Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

STF	Supremo Tribunal Federal
TO	Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNITINS	Fundação Universidade do Tocantins

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>DISCUSSÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO:RUÍDOS E CONTROVÉRSIAS</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>GÊNERO E COMUNICAÇÃO: UM DEBATE PERIFÉRICO .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1</b>	<b>Gênero e comunicação no brasil.....</b>	<b>36</b>
<b>3.2</b>	<b>Atividade jornalística e a produção da notícia .....</b>	<b>44</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>50</b>
<b>4.1</b>	<b>Análise crítica da narrativa jornalística.....</b>	<b>53</b>
<b>5</b>	<b>QUANDO E COMO O GÊNERO VIROU NOTÍCIA .....</b>	<b>57</b>
<b>5.1</b>	<b>Pressão política e alteração do pme em palmas: reconstrução do plano da estória</b>	<b>58</b>
<b>5.2</b>	<b>Estratégias discursivas presentes nas dissonâncias do uso do conceito de gênero: plano da expressão e da linguagem .....</b>	<b>78</b>
<b>5.3</b>	<b>Uso político do gênero e influência da religião nos espaços de decisão e de poder do estado – plano da metanarrativa .....</b>	<b>86</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>93</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>97</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>108</b>
	<b>APÊNDICE A – QUADRO DAS NOTÍCIAS COLETADAS .....</b>	<b>1099</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Compreender as conceituações sobre as relações de gênero no decorrer da história não foi e não é uma tarefa simples, pois não há um consenso sobre o conceito de gênero e seus usos. Mas as desigualdades marcadas pelas diferenças entre os gêneros são percebidas pela sociedade como um todo, motivo pelo qual a discussão e visibilidade do tema foi um estímulo para se aventurar pelo caminho da pesquisa, na expectativa de compreensão da sua importância na realidade social contemporânea.

Ao apropriar-se das discussões de gênero para o campo da educação, de acordo com o Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras<sup>1</sup> publicado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em 2016, o conceito de gênero é um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder. É nesse sentido que o conceito de gênero tem sido historicamente útil para que muitas pesquisas consigam identificar mecanismos de reprodução de desigualdades no contexto da escola. Segundo o manifesto, ao contrário de ideologias sustentadas pela fundamentação de crenças ou fé, o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos de produção de saberes sobre o mundo. É um conceito que identifica processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino.

No segundo semestre de 2015, como aluna especial do Programa de Mestrado em Educação na Universidade Federal do Tocantins, na disciplina de Currículo e Diversidade, tive acesso a uma série de discussões que estavam sendo realizadas na academia sobre a questão da diversidade de gênero e sua relação com o espaço escolar. Na ocasião, o interesse foi direcionado para essa área de pesquisa maior, que são os estudos de gênero, mas ainda sem a delimitação necessária para transformar em um tema de pesquisa.

Me sentia motivada a refletir sobre a articulação dessas discussões em vários setores da sociedade. As instituições sociais, e aqui usamos o exemplo da escola, funcionam de acordo com a lógica da sociedade da qual fazem parte. Por isso, quando as diferenças se manifestam no espaço escolar, muitas vezes por meio de desigualdades, exclusão e da

---

<sup>1</sup> ASSOCIAÇÃO Brasileira De Antropologia et all. **Manifesto Pela Igualdade De Gênero Na Educação: Por Uma Escola Democrática, Inclusiva e Sem Censuras**. 2015. Disponível em: <[http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto\\_Pela\\_Igualdade\\_de\\_Genero\\_na\\_Educacao\\_Final.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf)> Acesso em 25 ago. 2016

violência, é preciso se atentar para o fato de que a escola é um apenas recorte, uma representação do social.

Os episódios de intolerância e violência em relação às pessoas consideradas diferentes ou fora da norma, motivadas por questões de gênero, raça e sexualidade ocorrem na escola e nos espaços da sociedade. Como essa se constitui em um espaço privilegiado de conhecimento e saberes, é importante fazer dela um lugar onde se combata as desigualdades, as hierarquias e se respeite as diferenças e as identidades de todos os sujeitos, com toda a sua diversidade.

Com o intuito de dar continuidade aos estudos sobre as questões de gênero, cursei de 2015 a 2016 a Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, também pela Universidade Federal do Tocantins. O curso é fruto de um dos projetos do Governo Federal por meio do Ministério da Educação (MEC), com vistas a formar profissionais da área educação para qualificar o debate sobre as diferenças e desigualdades. Foi intermediado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), articulado com a Secretaria de Educação a Distância (SEED), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE) em parceria com Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Com o subsídio de novas leituras e atividades desenvolvidas no curso, foi possível evidenciar que os marcadores sociais (raça, gênero, orientação sexual) são promotores de desigualdades e estão presentes desde muito cedo, se apresentando na escola e nas outras relações sociais privadas e públicas. Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da UFT, interessou especialmente entender como as questões de gênero se articulam historicamente na sociedade e como o entendimento dessas diferenças foi mudando no decorrer tempo por diversos grupos.

O que incentivou a realizar uma pesquisa que analisasse a narrativa midiática local sobre as discussões de gênero na educação foi a falta de aprofundamento e espaço que é dado ao tema nas plataformas de comunicação na sociedade contemporânea. Com o aumento do acesso à informação, os meios de comunicação de massa cada vez mais exercem influência sobre a formação da opinião pública de diversos grupos sociais. Por isso a necessidade de análise da atuação da mídia nesse processo. Se a comunicação é um direito de todas as pessoas, é necessário que esses meios representem os mais diversos grupos.

A partir disso, a mídia aparece como *locus* de pesquisa fundamental nos dias atuais, já que ela também articula as percepções de realidade construída social e culturalmente. Com esses interesses e questionamentos apurados, o olhar da investigação se direcionou para a

perspectiva de pesquisa focada no jornalismo, que é campo de estudos dinâmicos e em permanente disputa epistemológica.

Motta (2005, p. 2) propõe um confronto entre dois paradigmas da pesquisa em jornalismo que orienta o olhar sobre a análise da narrativa sobre gênero. Um deles, o paradigma midiocêntrico, confere ao jornalismo autonomia na relação com a sociedade, com um espaço hegemônico de “poder dizer” e sendo denunciado pelo seu poder de interferir na cultura. Já o paradigma sociocêntrico reconhece a importância da mediação na sociedade nos dias atuais, mas observa como um paradigma contra-hegemônico:

Reconhece que a dinâmica social e política se alteram com a presença da mídia e das novas formas, recursos e linguagens do jornalismo. Dá conta da mediação e da adequação do social a essa nova situação (processo em curso). Mas considera o jornalismo permeável às contradições sociais e às pressões da sociedade civil, sujeito às inúmeras negociações (MOTTA, 2005, p. 2).

A partir da noção de contra hegemonia, e da permeabilidade das relações entre o jornalismo e a sociedade, por se tratar de assunto notoriamente polêmico, optou-se por analisar notícias sobre questões de gênero no âmbito da educação e no contexto da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), onde foi possível identificar várias características de uma narrativa. A sucessão de estados de transformação do acontecimento que notícias sobre a proibição da discussão de gênero das escolas municipais de Palmas enunciaram foram responsáveis por produzir significações, dando sentido a elas.

Um fato ocorrido pode ser apenas relatado nos jornais, escolhido dentre outros tantos outros, para virar notícia, com fins exclusivamente informativos. Mas quando esse fato se configura em um conflito, trazendo julgamento de valor e provocando mudança social, é possível utilizar a metodologia de análise da narrativa para observar essa realidade que mereceu espaço nos jornais.

A pesquisa justifica-se pela elaboração de conhecimento na área de comunicação e gênero, no estado do Tocantins, visto que, em buscas preliminares realizadas em repositórios institucionais, não foram encontradas publicações de pesquisas que tivessem como foco a convergência de estudos das questões de gênero, educação e mídia ou comunicação.

As pesquisas e publicações brasileiras sobre questões que abordem os temas de gênero relacionados à mídia, comunicação e jornalismo também se mostraram incipientes, embora tenham aumentado após os anos 2000. Isso fundamenta a perspectiva de contribuir com a reflexão do papel da mídia na promoção da igualdade de gênero e um debate mais profícuo sobre esses temas nos meios de comunicação, sobretudo jornalísticos.

Assim sendo, o objetivo geral desse trabalho consiste em analisar como as narrativas jornalísticas sobre as questões de gênero foram construídas na mídia tocantinense, especificamente em sites jornalísticos, a partir do episódio identificado propulsor desta narrativa, que é a proibição da discussão de gênero nas escolas municipais de Palmas. Com a repercussão jornalística dada à publicação da Medida Provisória da Prefeitura Municipal, que alterou o Plano Municipal de Educação (PME), a pesquisa firma, ainda, o propósito de identificar as ideias em disputa, grupos sociais que fizeram parte deste processo, abordagens e discursos que influenciaram a mídia local ou que foram influenciados por ela.

Os objetivos específicos desta pesquisa são: realizar o reconhecimento da narrativa a partir do apontamento dos atores sociais e das relações de poder existentes na disputa política em relação às questões de gênero, mapear os aspectos da linguagem utilizada pelos veículos jornalísticos que se evidenciaram no decorrer da narrativa do conflito para compreender como são abordadas as temáticas de gênero e em que contexto metanarrativo se inserem.

Para desenvolver a proposta, este trabalho foi organizado em cinco capítulos. No capítulo 1 é feita a apresentação do tema a partir da descrição do processo de discussão do PME de Palmas, contextualizando as discussões que ocorreram em âmbito nacional no que se refere às questões de gênero.

O capítulo 2 problematiza a discussão entre gênero e mídia, destacando a importância da atuação dessa na sociedade e evidenciando o direito à comunicação como humano fundamental. Já o capítulo 3 detalha as características da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados, fundamentando a escolha das metodologias em relação ao objeto de estudo.

No capítulo 4, apresenta-se a análise das notícias e a discussão dos resultados, a partir das teorias do jornalismo e de pesquisa em jornalismo, articulada com as teorias de gênero. Por fim, no capítulo 5 estão localizadas as considerações finais da pesquisa, relacionando os objetivos identificados inicialmente com os resultados alcançados. São ainda propostas possibilidades de continuação da pesquisa desenvolvida a partir das experiências adquiridas com a execução do trabalho.

## 2 DISCUSSÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO: RUÍDOS E CONTROVÉRSIAS

As discussões de gênero e as tensões provocadas por elas na esfera pública ganharam destaque midiático nacionalmente a partir de 2014, por ocasião da aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), e continuaram no centro das discussões durante o ano de 2015 em todos os estados da federação por ocasião da obrigatoriedade da aprovação dos planos estaduais e municipais de educação. As questões de gênero, dessa forma, chegaram aos espaços legislativos estaduais e municipais e ao adentrarem em tais espaços, o incômodo foi instalado.

Muitos acontecimentos têm marcado o debate sobre gênero e educação no país. Aqui são destacados alguns deles, para contextualizar os processos que envolveram as tentativas de se avançar na pauta no âmbito das políticas públicas. Além disso, por entender que tais acontecimentos repercutem no desdobramento do objetivo da presente pesquisa, que é compreender através da análise da cobertura jornalística, as narrativas e a abordagem dada pela mídia tocantinense às questões de gênero a partir das polêmicas geradas pelo Plano de Educação Municipal de Palmas.

No PNE, a disputa entre os grupos resultou na retirada da palavra gênero do texto final do documento, o que influenciou em restrições ao tema no âmbito dos estados e municípios. O texto vetado no plano colocava como meta a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.

O PNE é um documento que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do país. Tem um prazo de validade de dez anos. O primeiro surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024, de 1961. Ela não foi proposta na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do MEC, aprovada pelo então Conselho Federal de Educação. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais.

Em 1998, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem 180/98, iniciando a tramitação do projeto de lei que instituiria o PNE. O PL 4.173 de 1998 teve como eixos norteadores, do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988, a LDBEN, de 1996, e a Emenda Constitucional nº 14 de 1995, que instituiu o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)<sup>2</sup>. Seu objetivo era melhorar a educação no país, a partir de metas estratégicas em todos os níveis da educação.

Em 2011 retomou-se a discussão para formulação e aprovação de um novo plano, e esse só foi aprovado em 2014. A aprovação do PNE em 2014 determinou que estados e municípios teriam até 26 de junho de 2015 que implementar seus próprios planos. No processo que resultou na aprovação dos planos estaduais e municipais, se viu a reprodução do conservadorismo capitaneado majoritariamente por uma bancada religiosa atuante no poder legislativo e que, segundo Miranda (2017), tem maior representatividade no parlamento brasileiro. Por esse motivo, puderam rechaçar a inclusão do debate de gênero nos documentos educacionais.

Tal fato fez com que, nesses âmbitos locais, os dois temas vetados no PNE também fossem excluídos: identidade de gênero e sexualidade nas escolas. A retirada foi resultado da pressão das bancadas políticas no Congresso Nacional, nas Câmaras Legislativas Estaduais e Municipais, sobretudo as religiosas, que alegaram que trazer o tema à tona deturparia os conceitos de homem e mulher, destruindo o modelo tradicional de família incentivando as crianças a uma sexualização precoce. Além disso, argumentaram que a discussão do assunto seria dever dos pais e não da escola.

No contexto da discussão, tanto do PNE, quanto dos Planos Estaduais e Municipais, foi popularizada a narrativa sobre a “ideologia de gênero”. Este termo foi utilizado pelas bancadas religiosas presentes no Congresso Nacional, alegando que, ao introduzir os conceitos de gênero e diversidade nos currículos escolares, haveria prejuízo ao tradicional conceito de família e aos papéis de homem e mulher. Trata-se de uma narrativa criada no interior de uma parte conservadora da Igreja Católica e no movimento pró-vida e pró-família. O termo foi usado em 1998, em uma Conferência Episcopal da Igreja Católica no Peru, cujo tema foi “A ideologia de gênero – seus perigos e alcances”.

Segundo Furlani (2016), seus criadores se baseiam em dois livros para compor a narrativa chamada “ideologia de gênero”: primeiro, no livro de Dale O’Leary intitulado Agenda de gênero, de 1996. O outro referencial usado na construção dessa narrativa é o livro de Jorge Scala, cuja primeira edição é intitulada Ideologia de gênero: o gênero como ferramenta de poder, de 2010, que no Brasil, recebeu o nome de Ideologia de gênero – o neototalitarismo e a morte da família, de 2015. O autor é um advogado argentino, defensor de

---

<sup>2</sup> BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2014. Disponível em <<http://pne.mec.gov.br/>> Acesso em: 03 out. 2016

causas antiaborto e contra os direitos das mulheres, membro do movimento pró-vida, que apresenta uma série de interpretações dos estudos de gênero extremamente problemáticas e convenientemente articuladas para desqualificar tais estudos e apresentá-los como danosos para a sociedade. Portanto, esses têm sido os principais referenciais usados na criação da narrativa “ideologia de gênero”, que nos últimos dois anos vem sendo divulgados e exaustivamente repetidos em vídeos, textos, cartilhas, documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e palestras (FURLANI, 2016).

Esse conflito político-ideológico retirou o termo “gênero” do PNE e o protagonismo que estas discussões de questões étnico-raciais, gênero e orientação sexual poderiam assumir no contexto escolar, transformando-os em um objetivo genérico de erradicação de todas as formas de discriminação, sem levar em consideração as especificidades de cada uma das formas de desigualdade.

Os Estados e Municípios tiveram a liberdade de inserir ou alterar suas metas nos planos. Cedendo à pressão de diversos setores conservadores, várias câmaras municipais e assembleias legislativas vetaram a inclusão do tema nos planos. Ou seja, em âmbito nacional e local a discussão de gênero tornou-se um problema social, político e acadêmico.

O debate sobre a inclusão dos temas de gênero e sexualidade nos planos de educação (nacional, estaduais e municipais) foi um dos principais fatores de ascensão do projeto Escola Sem Partido em 2016. O Projeto de Lei 193/2016, chamado de Escola Sem Partido, de autoria do então senador Magno Malta, prevê alteração na LDBEN, limitando a atuação da escola e do seu corpo docente na definição do seu currículo e dos conteúdos a serem desenvolvidos na educação básica, principalmente em temas relacionados a diversidade sexual, política e religiosa. Sobre os temas de gênero na educação, o artigo 2º em seu parágrafo único traz o seguinte texto:

O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero (BRASIL, 2016, on-line).

O programa estabelecido pelo projeto Escola Sem Partido, de caráter conservador e cerceador do respeito a diversidade e pluralidade na educação, teve origem em 2004 em uma iniciativa de membros da sociedade civil. Segundo o advogado Miguel Nagib, um de seus idealizadores, a ideia surgiu como uma reação contra práticas no ensino brasileiro que consideram ilegais, ou seja, o que eles identificam como doutrinação política e ideológica em

sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral e religiosa dos seus filhos. Para isso, o PL esclarece o que pode ou não ser feito pelo professor, em seu artigo 5º:

No exercício de suas funções, o professor: I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias; II - não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas; III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; IV - ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito; V - respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções; VI - não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula (BRASIL, 2016, on-line).

E ainda para “fins informativos” que mais na prática se consolidam como forma de vigília em relação à atuação do professor, o programa prevê a fixação de um cartaz nas salas de aula indicando os “deveres do professor”, como tentativa de garantir um ensino adequado, propondo uma lei “contra o abuso da liberdade de ensinar”. Ou seja, o caráter pedagógico do respeito à diversidade e pluralidade de ideias, tão caro para os profissionais de educação e duramente conquistado pela sociedade para as políticas educacionais, não poderia ser exercido na escola, sob pena de punição ao professor, já que ele poderá ser “delatado” ao MEC.

Instigados por denúncia realizada em novembro de 2016 pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e pela deflagração da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH), a Organização das Nações Unidas (ONU) publica em abril de 2017 uma carta posicionando-se sobre o assunto e questionando o Estado brasileiro sobre os efeitos do “Escola Sem Partido”. O documento apresenta uma clara preocupação em assegurar os direitos humanos fundamentais de acordo com documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário (ONU, 2017).

O mesmo documento apresenta também um posicionamento contrário ao texto recentemente aprovado da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em que o MEC promoveu a retirada dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” da última versão. A ONU reafirma na carta a importância da abordagem da educação promover uma discussão sobre gênero, e afirma que:

Discussão sobre gênero e diversidade sexual é fundamental para prevenir estereótipos de gênero e atitudes homofóbicas entre estudantes” e que “por não definir o que é doutrinação política e ideológica, (...) a proposição permite que quaisquer práticas pedagógicas dos professores sejam consideradas como doutrinação, tornando a escola uma extensão do ambiente doméstico antes de uma instituição educacional que proveja novas perspectivas (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2017, on-line).

Um programa análogo à Escola Sem Partido, que já havia sido aprovado no estado de Alagoas, teve a sua inconstitucionalidade decretada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em março de 2017. O projeto era denominado Escola Livre e sua aprovação em janeiro de 2016, na Assembleia Legislativa alagoana, foi comemorada pelos entusiastas do movimento Escola Sem Partido, pois seguia seus preceitos e era considerada uma versão local do programa. A decisão do STF pode ser considerada uma primeira derrota do programa.

Em relação à abordagem dos temas de gênero na educação, esses ficam totalmente comprometidos, pois são considerados equivocadamente como um desvio de caráter ou conduta moral e uma ameaça a manutenção da família tradicional, baseada no patriarcado e na submissão da mulher pelo homem. Além disso, ignora outras manifestações de gênero ligadas a identidade e sexualidade.

Muitos estudos tentam dar conta dessa outra forma de entender a relação das manifestações do gênero. De acordo com os recentes estudos *Queer*, por exemplo, não haveria uma fronteira que delimitasse as expressões dos corpos femininos e masculinos, assim entendidos:

A heterogeneidade do social dá margem à leitura de borramentos ou trânsitos entre as fronteiras do masculino e feminino, questionando a naturalidade de uma norma socialmente imposta que prevê uma continuidade entre sexo-gênero-desejo-práticas sexuais. Ocupam-se do fluido mundo dos desejos e identificações que escapam às fronteiras erguidas pelas rígidas categorias sociais sejam elas embasadas no binário hetero/homo ou masculino/feminino. O gênero, em uma leitura queer, afasta-se radicalmente de uma pretensa origem biológica e se configura como pertencente ao reino da cultura que se concretiza em normas androcêntricas e heterossexistas que reiteram discursos naturalizantes e essencialistas, por sua vez, constantemente questionados e ressignificados (BALIEIRO, 2017, on-line).

O conceito de identidade, como preocupação teórica da pós-modernidade, usa a diferença como categoria de análise das diversidades. A forma como são construídas as identidades de gênero e como elas se apresentam nas relações de convívio em ambientes escolares, tendo em vista que a identidade e a diferença se traduzem nessas declarações sobre

quem pertence e quem não pertence, demarcam fronteiras, classificam e normalizam as subjetividades e, logo, elas não podem ser desvinculadas de amplas relações de poder.

A identidade e a diferença são adquiridas através das relações culturais e sociais, e da linguística. Segundo Silva (2007), a identidade e a diferença só podem ser perceptíveis através do meio cultural em que vive o indivíduo. Para as questões de gênero na educação, é importante perceber que a noção de identidade e diferença se refere ao pertencimento e às relações de poder.

No Estado do Tocantins, a discussão sobre a formulação do Plano Estadual de Educação (PEE) iniciou em janeiro de 2015, e teve a participação de vários representantes de entidades da educação e da sociedade civil, dentre os quais estavam representadas a Secretaria Municipal da Educação (SEMED), a UFT, o Instituto Federal de Educação do Tocantins (IFTO), a Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (Sintet). Muitas dessas entidades compunham o Fórum Estadual de Educação ou o Conselho Estadual de Educação, instâncias mediadoras dos debates.

Devido ao tensionamento político, provocado por líderes religiosos do Estado e representados pelo então deputado Eli Borges, Membro do Conselho Estadual de Educação, o PEE, que foi protocolado na Assembleia Legislativa em junho de 2015, foi aprovado pelos deputados sem qualquer menção a palavra gênero em seu texto.

Importante destacar novamente o protagonismo desenvolvido pela bancada religiosa na tomada de decisão parlamentar. O deputado Eli Borges, pastor da igreja, em outubro de 2017 passou a fazer parte do Conselho Estadual de Educação, representando a Câmara Estadual de Deputados, para o biênio 2017/2019<sup>3</sup>.

Inicialmente, o texto original do PEE trazia como estratégia à meta nº 12, que assegura a implementação das diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos no âmbito da educação no estado do Tocantins, a garantia de:

condições institucionais para o debate e erradicação de todas e quaisquer formas de exploração e violência física e/ou sexual, e de discriminação da diversidade étnico racial, de gênero, geracional, sexual e religiosa, promovendo políticas pedagógicas e de gestão específicas para esse fim” (T1 NOTÍCIAS, 2015, on-line).

---

<sup>3</sup> JM NOTÍCIA. **Eli Borges toma posse como membro do Conselho Estadual de Educação**. 2017. Disponível em: <<http://www.jmnoticia.com.br/2017/11/01/eli-borges-toma-posse-como-membro-do-conselho-estadual-de-educacao/>> Acesso em 15 abr. 2018.

Porém, após a pressão dos grupos religiosos, a comissão instituída para elaboração do plano retrocedeu e aprovou o documento sem fazer menção a gênero, diversidade sexual e étnico-racial, tendo o texto sido alterado para “garantir condições institucionais para a erradicação de todas e quaisquer formas de violência, preconceito e discriminação, promovendo políticas pedagógicas e de gestão específicas para esse fim” (TOCANTINS, 2015).

O PEE Tocantinense se assemelha ao de outros estados que sucumbiram as pressões de partidos conservadores ligados a entidades religiosas, interpretando equivocadamente as teorias de gênero, e acabaram por impedir a garantia do respeito às diferenças nos Planos de Educação, aprovados nos estados e vigentes até 2025. De acordo com o levantamento da iniciativa da organização De Olho nos Planos<sup>4</sup>, dos 25 estados que sancionaram seus Planos, 13 incluíram menções à igualdade de gênero (Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Alagoas e Rio Grande do Norte) e 12 estados não fizeram referência à igualdade de gênero em seus documentos (Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Piauí, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins). Ainda não haviam sancionados seus Planos de Educação os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A partir da aprovação do PNE, foi instituído o prazo de um ano para que estados e municípios aprovassem documentos para sua educação nos próximos dez anos. Mesmo podendo contribuir com o combate à exclusão escolar e com a garantia do direito à educação para toda a população, o tema e a palavra gênero sofreu resistências de setores conservadores e, em alguns municípios e estados, foram retirados dos Planos de Educação. Até julho de 2016, todos os estados e o Distrito Federal já tinham elaborado seus planos, estando 25 sancionados, com exceção do estado do Rio de Janeiro que apresenta apenas a elaboração do documento base e do estado de Minas Gerais que, até então, estava com o projeto no legislativo.

Em relação aos Planos Municipais de Educação, até 2016, de 5570 municípios, 5528 estavam com a lei sancionada, 4 municípios com lei aprovada, 6 municípios com documento-base elaborado, 2 municípios com consulta pública realizada, 7 municípios com projeto de lei elaborado e 23 municípios com projeto de lei enviado ao legislativo.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> DE OLHO NOS PLANOS. **Maioria dos planos estaduais de educação aprovados incluem referência a igualdade de gênero. 2016.** Disponível em <<http://www.deolhonosplanos.org.br/maioria-dos-planos-estaduais-de-educacao-aprovados-inclue-m-referencia-a-igualdade-de-genero/>> Acesso em 02 nov. 2016

<sup>5</sup> Ibid.

Na cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins, não foi diferente. Em janeiro de 2016, foi instituído o PME, e assim como no PNE e PEE do Tocantins, omitindo a palavra gênero. Em março de 2016, o poder executivo publicou uma medida provisória alterando o PME e proibindo a discussão de gênero incluindo o seguinte texto: “vedada a discussão e a utilização de material didático e paradidático sobre a ideologia ou teoria de gênero, inclusive promoção e condutas, permissão de atos e comportamentos que induzam à referida temática, bem como os assuntos ligados à sexualidade e erotização” (PALMAS, 2016b).

A partir desse episódio, acentuou-se a discussão sobre gênero e educação envolvendo políticos como vereadores, deputados estaduais, organizações da sociedade civil, igrejas e grupos ligados à educação. A movimentação desses grupos, agora em disputa, os acontecimentos gerados pela proibição publicada no diário oficial do município e a reação das instituições públicas, foram amplamente noticiados pela mídia no estado do Tocantins.

Os dispositivos legais que amparam e inter-relacionam a discussão de gênero na educação tem amparo na Constituição Federal que em seu Art. 3º define, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a promoção "do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (BRASIL, 1998). No documento oficial, a palavra “sexo” traz a noção da diferenciação entre masculino e feminino, embora não contemple o conceito utilizado pelas teorias de gênero, e refira-se a diferenciação biológica entre homens e mulheres. Já o Art. 5º traz a conhecida afirmação de que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" e afirma expressamente a igualdade entre homens e mulheres como preceito constitucional.

O Plano Nacional de Educação aprovado em 25 de junho de 2014, define entre suas diretrizes a "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação" e a "promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2014).

Nas metas que propõem a universalização do ensino fundamental para toda a população de seis a quatorze anos e do atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos, encontram-se, dentre as estratégias, a necessidade de fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar em situações de discriminação, preconceitos e violências na escola e o desenvolvimento de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

A permanência e o aproveitamento escolar são fortemente impactados pelas situações de desigualdade de gênero, que muitas vezes geram exclusão e violência. A garantia desses direitos para os estudantes poderia estar descrita nos Planos de Educação de forma mais objetiva, tratando as diferenças pelos nomes e não colocando-as todas sob o guarda-chuva da diversidade.

De acordo com a Cartilha de Disposições Legislativas Sobre Gênero Na Educação - Guia prático para escolas e educadoras/es publicada em 2015:

Os principais marcos legais que regem a educação brasileira são enfáticos quanto à necessidade da superação de desigualdades, discriminações e violências não só na escola, mas a partir da escola, o que traz implicações diretas ao currículo. Ignorar estes temas, ou pior, propositalmente restringir sua abordagem na escola constitui não apenas negligência, mas franco desrespeito aos princípios que regem a educação brasileira, fundamentados na Constituição e leis específicas (GENERO E EDUCAÇÃO, 2015, on-line)

Em 2016, a ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, lançou uma campanha intitulada “O Valente não é Violento”, que atua pelo fim de estereótipos de gênero e comportamentos machistas, e produz conteúdo pedagógico livre para colaborar na formação de estudantes no Brasil. Trata-se de uma série de planos de aula disponibilizados para as escolas brasileiras, que fazem parte de currículo para o ensino médio sobre igualdade de gênero e enfrentamento à violência contra as mulheres e meninas. É uma proposta pedagógica para conscientizar meninos e meninas sobre o direito das mulheres de viver uma vida livre de violência. Os planos de aulas abordam os seguintes temas: Sexo, gênero e poder; Violências e suas interfaces; Estereótipos de gênero e esportes; Estereótipos de gênero, raça/etnia e mídia; Estereótipos de gênero, carreiras e profissões: diferenças e desigualdades e Vulnerabilidades e Prevenção.

O projeto foi financiado pela União Europeia e revisado pela área de Projetos de Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>6</sup>. O programa considera as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) que apontam para a necessidade de promover a inserção de temas voltados para a igualdade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica. O PNPM destaca, ainda, entre os seus objetivos, a necessidade de “consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, raça, etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à diversidade em todas

---

<sup>6</sup>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O Valente não é Violento**. 2016. Disponível em <http://www.ovalentenaovievolento.org.br/> Acesso em 05 out 2016

as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária e cidadã”. Enquanto isso, no contexto nacional, houve um retrocesso.

Uma série de polêmicas envolveram a criação dos Planos Estaduais e Municipais, e em agosto de 2015 o Ministério da Educação lançou uma nota técnica no qual se posicionou em torno da dimensão de gênero e orientação sexual nos planos municipais e estaduais de educação, em resposta a uma demanda formulada de ofício pelo Presidente da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, então deputado Paulo Pimenta.

A nota técnica reconheceu que os conceitos de gênero e sexualidade constituem “categoria central no processo de construção de uma escola efetivamente democrática, que reconheça e valorize as diferenças, enfrentando as desigualdades e violências e garantindo o direito a uma educação de qualidade a todos e todas” (DE OLHO NOS PLANOS, 2015, on-line)

No mês de setembro de 2015, o MEC criou o Comitê de Gênero, de caráter consultivo, instituído em portaria publicada no Diário Oficial da União para propor diretrizes e dar subsídios para políticas educacionais.

A criação do comitê ocorre após o debate do tema ganhar importância dentro da aprovação do Plano Nacional de Educação e dos planos municipais e estaduais de Educação. No PNE e em boa parte dos documentos regionais, representantes do legislativo retiraram o trecho que aponta que as escolas devem promover a igualdade de gênero, raça e orientação sexual. Houve pressão de diversos setores, sobretudo ligado às igrejas (G1, 2015, on-line).

O comitê foi criado com a proposta de desenvolver políticas para garantir o “direito à educação de qualidade, dentre outras ações, projetos e programas educacionais, com a promoção dos direitos relacionados às questões de gênero, e o enfrentamento das diversas formas de preconceito, discriminação e violência” (G1, 2015, on-line).

A iniciativa do MEC representou um avanço diante de um momento pouco favorável ao desenvolvimento de políticas públicas de igualdade entre os gêneros. Porém, duas semanas após a criação do comitê, por pressão das Frentes Parlamentares Evangélica e Católica, o Ministério da Educação substituiu a nomenclatura da portaria de criação do "Comitê de Gênero" para “Comitê de Combate à Discriminação”<sup>7</sup>. A mudança deu ao comitê um teor mais genérico, e, mesmo não tendo alterado substancialmente seus objetivos, o foco passou a distanciar consequentemente de uma atuação no combate ao machismo e homofobia, duas

---

<sup>7</sup> ESTADÃO. Após pressão de religiosos, MEC altera comitê e remove palavra 'gênero'. 2016. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,apos-pressao-de-religiosos--mec-altera-comite-e-remove-palavra-genero,1767236>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

formas de preconceito muito presentes nas escolas e que têm gerado situações de violência e evasão escolar.

No cenário atual, os movimentos feministas e LGBTTT têm constantemente reivindicado a institucionalização das questões de gênero em vários espectros da esfera pública (educação, política, comunicação, por exemplo) e por isso tem se tornado alvo de grupos ligados à igreja e a grupos conservadores contrários a esse tipo de institucionalização, que os acusam e nomeiam como inimigos da tradicional família brasileira.

O conceito de família tradicional brasileira está comumente ligado a uma estrutura social que está determinada pela ideologia e valores que reproduzem as desigualdades. No seio dessa concepção de família tradicional, tendem a ser defendidos os valores hierárquicos patriarcais como submissão da mulher ao marido e dos filhos ao pai. Também são reforçadas questões relacionadas à identidades de gênero e sexualidade, onde a primeira é vista como uma aberração e a segunda é imposta a partir da lógica hegemonicamente heteronormativa.<sup>8</sup>

Para os defensores da família tradicional, as discussões de gênero representam um perigo para as normas por eles estabelecidas. Equivocadamente, anunciam que falar sobre gênero significa desconstruir os papéis de homem e mulher historicamente construídos, de pai e de mãe, ou ainda, seria sexualizar precocemente as crianças induzindo-as às homoafetividades. Também observa-se um discurso de desconstrução do papel socializador da escola, no momento em que não admitem que determinados temas possam ser abordados pelos currículos educacionais.

As questões sociais, econômicas, culturais e políticas influenciam a noção de família a partir de uma norma e uma tradição criada, e isso ainda é muito presente mesmo com o acirramento das disputas sociais, a legislação e as políticas sociais. O que se discute hoje, no que se refere as questões de gênero, suas diferenças e hierarquias é justamente a noção de família como algo privado, particular.

A contradição reside justamente no fato de que os modelos familiares foram determinados e construídos para que se tornassem hegemônicos, da forma como foram

---

<sup>8</sup> O termo heteronormatividade foi utilizado pela primeira vez feminista norte-americana Adrienne Rich em um ensaio de 1980 publicado em 1986 com o título “Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence”. Atualmente o termo está presente especialmente nos estudos sobre teoria queer e Estudos Culturais. De acordo com Richard Moskolci, a heteronormatividade “expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade” e (...)é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade. (MISKOLCI, 2009, p 156-157)

engendrados no período colonial, através da cultura patriarcal e tradicionalista. A figura feminina estava marcada pelo isolamento, reforçado pela diferenciação entre o homem e a mulher pela natureza do trabalho doméstico.

Os papéis de um e de outro eram claramente colocados, sendo o homem a figura pública e a mulher restrita à casa, continuamente submissa às figuras masculinas. A união matrimonial então era um negócio, um acordo para alianças econômicas e sociais, gerido pelo pai, que tinha poderes ilimitados a figura patriarcal propriamente. Essa família possuía uma dupla moral, uma vez que ao homem branco é concedida a liberdade sexual inclusive fora do casamento, e à mulher branca a castidade, fidelidade, e recusa do prazer (PINHEIRO, 2015). Segundo o autor, a constituição familiar brasileira sofreu um “ajustamento”, que instituiu laços conjugais:

atribuindo papéis masculinos e femininos, reafirmando o machismo. A ideologia médico-higienista legitimou a organização da família nuclear em detrimento de outros arranjos familiares, corroborando um projeto ideal culturalmente dominante que sinaliza seu pacto com o projeto societário burguês. A família “higienista” era tracejada por um recorte de raça/etnia, classe, gênero, perdurando o modelo conjugal na classe mais favorecida materialmente, colocando a margem outras expressões familiares (PINHEIRO, 2015).

A família, como instituição social, é um espaço importante de produção ou reprodução de valores e condutas. Ela tem função social específica para determinadas populações, tanto que foi categoria importante e determinante na consolidação de poderes políticos na sociedade brasileira.

O discurso da heteronormatividade é presente na sociedade brasileira, e as situações para a defesa desse discurso não são raras. O questionamento sobre a normatividade do gênero não é um debate apenas sobre sexualidade, mas também um debate político. Para Louro (2003) quando se diz que não apenas o gênero, mas também o sexo é culturalmente construído, coloca-se em risco as noções se tem hoje de existência. Quando se questiona a normatividade do gênero e da sexualidade, questiona-se também a lógica binária que define os sujeitos como macho ou fêmea, que diz que os gêneros são apenas dois, e que a sexualidade deve ser exercida com alguém do sexo/gênero oposto. Ela enfatiza:

Esse alinhamento (entre sexo, gênero e sexualidade) dá sustentação ao processo de heteronormatividade, ou seja, à produção e reiteração compulsória da norma heterossexual. Supõe-se, dentro dessa lógica, que todas as pessoas sejam heterossexuais. São esses sujeitos que estão plenamente qualificados para usufruir desses sistemas ou de seus serviços e para receber

os benefícios do estado. Os outros, que fogem à norma, poderão, na melhor das hipóteses, ser reeducados, reformados (se for adotada uma ótica de tolerância e complacência) ou serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com recursos alternativos, restritivos, inferiores), quando não são simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos. Ainda que se reconheça tudo isso, a atitude mais freqüente é a desatenção ou a conformação. A heteronormatividade só é reconhecida como um processo social, ou seja, como algo que é fabricado, produzido, reiterado e somente passa a ser problematizada a partir da ação de intelectuais ligados aos estudos de sexualidade, especialmente aos estudos gays e lésbicos e à teoria queer (LOURO, 2009. p. 90).

A heteronormatividade que dá suporte à essa lógica, como todas as outras normas, age silenciosa e sistematicamente. Se esse binarismo de gênero e sexual é colocado em questão, e se existe uma multiplicidade de gêneros e sexualidades, então deve haver outras formas de constituição dos sujeitos.

Como forma de normatizar a constituição familiar, e, por consequência, a forma de relacionamento afetivo das pessoas, em 2015 a Câmara Federal de Deputados realizou uma enquete a respeito do conceito de núcleo familiar no Estatuto da Família. A pergunta feita era a seguinte: “Você concorda com a definição de família como núcleo formado a partir da união entre homem e mulher, prevista no projeto que cria o Estatuto da Família?”. A enquete teve 10.282.070 votos, sendo que 51,62% votaram não, 48,09% votaram sim e 0,29% manifestaram não ter opinião formada. Mesmo com resultados muito próximos, os participantes da enquete manifestaram em sua maioria que são favoráveis a outros arranjos e modelos familiares que não apenas os nucleares, constituídos por pai, mãe e filhos.<sup>9</sup>

Múltiplos são os conceitos de família na sociedade brasileira e tentativas de padronização tendem a sufocar as diversidades e reforçar problemas sociais como a discriminação entre os gêneros. De acordo com dados de 2010 do IBGE, a família tradicional brasileira tem se modificado. Há um contingente de 4,4 milhões de lares compostos por pessoas que se separaram anteriormente ou ficaram viúvas, e existem 36,4% de casais que vivem juntos, mas não oficializaram a união no civil ou no religioso. Aumentou o número de pessoas que vivem sozinhas, registros civis de casamentos homoafetivos, os divórcios, bem como as mulheres chefes de família<sup>10</sup>.

Vencato (2015) auxilia para compreensão história dos discursos relacionados a noção de um modelo “correto” de família:

---

<sup>9</sup> Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/enquetes/resultadoEnquete/enquete/101CE64E-8EC3-436C-BB4A-457EBC94DF4E>> Acesso em 20 abr. 2017

<sup>10</sup> Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em 20 abr 2017

Com relação à questão da família e de certos discursos em defesa desta, que supostamente estaria ameaçada pelos direitos de pessoas LGBT, vale mencionar aqui que nem para a psicologia, nem para as ciências sociais existe família desestruturada. Isso porque o contrário também não existe. A noção de família mudou ao longo do tempo e da história. A noção que temos hoje data de meados do século XIX (mesmo período em que se estabelecem o Estado moderno, o modelo de escola burguês e a noção atual de propriedade privada). E esse modelo de família não se consagrou sem conflitos (VENCATO, 2015, p. 17).

Com toda essa mudança na concepção das famílias, as escolas também são impactadas e chamadas a dar respostas às mudanças. Como uma política na área da educação, para a promoção da igualdade e diminuição da violência na escola, em 2006 teve início um projeto piloto de formação de profissionais da educação para os temas de gênero, diversidade sexual e relações étnico-raciais. O curso Gênero e Diversidade na Escola foi ofertado primeiramente como um curso de aperfeiçoamento em seis municípios, representando as cinco regiões do Brasil.

No ano de 2006 o Governo Federal ofereceu o curso Gênero e Diversidade em um projeto piloto nos municípios de: Niterói e Nova Iguaçu – RJ, Maringá – PR, Dourados – MS, Porto Velho – RO e Salvador – BA com a coordenação acadêmica do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - CLAM/UERJ. Os municípios que foram selecionados a partir dos seguintes critérios: territorialidade, municípios com diferentes perfis, tamanhos e localização. Foi considerada também a articulação político-institucional previamente existente com agentes locais, tanto do poder público como da sociedade civil, coordenadorias de mulheres e organismos executivos de promoção da igualdade racial (MEC, 2006, online).

A partir de 2008, o Curso de Especialização *Lato Sensu* através adesão das Instituições Federais de Ensino Superior ao programa, poderia ser realizado por meio da Universidade Aberta do Brasil, reiterando a disposição da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade de aprofundar essas discussões no âmbito da educação básica fomentando a formação destes profissionais.

A promoção e implementação do curso Gênero e Diversidade na Escola foi o resultado de uma articulação inicial entre a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o MEC, além do British Council (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos

(CLAM/IMS/UERJ) e passou a integrar a Rede de Educação para a Diversidade no âmbito do MEC.<sup>11</sup>

O curso foi uma iniciativa para capacitar os professores da educação básica para tratar das questões de gênero dentro da escola, de forma transversal, tendo em vista a inexistência de legislação federal especificamente sobre o tema dentro das bases curriculares nacionais. Trabalhar com esses temas de forma transversal nas disciplinas que compõe as diretrizes curriculares nacionais exige formação e preparo dos profissionais da educação.

O objetivo era promover e qualificar o debate transversal sobre as temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual e relações étnico-raciais no ambiente escolar; Estimular as escolas a participarem das estratégias estruturantes das políticas de inclusão e de promoção da diversidade sexual, da equidade de gênero e da igualdade étnico-racial e de orientação sexual; Promover a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual e étnico-racial; Além de instrumentalizar os profissionais da educação para produção científica sobre os temas.

Mesmo com esta iniciativa por parte de órgãos públicos governamentais e alguns avanços que se pode observar no aspecto jurídico (Lei Maria da Penha e a Lei que tipifica o Feminicídio, por exemplo), as discussões e a efetiva promoção da igualdade de gênero ainda caminham a passos lentos. Essa desigualdade de gênero ainda pode ser observada e sentida sob a forma de violência simbólica em vários espaços, como o mundo do trabalho e a escola.

O termo gênero se popularizou na década de 1990, mas começou a ser utilizado pela teoria social na década de 1970, como forma de propor novas maneiras de pensar o masculino e o feminino para além das explicações biológicas e indicando que entre elas existem relações sociais e de poder. A partir desta perspectiva, a articulação restrita entre o gênero e o corpo biológico se torna insuficiente para uma análise mais aprofundada do conceito. Para Scott (2012), o relacionamento entre biologia e socialização torna possível o que pode ser descrito como uma espécie de noção “porta-casacos” da identidade: o corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos à personalidade e ao comportamento.

Ao compreender uma dimensão muito fortemente relacionada à cultura, para concepção das categoria masculino e feminino, foi possível perceber que gênero é um produto de contingências sociais e não apenas da natureza. Um estudo realizado pela antropóloga

---

<sup>11</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

Margaret Mead, na década de 1930 em três diferentes regiões da Nova Guiné destacou que, em diferentes contextos, homens e mulheres desempenhavam funções diversas no que dizia respeito às crianças, concluindo que em diferentes sociedades e culturas há várias formas de conceber os papéis e comportamentos de homens e mulheres (MEAD, 1979). Esta concepção, desmonta a ideia de uma diferenciação exclusivamente natural e essencialista do gênero.

Gênero é um dispositivo cultural constituído historicamente que classifica e posiciona os sujeitos a partir da relação entre o que se entende como feminino e o que se entende como masculino. É uma categoria que cria sentido para as diferenças percebidas nos corpos e articula identidades e práticas dentro de uma estrutura de poder hierarquizada. Rubin (1993), que apresenta o primeiro uso do gênero nas ciências sociais, define como “o conjunto de disposições pelas quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e nos quais se satisfazem essas necessidades humanas transformadas.”

Também é a condição social através da qual os seres humanos se identificam como masculinos e femininos. É diferente de sexo, termo usado para identificar as características físicas e biológicas que diferenciam os homens das mulheres e vice-versa. O gênero, portanto, não é algo que está dado, mas é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os corpos, a partir daquilo que se identifica ser masculino e/ou feminino. Em outras palavras, o corpo é generificado, o que implica dizer, que as marcas de gênero inscrevem-se nele. Pois se o gênero é a construção social do sexo, precisamos considerar que aquilo que no corpo indica ser masculino ou feminino, não existe naturalmente. Foi construído assim e por esse motivo não é, desde sempre, a mesma coisa.

A antropóloga estadunidense Gayle Rubin, foi a primeira a cunhar o termo “gênero” na área das ciências sociais. Ela procurou entender a origem da opressão contra as mulheres, e dedicou-se em observar quais seriam as relações que transformam uma fêmea da espécie humana em uma mulher domesticada, utilizando-se de categorias da natureza e da cultura. Sistematizou um conceito que contribui para se desnaturalizar a opressão das mulheres. Nas suas palavras, o sistema sexo/gênero é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (RUBIN, 1993)

No final dos anos 1980, Scott (1990) reforça uma utilidade analítica para o conceito de gênero, para além de um mero instrumento descritivo, e chama a atenção para a necessidade de se pensar na linguagem, nos símbolos, nas instituições e sair do pensamento binário entre masculino/feminino. A partir dos seus estudos pós estruturalistas, conclui que gênero é uma

percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada. Scott (1990) não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados, mas tem interesse pelas formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido para essas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas.

Os marcadores sociais de gênero foram construídos e demarcados e reforçados ao longo do tempo. O que é “coisa de menina ou mulher”, não poderia ser usado ou atribuído aos meninos e homens, como por exemplo cabelos compridos, brincos, maquiagem, quando se fala em atributos físicos, fragilidade ou sensibilidade no que diz respeito a atributos subjetivos ou de personalidade. Esses são exemplos que hoje já estão mais ou menos desmistificados, mas que permanecem presentes na subjetividade dos sujeitos.

Ao entender que vai se aprendendo a ser homem e mulher através dos diversos discursos, códigos e símbolos que circulam nas diferentes instâncias sociais, não se desconsideram as características biológicas dos sujeitos, mas sim, são reforçadas que as diferenças entre homens e mulheres não são produzidas apenas pela distinção entre seus sexos biológicos ou diferenças entre seus cérebros. Nesse sentido, o feminino e o masculino são constituídos por tudo que se fala, se representa, se pensa, se valoriza sobre essas características. Para Louro (2008, p. 21):

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo que se construiu sobre os sexos.

Todas estas questões passaram a circular nas reflexões acadêmicas e dentro de uma reelaboração teórica do feminismo e na esteira dos estudos gays e lésbicos, surgem os estudos *queer*, que em boa parte de suas análises evidenciam como os estudos de gênero não podem ser desenvolvidos com profundidade sem interseccioná-los com a dimensão da sexualidade.

Falar de gênero não significa simplesmente falar "de mulher", mas de um conceito de gênero que na perspectiva pós-estruturalista dos estudos culturais (HALL, 1997; BUTLER, 2003; LOURO, 1997) define relações de poder, materiais e simbólicas, que envolvem todos os seres humanos. Significa visibilizar e problematizar os modos de significação dos corpos, dos jeitos de ser, de andar, de falar; questionar os discursos biológicos que tentam encontrar a

essência biológica dos comportamentos, assim como o modo como a própria ciência produz discursos normatizadores e reguladores da sexualidade e do gênero (FOUCAULT, 2014).

Para Machado (1998) três condições justificam um “novo paradigma metodológico pelas análises de gênero” em relação à “proposta metodológica dos estudos sobre mulheres”

Em primeiro lugar, porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. E em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social (MACHADO, 1998, p. 108).

A partir desse paradigma de abordagem metodológica dos estudos gênero, concebido pela autora, será construída a análise da narrativa midiática proposta na pesquisa.

### 3 GÊNERO E COMUNICAÇÃO: UM DEBATE PERIFÉRICO

É possível inferir que nas sociedades contemporâneas coexistem várias formas de comunicação. Nesta pesquisa interessa, para fins de recorte teórico, a chamada comunicação de massa, que atinge maior amplitude na sociedade. Essa necessidade de mediação, realizada por outras pessoas (os jornalistas) ou por meio de tecnologias através das quais ocorriam a distribuição das informações surge após a segunda Revolução Industrial, quando houve a dificuldade de comunicação das pessoas entre si de forma mais direta ou acesso as informações de modo pessoal. Isso é o que dá as características dos meios de comunicação de massa (HOHLFELDT, 2001, p. 62).

Os meios de comunicação permeiam uma consciência coletiva e estão fortemente implicados em relações de hierarquia e poder, por isso assumem papel estratégico nos processos de compreensão de mundo. Esse papel fundamental se dá pelo fato da mídia constituir-se hoje como um espaço de circulação de muitas informações e de forma muito veloz. Tornou-se um espaço de disputa de projetos de sociedade.

No cenário internacional, a comunicação passou a ser reconhecida como um direito social com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada de 1948, que garante o esse direito como universal:

**Artigo 19.** Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

A liberdade de opinar e expressar, ou seja, o ato de falar e ser ouvido, significa observar este complexo sistema de transmissão e circulação de informações e mensagens, de forma a garantir espaço e representatividade dos mais diversos grupos sociais. Porém, o sentido do direito a comunicação é um pouco mais complexo, pois ele é um direito coletivo e não individual, como prega a simples liberdade de expressão.

Se faz necessária uma ponderação sobre a diferenciação entre direito à comunicação e direito à liberdade de opinião e expressão. De acordo com estudo realizado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância, denominado Mídia Políticas Públicas de Comunicação:

Ainda que ambos sejam reconhecidos como fundamentais para a promoção do desenvolvimento e dos direitos humanos, o direito à comunicação e os direitos à informação e à liberdade de expressão se encontram em níveis distintos. O primeiro não se encontra nem estabelecido nem garantido em nenhuma lei ou norma internacional. Já o acesso à informação e à liberdade

de expressão estão juridicamente assegurados nos marcos internacionais (ANDI, 2007).

O direito humano à comunicação diz respeito ao fato de poder ser representado pelos meios de comunicação e ter acesso a informação de qualidade, para que as pessoas possam realizar a sua interpretação da realidade social. Também pressupõe além de outros fatores, a existência de instrumentos de controle social dos veículos de comunicação, a expressão da diversidade e pluralidade cultural tanto na representatividade quanto na formulação de conteúdo e acesso às tecnologias da informação e da comunicação.

Essa tensão pela garantia do cumprimento desses direitos em sociedades democráticas ocorre entre a sociedade civil e o Estado. E nem sempre é uma tarefa fácil. A democratização dos meios de comunicação é uma condição para uma democratização política de fato. No Brasil, pela inexistência de um marco regulatório, percebe-se a ineficiência e parcialidade da atuação dos meios de comunicação.

Outra característica do contexto brasileiro, é que os meios de comunicação são monopolizados por algumas famílias. Conforme a descrição de Moreno (2014), mesmo o monopólio sendo proibido no Brasil, a concentração da propriedade dos meios se apresenta de forma a caracterizá-lo:

Los grandes medios (radio, periódicos, revistas, televisión) se concentran en pocas manos. Se discute si serían seis o nueve las familias que controlan a todos los medios de comunicación del país. Y el problema se agrava cuando percibimos la dimensión de la “propiedad cruzada” - los dueños de las emisoras de televisión también concentran en sus manos la propiedad de los medios escritos y hablados, formando grandes monopolios y oligopolios. (MORENO, 2014, p. 37)

Democratizar os meios, garantindo acesso à direitos, seria o movimento de inversão dessa lógica monopolista nos meios e constituição de um sistema público, já previsto pela Constituição Federal de 1988 (CARTA CAPITAL, 2017, on-line).

A promoção da igualdade social é uma dimensão política dos meios de comunicação. A mídia, por meio de uma consciência compartilhada, regula as relações dos indivíduos entre si e com os diferentes grupos e instituições com os quais se relaciona e é elemento determinante na relação do indivíduo consigo, uma vez que constrói sua identidade e é responsável por promover uma representação social das identidades. Essas são subjetivamente construídas, conforme França (2004), quando falamos em representação, estamos lidando com algo intangível, uma vez que as representações são sentidos que damos às coisas, posições muito fortes que compartilhamos no coletivo e que nos afetam reciprocamente.

“A maneira como esses elementos são considerados ou silenciados pode ser determinante tanto para o acirramento das desigualdades quanto para a construção de uma sociedade onde igualdade e diferença são colocadas a serviço da cidadania democrática” (LAHNI; AUAD, 2012, p 147). Nesse sentido os meios de comunicação agem no inconsciente coletivo do seu público, influenciando e sendo influenciados pela forma como se processam as relações entre eles.

### **3.1 Gênero e comunicação no Brasil**

Os meios de comunicação da massa no Brasil não costumam reservar espaço para a discussão das questões de gênero no âmbito da educação. As exceções são as situações que causam polêmicas e que podem alimentar a audiência, como foi o caso da aprovação do PNE em 2015. Os estereótipos de gênero são reproduzidos através de um discurso midiático que busca reproduzir conceitos de acordo com as relações de poder predominantes e, embora esses conceitos não sejam aceitos de forma passiva, pois há conflitos, negociações, contradições e resistência por parte dos grupos inferiorizados, há uma tendência em se estabelecer visões de mundo de acordo com conceitos hegemônicos (FRANÇA; FELIPE; CALSA, 2008). Esses estereótipos produzidos e reforçados pela mídia têm repercussão nas relações sociais, por que fazem parte dessa construção de identidade.

Neste sentido, o que é o gênero e como são as relações de gênero são questões totalmente ligadas ao papel dos meios de comunicação. Tem sido uma preocupação de o feminismo perguntar-se de que maneira se representam as relações de gênero nos meios de comunicação. Por isso os meios atuam como criadores e reprodutores de modelos femininos e masculinos, determinando o que é socialmente adequado para cada um. A interiorização dessas representações afeta o conjunto da sociedade, ao limitar a regras rígidas e obrigatórias do que é ser homem e mulher, fruto de uma cultura misógina (CELIBERTI, 2014).

A democratização do acesso aos meios de comunicação perpassa por questões políticas, dada à importância do que a mídia representa socialmente. O Brasil vive um impasse entre as demandas do movimento social na regulação e a resistência dos meios de comunicação em permitir algum avanço neste sentido. Neste embate, é possível destacar a empreendimento de poder das empresas de comunicação no Brasil e entender o permanente tensionamento nesta correlação de forças entre o Estado e os meios de comunicação:

A defesa da intervenção do Estado no setor das comunicações encontra base em uma ampla gama de autores da linha da economia política da

comunicação, para os quais a irrestrita liberdade de mercado no cenário de concentração midiática não garante o funcionamento adequado de mecanismos de participação e regulação. Nessa perspectiva, a ação regulatória do Estado precisa zelar pelo equilíbrio entre o que deve ser público e o que pode ser privado (DEMARCHI; KERBAUY, 2016, p. 107)

Outro agravante, segundo Moreno (2014), é o monopólio dos meios de comunicação no Brasil (rádio, televisão e revistas se concentram em nove famílias, que ainda são donas de jornais e outros meios de comunicação), que se transforma em um impeditivo para uma melhor política das concessões públicas (concessões de rádio e TV, por um prazo de quinze anos, aprovadas por comissão parlamentar)

Na falta de uma discussão crítica sobre o uso dos meios de comunicação, o seu caráter estratégico para promoção da igualdade de direitos entre os gêneros, fica comprometido e o caminho fica livre para reprodução das violências. Celiberti (2014) analisa que a violência simbólica produzida e reproduzida pelos meios de comunicação é sustentação fundamental para outras formas de violência de gênero. Por isso, a democratização dos meios é terreno de disputa pelas mulheres na luta por igualdade.

A negociação sobre a regulamentação da mídia foi permeada por disputas políticas. Uma proposta de 2009 não teve êxito em razão das negociações com setores religiosos que resistem a qualquer ampliação de direitos. Para além do marco civil da internet, é necessária uma regulamentação das telecomunicações como um todo. Em 2009, a Conferência Nacional de Comunicação foi recebida com grande expectativa por reunir vários grupos da iniciativa privada, setor público, sociedade civil e movimentos sociais que reclamavam pela democratização do acesso aos meios de comunicação e pelo fim da invisibilidade seletiva. Porém, apesar das discussões, as propostas acabaram engavetadas e, mesmo com a pressão da sociedade civil, os donos das grandes empresas de comunicação não permitiram qualquer avanço. Outras tentativas locais também não tiveram êxito.

A crítica em relação aos meios de comunicação, na sua omissão em debater as questões de gênero, é no sentido de não sucumbir ao conservadorismo presente nos dias atuais. A jornalista e pesquisadora do grupo Gênero, Mídia e Sexualidade, Fernanda Nascimento, faz uma consideração sobre a atuação da mídia:

Na política, os conservadores tentam tirar qualquer possibilidade de discussão e do outro lado há uma bancada de Direitos Humanos que tem que correr para todos os lados, para discutir maioria penal, a questão de gênero e sexualidade nas escolas. A mídia muitas vezes noticia sem entender o que está falando, o Plano de Educação foi um exemplo disso. A mídia não entendeu o que significava discutir gênero e sexualidade nas escolas. A chamada “ideologia de gênero” foi uma invenção dos setores conservadores,

não existe ideologia de gênero. Os políticos pediam a retirada da ideologia de gênero do plano, mas ela nem entrou no plano, porque não existe. Os jornais noticiaram a retirada da ideologia de gênero, mas não tinha ideologia de gênero. Faltou apuração, boa vontade, conhecimento do que estava em discussão e do que significava isso, que era a evasão escolar da população LGBT, naquele caso, mais especificamente, das pessoas transexuais (JORNAL GGN, 215, on-line).

Trabalhar a dimensão de gênero no campo da comunicação requer pensar além da estética produzida pela linguagem politicamente correta. Mais do que isso, implica garantir espaço real na pauta das questões prioritárias nos meios de comunicação. A ênfase dada à relação estreita entre comunicação e sociedade é feita por Bordenave (1997). Para ele, uma não existe sem a outra, sendo a comunicação a responsável pela adoção de determinados modos, hábitos, valores que constituem a cultura e se revela uma necessidade básica do ser social. Neste sentido, a importância de reflexão sobre a abordagem de gênero na comunicação é premente, embora esse debate seja, muitas vezes, colocado como periférico pela nossa sociedade. Quando uma mulher ou um grupo que defende uma identidade de gênero não normatizada socialmente resolve discutir como a sua imagem está sendo utilizada pela publicidade, jornalismo, programas de auditório ou entretenimento, sempre aparece uma voz reivindicando por uma suposta liberdade de expressão – entendida aqui como a liberdade de perpetuar estereótipos através de depreciação, o que empobrece o debate.

Um primeiro conceito que se deve considerar é que discurso é exercício de poder. A decisão de quem fala, como fala e porque fala não é autônoma ou isenta de hierarquias, por isso a comunicação é poder. As informações veiculadas nos meios de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais impressos, etc.) nascem privilegiadas, como se a última instância do filtro da verdade fosse essa mediada pelos canais de comunicação.

Pode-se dizer também que as informações midiáticas são uma representação da sociedade, não apenas um reflexo dela. A mídia tem essa tendência de reproduzir comportamentos e atitudes que estão mais ou menos enraizados na cultura. Mas também é importante ressaltar que a mídia transcende o espelho, e paradoxalmente influencia novos comportamentos e maneiras de pensar. As representações são socialmente produzidas e compartilhadas dentro de um contexto histórico específico, e passam pelos processos de legitimação entre os pares, fortalecidos pela ação midiática. São constituídas a partir da experiência, das informações, dos saberes e dos modelos de pensamento recebidos, transmitidos e construídos através da cultura.

Nas sociedades contemporâneas, a relevância do lugar dado à comunicação e o imperativo direito a ela podem ser explicados pelos motivos elencados por França (2011, p.39), que reforça a estreita ligação entre a comunicação e a realidade social:

A comunicação tem uma existência sensível; é do domínio do real, trata-se de um fato concreto do nosso cotidiano, dotada de uma existência quase exaustiva na sociedade contemporânea. Ela está aí, nas bancas de revista, na televisão da nossa casa, no rádio dos carros, nos outdoors da cidade, nas campanhas dos candidatos políticos e assim por diante.

É a essa comunicação, que está presente em todos os espaços sociais nos quais é vivenciado o cotidiano, sejam eles considerados públicos ou privados que as pessoas estão inseridas arbitrariamente, que este estudo trata: a comunicação mediada pelos meios. De acordo com Lima (2004, p. 23) “aparece tardiamente na história da humanidade e se constitui numa das importantes características da modernidade”, embora França (2001, p. 40) deixe claro que a modernidade não descobriu a comunicação, apenas problematizou o seu desenvolvimento, e mais “a modernidade transformou a comunicação em problema; levantou questões em torno de uma prática até então natural, naturalizada – prática esta que desde então se impôs aos homens como algo a ser melhor conhecido” (FRANÇA, 2001, p. 46).

Ao perceber o espaço ocupado pela mídia nas sociedades modernas, Thompson (2011, p. 66), explica que o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação sociais, novos tipos de relações sociais e de maneiras de relacionamento dos indivíduos. Nesse sentido, é importante a análise sobre os mecanismos de produção jornalística, como se caracteriza o chamado polo ideológico do jornalismo e de que forma eles influenciam o seu produto final que é a própria notícia.

Os meios de comunicação de massa no Brasil se empenham na defesa de determinados posicionamentos políticos em detrimento de outros, optando por direcionar mais tempo para o que lhe parece politicamente interessante em detrimento de uma pluralidade de outras opiniões e fatos. As representações de gênero acontecem da mesma forma. Assim como os outros movimentos sociais que são sub-representados no espaço midiático, os movimentos organizados por mulheres também são. Tais movimentos são simplesmente ignorados, criminalizados ou ridicularizados sobre pretextos humorísticos (MORENO, 2014).

As notícias aqui são consideradas como matéria-prima para o presente estudo e, assim, é importante contextualizar o campo do Jornalismo que é o produtor das notícias sobre as questões de gênero que serão analisadas no Capítulo 4. Segundo Oliveira (2005, p.3), o surgimento do jornalismo está ligado a uma intencionalidade de constituição de uma esfera

pública fora do Estado, por isso seu caráter “revolucionário, de denúncia, de esclarecimento, de formação de ideias e fomentadora do debate público”. Para o autor, dentro do espectro do que ele chama de sistema de comunicação de massa, o jornalismo é uma parte pequena, com espaço bem menor do que o espaço de produtos de entretenimento de publicidade e propaganda (OLIVEIRA, 2005). Portanto, colocá-lo no lugar de único formador de opinião da sociedade é um equívoco para o estudo da sua abrangência.

Como nos diz Traquina (2005, p. 22) “o jornalismo é uma atividade intelectual”, e é quem responde diariamente às inquietações de querer saber o que está acontecendo no mundo.

Poder-se-ia dizer que o jornalismo é um conjunto de ‘estórias’, ‘estórias’ da vida, ‘estórias’ das estrelas, ‘estórias’ de triunfo e tragédia. Será apenas coincidência que os membros da comunidade jornalística se refiram às notícias, a sua principal preocupação, como ‘estórias’? (TRAQUINA, 2005, p.21).

Entretanto, a produção jornalística possui suas características e atende à algumas especificidades que são exploradas nesta pesquisa, a fim de compreender as suas narrativas. A dicotomia da atividade jornalística reside na sua característica de ser relativamente autônoma, mas ao mesmo tempo altamente condicionada.

Traquina (2005, p.25), alerta sobre a transitoriedade e incompletude desses entendimentos: “Compreender porque as notícias são como são têm sido objeto de longa pesquisa e têm surgido diferentes teorias para explicar as notícias”. Por esse motivo, a pesquisa pretende abordar um entendimento exaustivo das características da produção jornalística, mas sem a pretensão de esgotá-la, já que é uma ciência dinâmica, campo em permanente disputa e atuação profissional em constante movimento.

A notícia, como o principal produto do jornalismo contemporâneo, sofreu algumas mudanças ao longo dos anos. E é necessária uma análise atenta da sua relação com as mudanças do campo jornalístico em si quanto na sua relação com a sociedade, para uma compreensão mais aproximada do papel da mídia jornalística hoje.

A característica de imprensa livre, como um dos pilares das sociedades democráticas, de acordo com Neveu (2006, p. 14) não garante “mecanicamente um igual acesso ao debate público de todos os pontos de vista, de todos os componentes da sociedade”. Cabe problematizar que as empresas de comunicação hierarquizam os assuntos, escolhem o que os consumidores/as vão ler.

A principal problemática desta pesquisa, surge a partir da percepção, mesmo que ainda incipiente, de que as múltiplas concepções de gênero tão amplamente estudadas e debatidas

no âmbito da academia e dos movimentos sociais não estão sendo mostradas na mídia de forma plural e diversificada, como realmente são.

No caso do jornalismo, como é abordado no Capítulo 5, observa-se uma série de reportagens e matérias em jornais impressos e virtuais com referências imprecisas, termos inadequados e alusões a referenciais teóricos falhos.

Um exemplo de um erro muito comum que ocorre na redação de notícias, é quando a matéria jornalística se refere à travesti como “o travesti”, usando pronome masculino, desrespeitando uma das principais reivindicações dessas pessoas, de serem tratadas no feminino. Em uma matéria do site da Rádio CBN,<sup>12</sup> sobre a famosa travesti Rogéria, onde é disponibilizado um vídeo com entrevista da artista, o título da notícia é construído da seguinte forma: “Rogéria foi o 'travesti da família brasileira” e a chamada para o vídeo diz: “A atriz foi responsável por tirar a imagem dos travestis do submundo.” Ou seja, mesmo a intenção de chamá-la de “a” atriz, não impede que se refiram “aos” travestis de forma equivocada.

Em maio de 2018 foi lançado o Manual de Comunicação LGBTI+, pela Aliança Nacional LGBTI e Rede GayLatino<sup>13</sup>, com o objetivo de subsidiar a produção de uma comunicação jornalística respeitosa e inclusiva. O documento endossado pela FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, não pretende ser uma obra conclusa ou um material acadêmico, mas um guia em permanente construção.

Nos casos de notícias de violência contra mulheres, por exemplo, tem sido comum, os casos serem relatados de forma espetacular como forma de atingir e manter a audiência do veículo jornalístico. Muito pouco se aborda questões mais profundas desta violência, de forma a problematizar o tema provocando algumas discussões ou reações da sociedade. No caso do feminicídio, violência extrema por razões de gênero, muitas vezes ainda se usa o termo “crime passional”, justificando a violência por razões românticas de cunho privado. Em fevereiro de 2018, em uma matéria veiculada no site do G1 Tocantins<sup>14</sup> a morte de uma mulher assassinada, em que o suspeito era o marido, o título trazia as seguintes informações: “Assassinato de técnica de enfermagem é investigado como crime passional” o que se repete no corpo da matéria. Uma explicação possível, mas não justificável, é a utilização como única fonte para a redação da notícia o Boletim de Ocorrência Policial, que pode trazer esse tipo de

---

<sup>12</sup> CBN. **Rogéria foi o 'travesti da família brasileira'**. 2017. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/117959/rogeria-foi-o-travesti-da-familia-brasileira.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

<sup>13</sup> <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>

<sup>14</sup> G1 TOCANTINS. **Assassinato de técnica de enfermagem é investigado como crime passional**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/assassinato-de-tecnica-de-enfermagem-e-investigado-como-crime-passional.ghtml>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

abordagem de tipificação de crime. Não é suficiente para o leitor, dada a importância e responsabilidade dos meios de comunicação, que essas ideias sejam reproduzidas sem qualquer filtro.

A partir dessas observações, foi escolhido o episódio que servirá de referência para a análise de cobertura jornalística, no caso, a repercussão na mídia tocantinense sobre a proibição dos estudos de gênero nas escolas municipais de Palmas/TO.

Em janeiro de 2016, foi aprovado pela Câmara Municipal de Palmas o Plano Municipal de Educação que orienta, normatiza e estabelece metas para a educação do município para um período de dez anos. A construção e aprovação dos Planos Municipais e Estaduais é uma obrigação dos estados e municípios, e decorrem da aprovação do Plano Nacional de Educação, que estabelece as diretrizes gerais para educação do país.

O texto aprovado e sancionado em 19 de janeiro de 2016 não continha a menção à palavra gênero em nenhum dos artigos, metas ou estratégias. Fazia uma referência muito ampla à construção de referenciais curriculares que garantissem o respeito às diversidades (culturas afro-brasileira e indígenas, a educação ambiental e direitos humanos) como estratégia para permanência e sucesso escolar.

Em 14 de março de 2016, o poder executivo municipal publicou uma medida provisória alterando o texto da Lei 2238/2016 que instituiu o Plano Municipal de Educação. No novo texto que passou a valer desde então, estava:

vedada a discussão e a utilização de material didático e paradidático sobre a ideologia ou teoria de gênero, inclusive promoção e condutas, permissão de atos e comportamentos que induzam à referida temática, bem como os assuntos ligados à sexualidade e erotização (PALMAS, 2016b, on-line)

A alteração da lei através de medida provisória pelo prefeito, não respeitando os trâmites legais e burocráticos para sua alteração, foi um dos aspectos polêmicos e questionados por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil no Tocantins e pela Defensoria Pública Estadual do Tocantins.

Mas a polêmica não ficou restrita a essas questões sobre a sua legalidade. Houve uma série de disputas ideológicas entre grupos sociais, que tinham entendimentos divergentes sobre os temas ligados às questões de gênero e sua abordagem nos currículos escolares. Diversos sites de abrangência regional noticiaram esses acontecimentos, deram voz aos atores e grupos sociais que estavam envolvidos com essa disputa.

A pesquisa busca analisar aspectos da narrativa jornalística produzida por diversos sites pesquisados sobre a abordagem das questões de gênero no contexto da medida provisória, que proibiu a discussão e seus desdobramentos, tais como: discussão sobre a distribuição de livros didáticos, aprovação do PME sem a palavra gênero, alteração do PME através de medida provisória proibindo a discussão de gênero, pressão religiosa e imposição de doutrinas tanto no poder executivo como no legislativo, mobilização de órgãos de classe e instituições públicas, organização de movimentos sociais em defesa e contra a decisão expressa em Lei.

O tempo todo recebemos uma avalanche de informações pela televisão, rádio, jornais e redes sociais. Os meios de comunicação acabam sendo mediadores das informações, ou seja, do que realmente ocorre no mundo e de como essa informação chega até nós. Nesse sentido, a discussão sobre o papel social da mídia na sociedade contemporânea é cada vez mais relevante, e continua sendo tema central de diversas análises na teoria social.

a comunicação moderna não pode ser conceituada como externa ao campo das estruturas e práticas sociais porque ela é, de forma crescente, constitutiva internamente delas. Hoje as instituições e relações de comunicação definem e constroem o social; elas ajudam a constituir o político; elas mediatizam as relações econômicas produtivas; elas se transformaram em ‘uma força material’ nos modernos sistemas industriais; elas definem o tecnológico; elas dominam o cultural (HALL, 1999 p. 43).

Partindo da perspectiva de que além de mediar as informações, a mídia exerce o poder de formar opiniões, ela pode tanto reproduzir desigualdades de toda ordem, quanto contribuir para a diminuição delas, a depender da sua abordagem narrativa, que expressará seus posicionamentos e ideologias. A comunicação deve ser compreendida como um direito humano, por isso deve ter atuação na perspectiva da promoção da igualdade de direitos.

Si bien el derecho a la libertad de expresión es central y prioritario para cualquier tarea comunicacional, ningún derecho es absoluto y uno de los límites de éste es la posibilidad de que la mayor diversidad de personas pueda ejercer su derecho a la comunicación (CHACHER, 2016, p.14),.

Sob a perspectiva da igualdade de gênero, uma breve observação já mostra que os meios de comunicação deixam muito a desejar nessa questão, fazendo abordagens superficiais e tendenciosas. Os meios não têm contribuído para uma discussão mais aprofundada dessas questões, e tem reproduzido preconceitos que nãoespeitam as diferenças existentes entre os seres humanos.

No caso a ser analisado pela pesquisa, observa-se que a proibição da abordagem de discussões sobre gênero nas escolas de Palmas suscitou uma série de discussões na sociedade, nas mais diversas esferas. Ocorreram disputas no poder executivo e legislativo municipal, e neste contexto, sob forte influência de setores religiosos. Além disso, muitas pessoas que compõe as comunidades escolares se inseriram nessa discussão, como pais, professores e alunos. Muitos núcleos de instituições sociais, que atuam na defesa de direitos humanos e os movimentos sociais de gênero e diversidades, também protagonizaram as discussões.

Entendendo que a discussão sobre gênero está longe de chegar a um consenso, mas sabendo que a mediação sobre o que estava acontecendo nesses espaços e o que foi informado ao público, ocorreu pelo intermédio dos meios de comunicação, interessa saber como foram construídas nos sites de abrangência regional as narrativas sobre as controvérsias e disputas sobre gênero em Palmas/TO no período janeiro à agosto de 2016.

No caso do objeto em estudo, pretende-se analisar se a cobertura midiática das discussões sobre a proibição de gênero no Plano Municipal de Educação impactou de alguma forma as ações dos atores que disputavam os espaços de poder e a opinião pública de forma mais geral.

A mídia cumpre papel fundamental nas sociedades democráticas como agente de mediação de informações e formação de opinião. Ela pode reforçar ou desconstruir as desigualdades sociais, de acordo com as representações por ela produzidas. Por esse motivo, realizar uma análise da sua atuação no cumprimento dessa função social, se coloca como primordial.

### **3.2 Atividade jornalística e a produção da notícia**

A atividade jornalística, apesar de requerer para si certa autonomia, é condicionada por diversos fatores próprios da natureza da profissão, como as pressões relacionadas ao tempo para fechamento de pautas e matérias, hierarquias das empresas jornalísticas, competitividade, e os agentes sociais que de certa forma exercem pressão sobre os jornalistas (TRAQUINA, 2005).

Muitas coisas acontecem o tempo todo no mundo, e todas seriam potencialmente notícias. Mas só o são quando alguém que fornece notícia, o jornalista, as relata. A estrutura de seleção é afetada pela própria organização e regularidade da produção de notícia dos jornais. Essa organização direciona para certas categorias de itens, a partir dos quais ocorre a seleção do jornalista do que pode ser interesse do leitor. O sentido do valor-notícia para o jornalista começa a estruturar o processo de escolha.

Os media não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos que são por si só ‘naturalmente’ noticiáveis. As notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (HALL, 1993, p.224)

Esse entendimento contribui para compreensão, segundo Fontes (2014), dos efeitos gerados na opinião pública pelos modos como as notícias são narradas pelos veículos de comunicação informativos a respeito de um determinado tema, em um dado tempo e em uma dada sociedade. Para ela, é importante ter em vista que a veiculação de qualquer notícia é precedida por uma série de etapas classificadas no campo jornalístico como rotinas produtivas.

A fim de que um fato seja publicado sob a forma de notícia, avalia-se se este contém valores-notícia o suficiente para atender aos critérios de noticiabilidade. Esses critérios de são compartilhados entre os meios de comunicação e seus profissionais, mas não são descritos ou formalmente definidos.

Como conjunto de categorias socialmente construídas para produção de notícias, Hall (1999, p.225-226) destaca:

a organização burocrática da mídia que produz as notícias em tipos específicos de categorias; A estrutura de valores-notícia que ordena a seleção e a posição de determinadas ‘estórias’ dentro destas categorias; A construção da própria notícia que envolve a apresentação do item ao seu presumível público, em termos que, tanto quanto os apresentadores do item possam avaliar, o tornem compreensível a esse público.

O conceito de valor-notícia surge na década de 1960, quando diversas teorias sobre o jornalismo começam a ser institucionalizadas. Entre os estudos da época, o das norte-americanas Galtung e Ruge (1999) são o que melhor descreve o novo conceito e define os critérios de noticiabilidade, ou seja, o que será levado em conta para um acontecimento virar notícia.

As norte-americanas, em resposta à pergunta “como é que os acontecimentos se tornam notícia”, apontaram os seguintes valores-notícia: 1. Frequência ou duração do acontecimento (compatibilidade entre o ritmo do acontecimento e a periodicidade do meio); 2. Amplitude (dimensão do acontecimento, que vai desde o número de pessoas envolvidas até a carga dramática do fato); 3. Clareza (quanto menor a ambigüidade, maior a notabilidade); 4. Significância (diz respeito à proximidade cultural e/ou relevância); 5. Consonância (facilidade de inserir o “novo” numa “velha” ideia que corresponda ao que se espera que aconteça); 6.

Inesperado (acontecimento raro, com proximidade cultural); 7. Continuidade (o que já foi notícia tende a continuar sendo, mesmo que tenha reduzida a amplitude ou tornado familiar o inesperado); 8. Composição (o valor de cada acontecimento varia de acordo com o equilíbrio do produto jornalístico como um todo); 9. Referência a países de elite; 10. Referência a pessoas de elite; 11. Personalização (possibilidade de ser visto em termos pessoais); 12. Negatividade (quanto mais negativas as consequências, mais chances de um fato virar notícia).

A mídia repercute tais debates e agenda o tema das questões de gênero, foco da presente pesquisa. Esse agendamento de temas pela mídia pode ser explicado pela hipótese do *agenda setting*, quando os meios de comunicação transformam determinados fatos escolhidos em notícia, os colocando na ordem do dia. Fontes (2014, p. 24) , explica que:

Uma informação publicada em um veículo noticioso não é produto do trabalho de um único profissional de comunicação. Ela está inserida numa lógica de produção industrial e num contexto ideológico, de modo que, no campo jornalístico, existe o consenso de que a notícia é um produto à venda na indústria da informação e de que a neutralidade e a objetividade do jornalista, embora possam ser metas profissionais e éticas, não passam de um mito dificilmente alcançável. A objetividade e a neutralidade jornalística é um tema caro no embate entre jornalistas e pesquisadores do campo da comunicação; porém, prevalece a máxima de que os jornalistas não são meros observadores e narradores passivos da realidade, mas atores sociais do processo de construção da realidade social que narram.

Os estudos sobre a *agenda setting* surgem nos anos 1960 e se consolidam na década seguinte, no contexto do que se denomina *communication research*. Esse conceito surge nos Estados Unidos, e foi como diversos pesquisadores interseccionalizaram algumas teorias como uma tentativa de compreender o “mais amplamente possível a abrangência do processo comunicacional” (HOHLFELDT, 2001, p. 188)

A hipótese do *agenda setting* trabalha com a ideia da imposição dos meios de comunicação de massa sobre os indivíduos, não na maneira do pensar mas no que fazem este público pensar:

Na perspectiva do *agenda setting*, pode-se observar uma sociologia cognitiva onde os indivíduos adquirem sua visão de mundo proveniente da agenda estipulada, ao longo do tempo pelos mass media. O efeito é ressaltado pelo seu aspecto cumulativo (FERREIRA, 2001, p.112).

A referência ao *agenda setting* como uma hipótese e não uma teoria é justificada por Hohlfeldt (2001, p. 189) caracterizando a teoria como “um paradigma fechado, um modo acabado e, neste sentido, infenso à complementações ou conjugações, pela qual traduzimos

uma determinada realidade segundo um modelo.” Para ele uma hipótese, traz um significado contrário:

É um sistema aberto, sempre inacabado, adverso ao conceito de erro característico de uma teoria. Assim a uma hipótese não se pode jamais agregar um adjetivo que caracterize uma falha: uma hipótese é sempre uma experiência, um caminho a ser comprovado e que, eventualmente se não der certo naquela situação específica, não invalida necessariamente a perspectiva teórica.

De acordo com Castro (2014, p. 194) essa hipótese não é uma versão contemporânea das teorias dos efeitos massivos da mídia. As investigações acerca da *agenda setting* chamaram a atenção de alguns autores quanto à influência de outros fatores além da influência midiática na percepção das pessoas sobre os temas mais relevantes.

De acordo com Hall (2003), quando refere-se à forma como a notícia é produzida e transmitida, o texto é um fator delimitador da decodificação. É a partir dele que a codificação é efetivada e que preferências de leitura são apresentadas ao receptor. Os sentidos preferenciais do texto trazem as práticas e crenças que este objetiva apresentar, que, quase sempre, é a ordem dominante institucionalizada.

O momento da recepção (ou decodificação) tem, para Hall (2003), suas próprias condições de existência, e é também fruto de uma construção. Se a codificação produz alguns parâmetros dentro dos quais as decodificações vão operar, é fato que alguma correspondência entre ambos deve estar impressa, do contrário não haveria uma troca comunicativa.

O autor nos indica três posições hipotéticas a partir das quais a decodificação de um discurso televisivo pode ser construída: a posição hegemônica-dominante (a espectadora opera dentro do proposto pelo produtor, decodifica a mensagem de acordo com o esperado), o código negociado (a espectadora reconhece definições hegemônicas, mas se permite adaptá-las ao seu lugar, podendo ou não dar sua adesão) e o código de oposição (a espectadora se posiciona de modo totalmente contrário àquele do produtor, opondo-se à sua mensagem). Para o autor, essas não são posições estáticas, mas posições entre as quais o receptor se desloca dependendo do que a mensagem codificada nele aciona.

Todos esses movimentos na produção da notícia podem estar relacionados com a hipótese do agendamento. Tratado como hipótese, o *agenda setting* pode ser acometido por variantes que podem alterar a experiência em construção, que podem ir agregando novas propostas empíricas para o objeto da comunicação. De qualquer forma essa hipótese parte de alguns pressupostos principais, segundo Hohlfeldt (2001). O primeiro pressuposto é que recebemos as informações em forma de “avalanche informacional”, em um fluxo contínuo, e

não de forma organizada e pontual como sugerem as teorias clássicas. E por não se tratar de um fluxo recortado e organizado de informações, sofreremos do que o autor chama de efeito enciclopédia, justamente provocado pela mídia, em que sofreremos um acúmulo de recepção de informação das quais lançamos mão, posteriormente, daquelas que conseguirmos armazenar.

Considerar que os Meios de Comunicação influenciam o receptores à médio e longo prazo, e não a curto prazo como diziam as outras teorias, é um segundo pressuposto do *agenda setting*. Ou seja, os efeitos provocados pela informação repassada pelos meios poderá ser observado desde o início de uma cobertura até o fim dos seus efeitos de fato no mundo real, não apenas o fim da cobertura jornalística em si. Os efeitos só se dão após um período relativamente longo de tempo (HOHLFELDT, 2001).

O terceiro pressuposto é que o agendamento apesar de não impor o que pensar em relação a um tema, é capaz de influenciar sobre o que pensar e falar. È justamente isso que caracteriza a hipótese do *agenda setting*, dependendo que a mídia agenda como tema importante, o público assimila como assunto importante individual e socialmente. (HOHLFELDT, 2001).

O fato do agendamento midiático ser capaz de forjar essa agenda individual e social, coletiva inclusive, relaciona-se com o surgimento dos meios de comunicação de massa, nos quais a internet hoje está inserida. Os meios de comunicação de massa foram necessários para dar acesso aos acontecimentos à todos, inclusive àqueles que não tinham acesso direto a eles. E até hoje, no que Hohlfeldt (2001) chama de sociedade urbana complexa, temos necessidade de mediação pelos meios de comunicação, uma vez que não podemos acompanhar todos os acontecimentos presencialmente.

Nos estudos de recepção nos quais podemos relacionar com a *agenda setting*, Thompson (2011) faz a seguinte observação quanto ao movimento ou relação entre quem produz e quem é afetado pela produção midiática:

Condições sob as quais os indivíduos recebem os produtos da mídia. [...] Estes estudos deixaram de lado decisivamente a ideia de que os receptores dos produtos da mídia são consumidores passivos; eles mostraram mais de uma vez que a recepção dos produtos da mídia é um processo mais ativo e criativo do que o mito do assistente passivo sugere. Eles também mostraram que o sentido que os indivíduos dão aos produtos da mídia varia de acordo com a formação e as condições sociais de cada um, de tal maneira que a mesma mensagem pode ser entendida de várias maneiras em diferentes contextos (THOMPSON, 2011, p. 42).

O que podemos perceber é que a hipótese do agendamento traz ainda uma nuance diferenciada, que é a seguinte: ele não influencia somente o público ou os receptores da

informação de forma isolada. Mas tem a capacidade de influenciar nas ações de quem é o alvo da notícia. Assim a análise da narrativa sobre as questões de gênero e educação que será apresentada no Capítulo 5 irá evidenciar que tais temas são agenciados. Aqui é preciso fazer a ligação com o seu tema. Não adianta abordar a agenda setting sem relacionar isso com o seu tema de pesquisa.

#### 4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa e pelo vasto escopo do tema não pretende esgotar todas as possibilidades de análise e interpretação do seu objeto de estudo. Mas, busca fazer uma imersão que permita alcançar os seus objetivos gerais e específicos e discutir os seus resultados tanto na academia quanto na sociedade como um todo, contribuindo para o questionamento do papel da mídia na produção de notícias pró-igualdade entre os gêneros.

A pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a outras áreas das ciências.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (MINAYO, 2001)

O trabalho se fundamenta na pesquisa bibliográfica, documental, e realiza uma análise interpretativa amparada nos estudos de gênero e teorias do jornalismo. A análise das notícias referentes ao acontecimento pesquisado e utiliza das propostas da Análise Crítica da Narrativa Jornalística proposta por Motta (2008).

Para realizar a análise da narrativa jornalística da discussão de gênero no âmbito da educação em Palmas/TO, foram consideradas notícias veiculadas em sites de abrangência estadual de janeiro de 2016 a agosto de 2016.

A opção por compor o *corpus* pelas notícias veiculadas neste período específico se dá pelos seguintes motivos: o Plano Municipal de Educação de Palmas foi aprovado e publicado no Diário Oficial do Município no mês de janeiro de 2016, após uma série de discussões iniciadas em 2015. As etapas de discussão do plano foram mediadas pelo Conselho Municipal

de Educação e Fórum Municipal de Educação, envolvendo a discussão de gênero, portanto esse assunto passou a ser destacado nestas instâncias deliberativas. Observa-se que durante os meses de fevereiro a julho foram publicadas notícias referentes a esse tema, com ênfase no mês de março e abril, quando foi o auge da polêmica, em razão da publicação da medida provisória que alterou o documento final do PME, proibindo as discussões de gênero. Fazem parte da pesquisa as notícias que foram publicadas no mês de agosto, para que se possa visualizar, a diminuição ou permanência da repercussão até o referido mês, caracterizando um desfecho do fato.

Tendo como ponto de partida para esta pesquisa, como mencionado anteriormente, a proibição da discussão de gênero nas escolas municipais que ocorreu através da Medida Provisória nº 06/2016 em março de 2016, optou-se por selecionar notícias de janeiro a agosto de 2016, para traçar um panorama de como estavam as discussões dois meses antes e cinco meses depois da publicação.

A pesquisa consistiu em buscar notícias em sites do Tocantins com audiência no estado que repercutiram a trajetória de discussão sobre o Plano Municipal de Educação. As buscas foram feitas no buscador *Google* utilizando palavras ou termos que pudessem indicar a relação com o tema a ser pesquisado. Foram utilizados os seguintes termos para realizar a busca:

- a) Discussão de gênero em Palmas
- b) Proibição da discussão de gênero em Palmas
- c) Ideologia de gênero Palmas
- d) Medida Provisória proíbe discussão de Gênero em Palmas
- e) Gênero e Plano Municipal de Educação Palmas

Destas buscas resultaram 123 notícias que faziam referências à discussão de gênero em Palmas, sendo sites de notícias nacionais com sucursais regionais, como o G1 Tocantins e Folha de São Paulo, sites de notícias estaduais e regionais como o Conexão Tocantins, Cleber Toledo, T1 Notícias e Jornal do Tocantins, além de matérias encontradas nos sites da Defensoria Pública do Estado do Tocantins e Ordem dos Advogados do Brasil do Tocantins, em blogs de opinião e em canais de comunicação ligadas a organizações religiosas como o site CNN Tocantins, e de teor religioso como JM Notícia.

Como o interesse da pesquisa é perceber a atuação dos meios de comunicação jornalísticos através da análise da sua narrativa, utilizou-se como primeiro critério de inclusão apenas de sites jornalísticos, que na descrição no próprio site se definem como veículo de notícias. Portanto, foram excluídos da análise os sites institucionais, de órgãos

governamentais, entidades de classe e entidades partidárias. O segundo critério de inclusão foi optar por sites de notícias com sede no estado do Tocantins, e que por isso tem audiência estadual. Em razão disso, mesmo que a coleta inicial tenha retornado sites com notícias de Palmas que repercutiram em outros estados do país, esses foram excluídos da análise. E ainda, para corroborar com o escopo temporal escolhido para a pesquisa, como dito anteriormente, foram incluídas apenas notícias publicadas de janeiro a agosto de 2016. Foram descartadas também as notícias que se repetiram nesta coleta, e que estavam listadas na primeira organização da lista, pois retornaram em dois ou mais termos pesquisados.

Do total inicial de 123 notícias, foram descartadas 61, pelos motivos expressos na tabela 1:

**Tabela 1 - Critérios de exclusão**

<b>Motivo Da Exclusão</b>	<b>Quantidade de Notícias</b>
Notícia publicada em sites jornalísticos do Tocantins, mas fora do período pesquisado	4
Notícia publicada em sites do Tocantins, mas não jornalísticos	13
Notícia repetida (devido à coleta ser feita por termos)	29
Notícia publicada em sites que não são do Tocantins	15
<b>Total de notícias excluídas</b>	<b>61</b>

Fonte: Elaborada pela autora

Resultou num *corpus* de 62 notícias, publicadas em 21 sites jornalísticos diferentes sendo eles os seguintes, ordenados pela quantidade de notícias encontradas, como mostra a Tabela 2:

**Tabela 2 - Quantidade de notícias por veículo jornalístico**

<b>Nome do veículo jornalístico</b>	<b>Quantidade de notícias</b>
Cleber Toledo	8
Conexão Tocantins	7
T1 Notícias	7
JM Notícia	6
Atitude Tocantins	4
G1 Tocantins	4
Jornal do Tocantins	4
Portal Stylo	3
AF Notícias	2
Amazonia ao Vivo	2
CNN Gospel	2
Mural do Tocantins	2
O Girassol	2
Rede TO	2
CBN Tocantins	1
DG Gospel	1
Palmas Aqui	1
Portal do Amaral	1
Portal do Norte	1
Portal na Boca do Povo	1
Radio Paz	1

62

Fonte: Elaborada pela autora

Todas as informações pertinentes à identificação das notícias foram organizadas em planilha, contendo os seguintes dados: termo utilizado para busca, data da publicação, título da matéria, nome do site e link (Apêndice A). As matérias foram salvas em PDF e impressas para o procedimento de leitura e análise conforme metodologia escolhida.

#### **4.1 Análise crítica da narrativa jornalística**

Um instrumento metodológico fundamental utilizado para análise das coberturas jornalísticas é a Análise Crítica da Narrativa, decorrente da Narratologia que inicialmente era

usada na literatura. Essa metodologia foi descrita por Motta (2013), que a define como um método de olhar a narrativa, sendo que a narrativa propriamente dita é uma forma de ver e contar sobre o mundo. Os estudos sobre a narrativa surgiram primeiramente ligados à análise literária, em 1960 com o autor russo Valdimir Propp que escreveu *Morfologia do Conto Maravilhoso* e a partir da década de 1990, pesquisadores do jornalismo começaram a ver que o jornalismo, apesar de estar sempre operando com a verdade dos fatos e a linguagem própria repassa muitos mitos, o que impulsionou o estudo do jornalismo enquanto narrativa.

O termo narratologia significa teoria da narrativa, que compreende os procedimentos e métodos adotados na avaliação das narrativas humanas. Assim sendo, representa um campo e método de análise das práticas culturais. A análise da narrativa, portanto, representa um campo de pesquisa considerado novo. Para Motta (2013, p.40), narrar é:

relatar eventos de interesse humano enunciados em um suceder temporal encaminhado a um desfecho. Implica, portanto, em narratividade, uma sucessão de estados de transformação responsável pelo sentido. A narratividade introduz a questão do prosseguimento-interrupção ou a dialética continuidade-descontinuidade. Encadeia unidades narrativas em uma estrutura profunda (uma dinâmica funcional e seqüencial): uma complicação que solicita uma resolução. Narrar é, portanto, relatar processos de mudança, processos de alteração e de sucessão interrelacionados. Pressupõe a existência de uma lógica narrativa que nos leva a uma gramática narrativa universal” (MOTTA, 2013, p. 40).

Para análise de uma narrativa jornalística, o texto é apenas o ponto de partida para uma busca de contextualizações. Para proceder a análise de determinada narrativa, deve considerar os sujeitos envolvidos, que enunciam e interpretam as mensagens produzidas pelo texto, visto que eles são os atores sociais que dão significado à narrativa. A análise da narrativa caminha em busca do significado.

As relações culturais relacionadas à determinada narrativa, também devem ser observadas para sua análise. As narrativas são ordenadas como relações estabelecidas por meio da convivência entre as pessoas que estão relacionados principalmente a aspectos culturais. Neste caso a narrativa não pode ser aleatória e desprovida de intenções, mas é “uma atitude, quem narra quer produzir certos efeitos de sentido através da narração” (MOTTA, 2008. p. 5). Por isso a narrativa não pode ser aleatória e desprovida de intenções, mas é uma atitude de quem narra quer produzir certos efeitos de sentido através dela.

A decisão sobre que aspectos da análise o pesquisador pretende privilegiar, até onde pretende chegar, é subjetiva e depende da relação com o próprio objeto, porém Motta sugere três instâncias de análise que ele denomina de instâncias do discurso narrativo:

No Plano da expressão, a centralidade da análise se coloca em relação à linguagem e discursos utilizados nestas matérias. A linguagem aqui é vista como recurso cultural importante dos meios de comunicação, tendo em vista seu lugar privilegiado na circulação de informações. Sobretudo a análise de linguagem é importante no campo jornalístico, pois dele se espera “a verdade dos fatos”, o que lhe incumbe esta responsabilidade linguística.

No Plano da estória (ou conteúdo, enredo): As notícias foram analisadas tendo como ponto de partida a proibição da discussão de gênero na educação, e a narrativa jornalística desse acontecimento aqui denominada “estória” se configurou de maneira lúdica desenhando um enredo com início, meio e fim, apontando personagens, conflitos, e desfechos que nos apresentam o contexto social, cultural e político desta narrativa.

Na instância denominada Plano da metanarrativa (tema de fundo, compreensões de mundo): Foi o momento em que foi realizada a observação do contexto nacional em que se inserem essas discussões, quem são os atores envolvidos, que concepção de mundo estão disputando não apenas em Palmas, a partir do entendimento que o que aconteceu aqui é um recorte de uma realidade nacional e sua análise não se esgota nesta pesquisa.

Em relação aos movimentos de análise, Motta (2013) propõe as etapas abaixo que, a depender do pesquisador, podem ou não serem desenvolvidas, mas são propostas como forma de organizar metodologicamente o trabalho:

1 - O primeiro movimento é compreender a intriga como síntese do heterogêneo. Para isso, o analista deve ler e reler a narrativa quantas vezes for necessário, a fim de compreendê-la integralmente, pois uma análise só pode ser realizada quando se conhece muito bem a estória integral e o enredo no qual ela se estrutura. Isso permitirá a identificação do seu princípio, o meio e final, bem como sua inteligibilidade como totalidade.

2 - O segundo movimento consiste em compreender a lógica do paradigma narrativo. A lógica da narrativa corresponde à articulação interna das partes. Deve-se buscar compreendê-la no seu contexto comunicativo como um projeto dramático de construção da realidade. Um narrador, ao colocar-se na encenação narrativa, utiliza estratégica e astuciosamente os recursos de linguagem para construir um discurso argumentativo na relação com o seu interlocutor.

3 – O terceiro movimento é deixar surgirem novos episódios. Os episódios são unidades temáticas ou narrativas intermediárias, semanticamente coesas, que relatam ações ou conjunto de ações relativamente autônomas (motivos) e correspondem às transformações e progressões no transcorrer da estória, conectadas ao todo no qual significativa se inserem.

4 - O quarto movimento consiste em permitir ao conflito dramático se revelar. Para Motta, um dos principais aspectos a considerar no plano da estória é a identificação dos conflitos dramáticos. Os conflitos são fundamentais na produção da catarse e processos cognitivos. Na narrativa, explica o autor, o conflito é estrategicamente textualizado pelo narrador em um projeto dramático. Ele funciona como um frame, um marco ou enquadramento que se apropria da complexa realidade e a relata de uma determinada maneira.

5 - O quinto movimento é denominado pelo autor como personagem: metamorfose de pessoa a persona. A sua apresentação tem início com a definição de personagem e assume um tipo, traços singulares que caracterizam certos sujeitos arquetípicos. Seja como for, é figura central da narrativa, é o eixo do conflito em torno do qual gira toda a intriga, colocando-se como ponto de passagem de todos os acontecimentos da estória.

6 - O sexto movimento é dedicado às estratégias argumentativas. Motta (2013) relembra-nos que aquele que narra tem sempre algum propósito: nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial; toda narrativa é argumentativa. Ela busca atrair, seduzir, envolver, convencer, provocar efeitos de sentido. Por isso, estudar toda e qualquer narrativa é descobrir os dispositivos retóricos capazes de revelar o uso intencional de recursos linguísticos e extralinguísticos pelo narrador no processo de comunicação.

7 - O sétimo movimento consiste em permitir a emergência das metanarrativas. O pressuposto do autor é que nenhuma história é contada sem que haja um fundo moral, uma razão ética que a situe. Assim, toda narrativa, seja ela fática ou fictícia, se constrói contra um fundo ético e moral. Esse pano de fundo ético, moral ou filosófico, ainda que também possa ter aspectos políticos, religiosos, psicológicos ou ideológicos, é o pano de fundo sobre o qual se desenvolve o conjunto de uma sequência ou enredo a respeito de determinado assunto.

Com a utilização desta metodologia pretendeu-se compreender a construção da narrativa jornalística e o papel da mídia na produção e reprodução de conceitos e de representações sociais, a partir do seu caráter ideológico e político. A escolha do discurso para noticiar determinado acontecimento retrata a posição do jornalista ou do editorial do meio de comunicação. A proibição dos estudos de gênero na educação municipal de Palmas rendeu no mínimo seis meses de notícias, devido a sua polêmica criada em vários setores sociais. No recorte realizado foi possível identificar vários aspectos de uma história com início meio e fim, desde o começo da discussão, seu ápice, conflito, desdobramentos, personagens e desfecho.

## 5 QUANDO E COMO O GÊNERO VIROU NOTÍCIA

Durante o ano 2015, já era possível perceber a polêmica sobre a abordagem dos estudos de gênero na educação básica, em seus currículos, conteúdos ou temas transversais, em razão da divulgação das discussões acaloradas que ocorriam no processo de construção dos planos de educação na mídia nacional, mas sobretudo nas redes sociais. Havia iniciado em 2014, em todo país a discussão sobre o Plano Nacional de Educação que prevê metas a essa pasta para um período de dez anos e que trazia o termo “gênero” no seu texto inicial, no sentido de garantir o respeito à diversidades e promoção de igualdade entre as pessoas, buscando obter além de sucesso escolar a formação para a cidadania de crianças, jovens e adultos. Depois de disputas e negociações política no âmbito do legislativo e executivo, o termo foi retirado do texto.

Essa retirada, considerada por alguns uma vitória da “família tradicional”<sup>15</sup> e por outros um retrocesso educacional, impactou também, como já referido anteriormente, a construção e aprovação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação em todo o país, de maneira mais ou menos incisiva a depender das disputas políticas locais.

A mídia de forma bem abrangente tem dado visibilidade às discussões sobre gênero. É possível observar a abordagem desses temas em diversos meios. Na televisão, em programas de entretenimento, novelas, filmes e telejornais. Na mídia impressa, este tema se faz presente em jornais e revistas. E na internet, na redes sociais, blogs e jornais on-line.

Nesse contexto de disputa social a respeito de temas controversos, do dever do estado, da função e da importância da educação, da composição das famílias, do lugar social da religião, se estabelece a narrativa jornalística em torno da proibição da discussão de gênero nas escolas municipais de Palmas.

A análise das notícias coletadas ocorre a partir da ideia de que quando são agrupadas em razão de um tema, são capazes de forjar a construção de uma história acerca da representação da realidade, e em razão do conflito apresentado, o texto jornalístico pode apresentar em sua narrativa uma problematização da realidade:

---

<sup>15</sup> A expressão “família tradicional” vem sendo constantemente usada no contexto conservador em que também se inserem as polêmicas em relação à gênero. O pensamento religioso impõe a noção de uma composição de família verdadeira e ideal, composta por homem, mulher e filhos unidos pelo matrimônio, fortalecendo o sistema patriarcal no momento em que impõe hierarquias dentro deste modelo, subordinando muitas vezes mulher e filhos em relação à figura masculina. É fortemente ligada a noção de binarismo de gênero e da imposição da heterossexualidade, como norma moral estruturalista. Essa imposição de um modelo de família, ignora e repudia outras configurações familiares possíveis e já existentes, como famílias “chefiadas” por mulheres (que muitas vezes não são as mães biológicas das crianças, mas tias ou avós) e famílias homoafetivas.

Existem muitas notícias e reportagens que são narrativas integrais, histórias mais ou menos completas, com princípio, meio e fim. Podem ser isoladamente analisadas como narrativas fechadas porque possuem uma unidade integral. Entretanto, a nossa opção aqui é pela análise de um conjunto de notícias isoladas sobre um mesmo tema publicadas dia após dia, que aparentemente não possuem narratividade (MOTTA, 2008, p 145).

Nesse sentido, o conjunto de notícias coletados nos diversos veículos jornalísticos, contam essa estória de disputa, conflito e intriga que aconteceu no município de Palmas em meio às polêmicas sobre os usos da palavra gênero. Abaixo são detalhados, conforme exposto no Capítulo 4, os três aspectos da narrativa que foram analisados nas notícias jornalísticas selecionadas, que são: O Plano da expressão (linguagem ou discurso), Plano da estória (ou conteúdo, enredo e o Plano da metanarrativa (tema de fundo, compreensões de mundo).

### **5.1 Pressão política e alteração do PME em Palmas: Reconstrução do plano da estória**

A decisão do poder executivo do Município de Palmas, capital do estado do Tocantins, ganhou certa notoriedade em jornais on-line, a partir da aprovação do seu Plano Municipal de Educação, por ser o primeiro município a proibir a discussão de gênero nas escolas municipais. Como foi constatado na coleta de notícias, e posteriormente à aplicação de critérios de inclusão e exclusão, constituiu o *corpus* desta pesquisa vários sites, sendo eles de notícias ou institucionais, não apenas do estado do Tocantins, que noticiaram o fato.

Ou seja, a questão da inclusão ou não das discussões de gênero na educação em Palmas, a forma como a decisão foi tomada pelo prefeito do município (através de publicação de Medida Provisória), os trâmites burocráticos da aprovação da Lei, suas emendas e vetos, o questionamento da legalidade e constitucionalidade dela, a repercussão social do fato na comunidade, a manifestação de instituições sociais relevantes como Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil além de Movimentos Sociais e Organizações Religiosas, passou a fazer parte da pauta jornalística do estado durante alguns meses. Pode-se dizer que o gênero virou notícia.

O Plano Municipal de Educação de Palmas foi publicado no Diário Oficial do Município de Palmas em 19 de janeiro de 2016, através da Lei nº 2.238/2016, seguindo o que vinha acontecendo em outros estados e municípios, sem referência a palavra gênero. Duas das estratégias para alcançar o objetivo da Meta nº 5, que versa sobre a qualidade na educação básica, garantia de aprendizagem, melhoria do fluxo escolar e alcance das médias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foram as seguintes:

5.24) garantir, na construção dos referenciais curriculares da educação básica, conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas, a educação ambiental e direitos humanos, conforme as diretrizes nacionais e a legislação vigente, assegurando-se a implementação por meio de ações colaborativas com fóruns de educação, conselhos escolares, equipes pedagógicas e outros setores da sociedade civil;

5.25) garantir a oferta da educação do campo garantindo que ela se efetive considerando o desenvolvimento sustentável, a preservação da identidade cultural, a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo e do espaço, a reestruturação e a aquisição de equipamentos, e o atendimento na perspectiva inclusiva (PALMAS, 2016, p. 9).

Ou seja, não havia sido proibido falar de gênero, mas o termo “gênero” como uma categoria no espectro das diferenças sociais, importante para impulsionar os objetivos da referida meta de qualidade da educação, não estava descrita. As discussões na Câmara de Vereadores do município de Palmas e as pressões no Poder Executivo, já estavam acontecendo durante todo o processo de construção do PME em 2015, e a aprovação deste sem o termo gênero foi comemorada por alguns vereadores, que já tinham submetido emendas neste intuito.

Para constituição do plano da estória, que seguirá a partir do episódio da aprovação do referido documento, duas notícias anteriores ao período pesquisado ilustram a forma como a discussão sobre os Planos Municipais de Educação estava acontecendo no Estado todo e a preocupação já evidente com as questões de gênero.

Publicada em 26 de junho de 2015, no site jornalístico Conexão Tocantins<sup>16</sup>, a notícia apresenta um levantamento sobre a situação de aprovação dos PME no Tocantins, trazendo a fala do presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Tocantins, que avaliou como positivo o avanço na quantidade de PMEs aprovados, estando à frente de outros estados percentualmente. Interessa-nos, especificamente observar o seguinte trecho: “As aprovações acontecem em meio à polêmica sobre a inclusão da discussão de Gênero já que a bancada religiosa do Estado se mobilizou contra a inclusão do tema nos planos” (CONEXÃO TOCANTINS, 2015, on-line).

Timidamente, sem destaque em relação ao restante da matéria, já estava pontuada a polêmica que estava implantada. Também estava evidenciado o protagonismo da intervenção

---

<sup>16</sup> CONEXÃO TOCANTINS. **Em meio a polêmica sobre gênero, 96% dos municípios tocaninenses já estão com Planos de Educação sancionados.** 2015. Disponível em: <<https://conexaoto.com.br/2015/06/26/em-meio-a-polemica-sobre-genero-96-dos-municipios-tocantinenses-ja-estao-com-planos-de-educacao-sancionados>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

religiosa no âmbito político municipal e estadual, assunto que será retomado mais a diante, juntamente com outros aspectos da narrativa jornalística presentes no conjunto de matérias.

**Figura 1**

The image shows a screenshot of the website 'CONEXÃO TOCANTINS' with a '11 Anos' logo. The navigation bar includes links for 'PÁGINA INICIAL', 'MUNICÍPIOS', 'EXPEDIENTE', 'ANUNCIE', 'CONTATO', and a search bar. Below the navigation bar, there is a menu with categories like 'POLÍCIA', 'MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL', 'ELEIÇÕES 2018', 'AGENDA CULTURAL', 'GOVERNO DO ESTADO', 'PREFEITURA DE PALMAS', 'AÇÃO CÍVIL PÚBLICA', 'MEIO JURÍDICO', 'CAMPO', 'ATIVIDADE PARLAMENTAR', 'PODER JUDICIÁRIO', 'DEFENSORIA PÚBLICA', 'GOVERNO DO TOCANTINS', 'CÍNTIA RIBEIRO', and 'DIÁRIO OFICIAL DO'. The main content area features a news article with the title 'Em meio a polêmica sobre gênero, 96% dos municípios tocantinenses já estão com Planos de Educação sancionados'. The article text states that 96% of the Municipal Education Plans (PME) have been approved, highlighting Tocantins' progress in educational planning for the next 10 years. An accompanying photo shows children in a classroom. To the right, there is a 'MAIS LIDAS' section with several news snippets. At the bottom right, there is a 'Conexão ...' logo and a 'Curtir Página' button.

Fonte: Conexão Tocantins (2015)

Outra notícia já remete especificamente ao PME de Palmas, na ocasião em que, após passar pelas instâncias deliberativas e consultivas que são os Fóruns e Conselhos, foi aprovada pela Casa de Leis do Município, em dezembro de 2015, logo antes de ser publicado na forma de Lei em janeiro de 2016. Essa notícia, publicada no site JM Notícia<sup>17</sup>, apresenta três aspectos importantes da narrativa jornalística sobre o caso, que se repetirão nas notícias do ano seguinte, não apenas nesse veículo. Um deles é a repetição de um termo usado pelas organizações religiosas, se referindo aos estudos de gênero ou teorias de gênero, como “ideologia de gênero”. Apenas nesta notícia, o termo aparece três vezes:

Exerci vigilância e aprovamos com apoio de todos os demais vereadores, sem a ideologia de gênero’, ponderou o vereador. (...) Preocupado com a possibilidade de o texto deixar brechas para a abordagem da “ideologia de

<sup>17</sup> JM NOTÍCIA. **Plano Municipal de Educação de Palmas é aprovado sem a inclusão da ideologia de gênero.** Palmas, 23 dez. 2015. Disponível em: <http://www.jmnoticia.com.br/2015/12/23/plano-municipal-de-educacao-de-palmas-e-aprovado-na-camara-vereador-pastor-joao-campos-apresentou-emendas/>. Acesso em: 11 dez. 2017.

gênero” nas escolas, o vereador pastor João Campos (PSC) capitaneou e apresentou 14 emendas. (...) A “Teoria de Gênero” (chamada de ideologia por ser uma teoria fundada apenas em bases teóricas) arma que ninguém nasce homem ou mulher e que o gênero é uma construção social e cultural (JM NOTÍCIA, 2015, on-line).

Isso se repete na quase totalidade nas notícias que foram analisadas posteriormente, dentro do escopo de tempo proposto pela pesquisa, que é de janeiro a agosto de 2016. A persistência no uso desse termo pelos jornalistas, sem qualquer problematização acerca da sua origem, e o motivo pelo qual ele vem sendo empregado para desconstruir teorias e estudos sérios das ciências, chama atenção.

Novamente, se sobressai como característica da notícia a pressão religiosa (sobretudo de religiões cristãs – católicas, evangélicas pentecostais e evangélicas não pentecostais) sobre as decisões da Câmara de Vereadores e do Prefeito, como representante do executivo, na fala reproduzida pela matéria, do vereador João Campos, que também é pastor, e foi relator do projeto.

‘Concluo mais um ano de cabeça erguida, pois é mais um compromisso que cumpro com a comunidade cristã de Palmas, que espelha a família com fundamento nos instrumentos legais: Constituição Federal, Código Civil e Bíblia Sagrada’, concluiu Campos (JM NOTÍCIA, 2015, on-line).

Esse trecho reproduz a fala do mesmo vereador, que defende a sua posição de representante cristão no Poder Legislativo Municipal, incluindo a Bíblia Sagrada como normativa a ser seguida nesse espaço, contrariando o princípio do Estado laico.

Outro aspecto que aparece com frequência nas notícias, tal como nessa, é a tentativa de definir o que é dever da escola (e do Estado, por extensão de responsabilidade) e o que é dever ou função da família. O discurso utilizado nos espaços de governo e reproduzidos na narrativa jornalística, é o de que a escola tem a função de ensinar os conteúdos das disciplinas propedêuticas (matemática, português, ciências, etc.). Os assuntos transversais como gênero, sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual, por exemplo, são responsabilidade da família, por se tratar de temas que exigem certa noção de valores morais que devem seguir a orientação dos pais.

Para isso, são utilizados pelos personagens dessa narrativa, estes que são considerados nesta pesquisa as pessoas que protagonizaram essa discussão e disputa ideológica, alguns conteúdos discursivos que demonstram essa preocupação:

João Campos esclareceu que uma grande preocupação era a de que o plano decenal fosse utilizado para os fins de aparelhamento ideológico nas escolas,

em clara afronta ao princípio da isonomia. Esta questão ocupou boa parte dos debates nacionais sobre o plano e chegou ao Tocantins, sobre a inclusão, como um dos princípios orientadores do plano, a teoria de gênero. (JM NOTÍCIA, 2015, on-line).

Essa preocupação com a invasão da “ideologia de gênero” nas escolas, deve-se ao grande desconhecimento teórico em relação a produção teórica de gênero, e a equivocada atribuição direta ou superficial que é feita do “gênero” com sexualidade ou orientação sexual, e mais recentemente à identidade de gênero. Embora todas essas categorias se relacionem entre si, ainda são coisas diferentes.

A primeira matéria encontrada, com data de 03 de fevereiro de 2016, foi do site de notícias Atitude Tocantins<sup>18</sup>, que anuncia a vinda do pastor evangélico Marco Feliciano, também deputado federal, para um evento na Assembleia Legislativa do Estado, que discutiria a chamada ideologia de gênero.

É importante destacá-la no início desta análise, pois segundo um os movimentos de análise propostos na metodologia, faz parte da identificação do conflito e funcionalidade dos episódios:

A situação inicial de uma narrativa jornalística é, quase sempre, um fato de conotações dramáticas imediatas e negativas, que irrompe, desorganiza e transtorna. É, portanto, uma situação dramática desde o início, um conflito ou situação problema que desestabiliza, rompe o equilíbrio, traz ambiguidades. Pode ser a falta ou o excesso de alguma coisa, pode ser uma inversão ou transgressão, pode ser um conflito manifesto ou implícito: um crime, um golpe, uma infração, um choque, um rompimento, uma anormalidade climática, a eclosão de um fenômeno físico ou social de impacto (MOTTA, 2008, p.149).

Chama atenção o destaque da redação para a caracterização dele como contrário a ideologia de gênero e “um dos maiores defensores da família”, responsabilizando os governos de esquerda (aqui ele chama de petista) pela propagação e defesa dessa “ideologia”. O evento foi organizado pelo Movimento Conservador do Tocantins, presidido por Rodrigo Moraes, que no decorrer do enredo se configura como um dos personagens dessa narrativa, ao lado do vereador e pastor João Campos, que segundo a matéria se fará presente do encontro.

Neste mesmo contexto, como mais um elemento dessa estória, estava iniciado o conflito em relação à distribuição de livros didáticos do MEC, para o ano de 2016. Segundo o vereador e pastor João Campos, os livros não poderiam ser distribuídos por apresentarem

---

<sup>18</sup> ATITUDE TOCANTINS. **Pastor Marco Feliciano estará neste mês em Palmas debatendo ‘ideologia de gênero. 2016a**. Disponível em: <<http://www.atitudeto.com.br/pastor-marco-feliciano-estara-neste-mes-em-palmas-debatendo-ideologia-de-genero>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

conteúdo abordando a “ideologia de gênero”. Esse foi um tema que impulsionou a alteração do PME e a proibição expressa da discussão de gênero, ocorrida em março do mesmo ano, já evidenciando a correlação de forças existente na Câmara de Vereadores, exemplificada pela fala do vereador Milton Neres no site CNN Gospel<sup>19</sup>, que garantiu: “A ‘ideologia de gênero’ em Palmas não vai prevalecer, de maneira alguma” (CNN GOSPEL, 2016a, on-line).

No dia em que o pastor Marco Feliciano esteve em Palmas para o evento, em 18 de fevereiro de 2016, duas notícias foram publicadas, sendo uma pelo portal de notícias G1<sup>20</sup> e outra pelo site Portal O Norte<sup>21</sup>, e no dia seguinte uma notícia publicada pelo site Mural do Tocantins<sup>22</sup>. Os três sites noticiavam a manifestação organizada por grupos LGBT, repudiando o evento e enfatizando que ele foi alvo de protestos. Apesar de trazer no título da matéria a expressão ideologia de gênero: “Marcos Feliciano é alvo de protestos em evento sobre ideologia de gênero”; no corpo do texto, através da fala de manifestantes, tenta trazer algum esclarecimento sobre o equívoco da expressão “ideologia de gênero”. A disputa entre duas concepções a respeito das abordagens de gênero, coloca os grupos de manifestantes em uma posição de enfrentamento em relação ao grupo promotor do evento, em termos conceituais. Havia ali uma polarização muito forte dessas duas concepções, colocando o Movimento LGBT como mais um personagem protagonista do enredo.

Com a repercussão do referido evento e com a disputa narrativa sobre dos livros didáticos em andamento, surgem novas personagens que vão protagonizar as disputas políticas e midiáticas a partir de então. Uma delas é a Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional de Palmas, que por meio da sua Comissão de Direitos Humanos, manifestou contrária a proibição e questionou o uso do termo “ideologia de gênero”. Publicou em seu site em 18 de fevereiro de 2016, uma nota de repúdio ao uso do termo ideologia de gênero<sup>23</sup>, segundo a nota por não possuir legitimidade epistêmica no campo das ciências humanas e sociais. Justificando que este termo foi cunhado e, posteriormente, divulgado por grupos de

<sup>19</sup> CNN GOSPEL. **Vereadores João Campos e Milton Neres, dizem não aos livros do MEC**. 2016a. Disponível em: < <http://www.cnnospel.com.br/index.php/2016/02/12/ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

<sup>20</sup> G1 TOCANTINS. **Marcos Feliciano é alvo de protestos em evento sobre ideologia de gênero**. 2016a. Disponível em <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/02/marcos-feliciano-e-alvo-de-protestos-em-evento-sobre-ideologia-de-genero> Acesso em 25 ago. 2016.

<sup>21</sup> PORTAL O NORTE. **Marcos Feliciano é alvo de protestos em evento sobre ideologia de gênero em Palmas**. 2016. Disponível em: Disponível em: < <http://www.portalonorte.com.br/politica-79775-em-palmas-deputado-marcos-feliciano-e-alvo-de-protestos.html>> Acesso em 25 ago. 2016.

<sup>22</sup> MURAL DO TOCANTINS. **Marcos Feliciano é alvo de protestos em evento sobre ideologia de gênero em Palmas**. 2016a. Disponível em: Disponível em: < <http://www.muraldotocantins.com/2016/02/marcos-feliciano-e-alvo-de-protestos-em.html>>. Acesso em 25 ago. 2016.

<sup>23</sup> OAB TO. **Comissão de Direitos Humanos da OAB repudia uso de termo “ideologia de gênero” em evento em Palmas**. 2016. Disponível em:< <https://oabto.org.br/noticia-2021-comiss-o-de-direitos-humanos-da-oab-repudia-uso-de-termo-ideologia-de-g-nero-em-evento-em-palmas> > Acesso em 25 ago. 2016

matriz religiosa cristã, especificamente na Espanha, com a finalidade de desqualificar os estudos sobre as mulheres, estudos de gêneros, estudos *queer*, dentre outros. A nota salienta que a expressão vem sendo usada para deslegitimar as políticas públicas afirmativas e de enfrentamento às discriminações contra mulheres, gays, lésbicas, travestis e transexuais. Destaca ainda que, com a utilização da palavra “ideologia”, há uma tentativa de distorcer um conceito Constitucional e de compromissos internacionais adotados pelo Brasil. Essa nota caracteriza o lugar da OAB como personagem de destaque na disputa entre as duas concepções de gênero, ora contrastantes neste percurso dos fatos, como instituição brasileira, para a posicionar-se publicamente no impasse ora instituído no município.

Durante o período que antecedeu a publicação da Medida Provisória nº 06, que versa sobre a proibição em si, o engajamento político e debate público estavam acirrados entre os personagens já citados (Vereador João Campos, o Movimento Conservador do Tocantins e Movimento LGBT), em razão da não citação supressão da palavra gênero no PME, no evento que contou com a presença do pastor e deputado Marco Feliciano para debater a “ideologia de gênero” e a tentativa de proibição de distribuição de livros didáticos, com a justificativa de conteúdo impróprio.

Sobre essa última, um fato relevante retratado nessas notícias foi sobre distribuição de livros didáticos pelo Ministério da Educação para serem usados no ensino fundamental, ocorrido em fevereiro de 2016. Em 23 de fevereiro de 2016, acirrou-se a tensão devido à uma tumultuada sessão na câmara de vereadores.

Nessa ocasião seria votado o requerimento solicitando a suspensão da distribuição dos livros, e para pressionar o legislativo municipal muitas pessoas ligadas à comunidades evangélicas e católicas estiveram presentes para exercerem pressão. De fato, o requerimento foi aprovado e a ação comemorada pelas comunidades religiosas e pelo Movimento Conservador do Tocantins, representado pelo seu presidente na sessão.

Os sites Portal do Amaral<sup>24</sup>, Rádio Paz<sup>25</sup> e AF Notícias<sup>26</sup> publicaram notícias sobre essa sessão, nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2016. Todas as notícias deram viés positivo à proibição, enfatizando a atuação das comunidades religiosas e usando como fontes apenas

---

<sup>24</sup> PORTAL DO AMARAL. **Com plenário lotado, Câmara de Palmas aprova suspensão de livros com ideologia de gênero.** 2016. Disponível em:< <http://portaldoamaral.com.br/com-plenario-lotado-camara-de-palmas-aprova-suspensao-de-livros-com-ideologia-de-genero/> > Acesso em 25 ago. 2017.

<sup>25</sup> RADIO PAZ. **Com plenário lotado, Câmara de Palmas aprova suspensão de livros com ideologia de gênero.** 2016. Disponível em:< <http://radiopazpalmas.com.br/home/com-plenario-lotado-camara-de-palmas-aprova-suspensao-de-livros-do-mec-com-ideologia-de-genero/>> Acesso em 25 ago. 2017.

<sup>26</sup> AF NOTÍCIAS. **Câmara de Palmas aprova suspensão de livros que trazem ideologia de gênero.** 2016a. Disponível em:< <http://afnoticias.com.br/vereadores-aprovam-suspensao-de-livros-com-ideologia-de-genero-em-palmas/>> Acesso em 25 ago. 2017.

lideranças religiosas, inclusive o próprio vereador proponente do requerimento, deixando apenas uma versão se sobressair. Nessas reportagens, evidencia-se a noção de que a ideologia de gênero quer estragar as famílias, impondo uma ideia de que não existe mais feminino e masculino, e cada um pode ser o que quiser.

Como exemplo, do fortalecimento da comunidade religiosa como personagem ativo e problematizador, tem-se as seguintes falas:

Nossos filhos não podem ser induzidos a uma ideologia. Hedonismo não tem haver (sic) com a pátria que é cristã, nossa moral e ética é a palavra de Deus. Uma minoria quer enfiar guela abaixo, ensinar nossos filhos coisas que eles creem. Quero dizer que estou defendendo a família e vamos fazer tudo para que isso aconteça. Começou agora algo que estou assumindo no Tocantins, uma luta muito forte para que isso não aconteça, segundo Apóstolo Sérgio Paulo, líder da Igreja Internacional da Renovação e presidente do Conselho Interdenominacional dos Ministros do Evangelho do Tocantins (PORTAL DO AMARAL, 2016, on-line).

Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Madureira, Silvio Machado, que esteve presente na sessão, disse ver o momento como algo de extrema importância, de luta pela preservação da família. “O governo precisa trabalhar em outras áreas, investir no que é necessário para o bem da família e nação”, disse (RADIO PAZ, 2016, on-line).

Esses portais de notícia apresentam viés ideológico comprometidos com a comunidade religiosa, seja evangélica ou católica, portanto não é surpresa que suas reportagens e matérias acabem dando voz apenas a esses personagens mais alinhados com os propósitos destas empresas jornalísticas. A utilização dos meios de comunicação jornalísticos para reforçar a ideia de verdade dos acontecimentos é muito forte, principalmente em locais afastados dos grandes centros do país, onde há maior circulação de informações e maior acesso a elas. Pode-se dizer que esse recurso de dar voz ao personagem, utilizados por eles, é a sua estratégia comunicativa, pois:

O jornalista opera constantemente um processo de subjetivação do real. A retórica jornalística trata de dissimular as estratégias narrativas. O jornalista é, por natureza, um narrador discreto. Utiliza recursos de linguagem que procuram camuflar seu papel como narrador, apagar a sua mediação. É um narrador que nega até o limite a narração. Finge que não narra, apaga a sua presença. Faz os fatos surgirem no horizonte como se estivessem falando por si próprios. (MOTTA, 2008, p. 155)

Verifica-se que as notícias sobre o acontecimento do evento e da aprovação do requerimento na câmara de vereadores sobre os livros didáticos, veiculadas em portais diferentes apresentam uma diferença de abordagem dos temas no seu texto, onde o sites

ligados a comunidades religiosas expressam uma certa condescendência com a maneira de pensar do líder religioso, veículos que se propagam como isentos ouviram e deram voz aos manifestantes contrários às doutrinas pregadas por ele e tentam trazer informações mais teóricas sobre o tema. A forma de redação da notícia fala muito também da posição do jornalista e do próprio veículo de comunicação também. A produção da notícia é a produção de uma vidência, de uma forma de ver e narrar o mundo, de criar sentidos. (OLIVEIRA, 2014)

Ainda sobre a emergência das personagens envolvidas, aparece aqui outra instituição pública, que posteriormente protagonizará vários conflitos mediados pelos sites estudados. A Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por meio do Núcleo Especializado da Diversidade Sexual, assim como a OAB, publica uma nota em seu site institucional em 02 de março de 2016, apresentando indignação com a aprovação do requerimento na câmara de vereadores, proibindo a distribuição dos livros didáticos. A nota indica que há manipulação por parte de figuras de renome nacional, como o deputado Jair Bolsonaro, imposição de dogmas por parte de setores religiosos da sociedade e desinformação por parte da sociedade. Defende a distribuição dos livros baseada da LDB, Parâmetros Curriculares Nacionais e a Constituição Federal<sup>27</sup>.

A DPE, torna-se personagem pois entra na polêmica a partir da publicação desta nota. A repercussão aconteceu quando foi publicada notícia “Defensoria Pública defende cartilha com temáticas relativas a questões de gênero” pelo site Atitude Tocantins<sup>28</sup>. A notícia enfatiza a fala de um servidor do órgão que se sentiu incomodado e não representado pela nota divulgada. Segundo ele, usou um meio de comunicação interna para expressar sua inconformidade com o apoio da Defensoria às questões de gênero na educação, no caso específico nos livros didáticos. A matéria jornalística não problematiza o teor da nota, seu conteúdo e conceitos trazidos à tona, mas enfatiza a revolta do servidor e reproduz os equívocos sobre gênero, sexualidade, sexualização precoce e identidade de gênero, sem mencionar a questão do respeito ao diverso.

No campo político, a discussão continuou acontecendo, fortalecida e instigada pelos setores conservadores, pressionando o poder executivo. Em muitas reportagens nesse período aparece a figura do prefeito, se comprometendo publicamente com grupos religiosos, pela

---

<sup>27</sup> DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS. **Nota Pública**. 2016. Disponível em: <<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/17558>> Acesso em 30 nov. 2017

<sup>28</sup> ATITUDE TOCANTINS. **Defensoria Pública defende cartilha com temáticas relativas a questões de gênero**. 2016b. Disponível em: < <http://www.atitudeto.com.br/defensoria-publica-defende-cartilha-com-tematicas-relativas-a-questoes-de-genero/>> Acesso em 30 nov. 2017.

suspensão desses temas nas escolas municipais, já que a distribuição de livros já havia sido vetada pelo legislativo.

Nos dias 10 e 11 de março, período entre a polêmica da proibição dos livros e a proibição de abordagem de temas de gênero na educação, o chefe do poder executivo de Palmas foi personagem principal de cinco matérias jornalísticas, enfatizando a pressão que caía sobre ele em relação à posicionar-se a favor ou contrário à “ideologia de gênero”. Importante lembrar aqui, que o PME já havia sido aprovado em janeiro sem menção à palavra gênero, mesmo assim como não havia uma proibição expressa e descrita no documento, esse fato poderia deixar em aberto a possibilidade de abordagem do tema. E a bancada religiosa, parecia querer garantir a todo custo a sua posição neste contexto, inclusive por serem representantes óbvios das comunidades religiosas, este espaço também se configurou em palanque político para fortalecer a suas atuações.

Os portais de notícias Cleber Toledo<sup>29</sup>, Palmas Aqui<sup>30</sup> e Portal Stylo narram as manifestações do prefeito municipal de Palmas e também as críticas feitas sobre a sua atuação neste episódio:

Com a polêmica do veto no Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação (PME) o prefeito Carlos Amastha (PSB) concedeu coletiva de imprensa na manhã desta quinta-feira, 10, para esclarecer que não haverá debate sobre ideologia de gênero nas rede de ensino da Capital e que a medida visava corrigir “erro na estrutura formal” da proposta. Segundo informou o chefe do Executivo, o Paço irá elaborar um documento jurídico a ser enviado à Câmara de Palmas, que regulamentará as discussões de ideologia de gênero. Amastha lembra que plano municipal não contém nada que trate da ideologia de gênero (...) Ainda segundo Carlos Amastha, a administração e a maioria dos vereadores são contra a discussão de ideologia de gênero no âmbito da educação municipal (CLEBER TOLEDO, 2016b, on-line)

Nesta fala, o então prefeito Carlos Amastha publicamente se compromete a fazer a alteração da Lei do PME, para ficar de acordo com as exigências da bancada religiosa que ocupa a câmara de vereadores. O que garante a ele espaço privilegiado no palanque político com vistas a obter apoio da comunidade religiosa e conservadora de Palmas. Vereadores opositores do prefeito, também utilizaram dessa polêmica para se projetar no meio político, como mostra a trecho a seguir:

O opositor da gestão da Capital, o vereador Júnior Geo (PROS), criticou em pronunciamento na quinta-feira, 10, o veto da administração ao Plano Municipal de Educação. A Câmara teria feito emenda e alterações no documento, mas foram vetadas pelo Executivo e voltaram para análise do

<sup>29</sup> CLEBER TOLEDO. **Amastha garante que escolas de Palmas não abordarão questão de gênero**, 2016b. Disponível em: < <http://www.clebertoledo.com.br/n76079> > Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>30</sup> PALMAS AQUI. **Amastha quer maquiagem ideologia de gênero. Palmas**. 2016. Disponível em: < <https://palmasaqui.blogspot.com.br/2016/03/amastha-quer-maquiagem-ideologia-de-genero.html> > Acesso em 11 dez. 2017.

Legislativo. Para o parlamentar, a ideologia de gênero, apesar de exigir relevante análise, não é a única pauta. (CLEBER TOLEDO, 2016c, on-line)<sup>31</sup>

Chega-se ao ápice da narrativa com o acontecimento que impulsionou a pesquisa. Foi publicada no dia 14 de março de 2016, a Medida Provisória nº 6, que alterou o texto da Lei nº 2.238, que institui o Plano Municipal de Educação de Palmas. O referido texto que já não fazia referência a uma política de inclusão relacionada à gênero, agora proibia a discussão nas escolas, ficando desta forma:

5.24) garantir, na construção dos referenciais curriculares da educação básica, conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas, a educação ambiental e direitos humanos, conforme as diretrizes nacionais e a legislação vigente, assegurando-se a implementação por meio de ações colaborativas com fóruns de educação, conselhos escolares, equipes pedagógicas e outros setores da sociedade civil, **vedada a discussão e a utilização de material didático e paradidático sobre a ideologia ou teoria de gênero, inclusive promoção e condutas, permissão de atos e comportamentos que induzam à referida temática, bem como os assuntos ligados à sexualidade e erotização;**

5.26) assegurar a oferta de formação continuada específica e a inclusão transversal, para que as formações considerem temáticas relativas à educação ambiental, à diversidade cultural, às relações étnico-raciais, além de direitos humanos e cidadania, **vedada a discussão e a utilização de material didático e paradidático sobre a ideologia ou teoria de gênero, inclusive promoção e condutas, permissão de atos e comportamentos que induzam à referida temática, bem como os assuntos ligados à sexualidade e erotização.** (PALMAS, 2016b, on-line).

Em uma semana, de 15 a 21 de março de 2016 foram publicadas nos sites pesquisados, 18 notícias sobre a proibição e a repercussão na sociedade. Pode-se concluir, pelo apelo midiático intenso que o episódio rendeu aos veículos jornalísticos aqui está o ápice da intriga. A partir da reconstrução da sua narrativa, pode ir surgindo uma nova intriga, que confere ao objeto nova significação. Essa ressignificação, de acordo com Motta (2008, p.149) “surge no transcorrer da montagem da serialidade do enredo”, movimento que está sendo realizado desde o início da análise.

No dia seguinte à Medida Provisória nº 06 de 2016, nove notícias sobre a proibição foram publicadas. Como no texto da lei, agora modificada, estava escrito “assuntos ligados à sexualidade e erotização”, quase todas as notícias faziam referência as questões de gênero ligadas a essas duas categorias. O site Conexão Tocantins, publicou três notícias no mesmo

---

<sup>31</sup> CLEBER TOLEDO. **Para Geo, ao vetar Plano de Educação, prefeitura quer retirar sua responsabilidade.** 2016c. Disponível em: < <http://www.clebertoledo.com.br/n76108>> Acesso em 11 dez. 2017.

dia. A primeira enfatiza a pressão dos líderes religiosos na atuação do prefeito<sup>32</sup>, outra destaca a discussão dos vereadores sobre a ênfase dada à questão de gênero sendo que outras questões do PME ficaram sem destaque<sup>33</sup>:

Agora, o que me deixa boquiaberto é ver o tamanho da pequenez do governo, como que, se fizesse veto a ideologia de gênero, todo o Plano Municipal de Educação estaria resolvido. Estamos tratando de um Plano para os próximos 10 anos. As metas que os nossos filhos precisarão alcançar foram esquecidas. Todo o restante do Plano Municipal de Educação foi esquecido", criticou (CONEXÃO TOCANTINS, 2016b, on-line)

E a terceira relata os tramites da votação na câmara de vereadores<sup>34</sup>. Todas elas trazem um sentido explicativo para a situação em que chegaram naquele momento, trazendo retrospectiva sobre as polêmicas desde a questão dos livros didáticos.

Na versão on-line do Jornal do Tocantins do dia de março de 2016, a matéria foi curta, relatando a aprovação por 11 votos contra 8 dos vetos do prefeito ao PME, sem entrevista a nenhum personagem<sup>35</sup>. O portal T1 Notícias, da mesma forma fez apenas o relato da sessão da câmara e o resgate histórico das discussões passadas, mas o destaque ficou para o título da matéria "Palmas é a 1ª cidade do TO a baixar MP que proíbe debater diversidade na escola"<sup>36</sup>. Chama atenção aqui, que o discurso da "ideologia de gênero" é tão forte que mesmo neste portal, em que normalmente observa-se notícias com viés mais progressistas, a questão do "gênero" foi reduzida neste momento à "diversidade", que é um termo que isolado não dá conta de abarcar o conceito de gênero.

<sup>32</sup> CONEXÃO TOCANTINS. **Após polêmica e pressão de líderes religiosos, Medida Provisória vedando a utilização de material didático sobre "ideologia de gênero" nas escolas é publicada.** 2016a. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2016/03/15/apos-polemica-e-pressao-de-lideres-religiosos-medida-provisoria-vedando-a-utilizacao-de-material-didatico-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-e-publicada>> Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>33</sup> CONEXÃO TOCANTINS. **Com 11 votos vereadores mantem vetos do governo de palmas ao plano municipal da educacao.** 2016b. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2016/03/15/com-11-votos-vereadores-mantem-vetos-do-governo-de-palmas-ao-plano-municipal-da-educacao>> Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>34</sup> CONEXÃO TOCANTINS. **Vereadores discutem MP que veta "ideologia de gênero" nas escolas de Palmas e criticam prioridades.** 2016c. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2016/03/15/vereadores-discutem-mp-que-veta-ideologia-de-genero-nas-escolas-de-palmas-e-criticam-prioridades>> Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>35</sup> JORNAL DO TOCANTINS. **Vereadores mantém veto sobre discussão de ideologia de gênero nas escolas.** 2016a. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/noticias/politica/vereadores-mant%C3%A9m-veto-sobre-discuss%C3%A3o-de-ideologia-de-g%C3%AAnero-nas-escolas-1.1052487>> Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>36</sup> T1 NOTÍCIAS. **Palmas é a 1ª cidade do TO a baixar MP que proíbe debater diversidade na escola.** 2016a. Disponível em: <<https://www.t1noticias.com.br/cidades/palmas-e-a-1%C2%AA-cidade-do-to-a-baixar-mp-que-proibe-debater-diversidade-na-escola/74108/>> Acesso em 11 dez. 2017.

O jornal JM Notícia, dá a notícia com enquadramento positivo da proibição expressa na Lei<sup>37</sup>. Fez questão de enfatizar a atuação das comunidades religiosas ao pressionar os poderes municipais, executivos e legislativos, declarando “vitória da família”, na voz do Pastor Joaquim Ferreira, entrevistado pelo site:

Ao JM Notícia, Pastor Joaquim Ferreira, afirmou que foi uma vitória da mobilização da população. ‘Esse assunto de orientação, de educação é dever do pai e da mãe, e eles não podem transferir para o município, e o município não pode usurpar esse dever que é naturalmente da família. Então, foi uma conquista da família, uma vitória expressiva e inclusiva no futuro das crianças, então não vai comprometer, da forma com que aconteceu agora foi um momento de vitória (JM NOTÍCIA, 2016a, on-line).

Mesmo este veículo se denominado isento e autônomo, tem todas as notícias apresentando esse viés religioso e se colocando favorável às atitudes conservadoras que se apresentaram até aqui. Em matéria publicada no dia 16 de março o jornalista responsável escancara a sua posição e provavelmente no veículo sobre a sucessão de episódios que culminou na proibição<sup>38</sup>. A começar pelo título da matéria, que dramatiza os acontecimentos, redigindo o texto como se tivesse havido uma guerra em que os religiosos, e a família defendida por eles, eram os vencedores: “A batalha épica da ideologia de gênero na Câmara de Palmas”. Na matéria alguns dos personagens, já identificados anteriormente, aparecem como heróis:

João Campos sendo humilhado em público e calando-se como um cristão sábio. A presença de líderes cristãos e políticos como Eli Borges, pastor Amarildo, pastor Sérgio Paulo Guimarães e outros. A presença marcante de Rodrigo Moraes em todas as reuniões, suas ideias de defesa de Deus e da família, sua fé, seu conhecimento e caráter determinado, são ótimos exemplos para a juventude caotizada, erotizada e fossilizada (JM NOTÍCIA, 2016c, on-line).

E a vitória da família palmense, enfim, foi declarada pelo veículo jornalístico, que ainda traz sem receio o seu apreço pela religião interferindo nas decisões do Estado de Direito e o discurso maniqueísta de bem contra o mal:

Enfim as famílias palmenses venceram, e fica aqui no sabor da vitória a imagem da freira católica rezando o terço durante todo o tempo em que as discussões estavam acirradas e quando tudo parecia perdido, o poder da oração, da família unida, da sociedade organizada sob Deus falou mais alto e o bem venceu o mal. (JM NOTÍCIA, 2016c, on-line).

<sup>37</sup> JM NOTÍCIA. **Pastor Joaquim Ferreira diz que MP retirando ideologia de gênero foi conquista da população.** 2016a. Disponível em: <<http://www.jmnoticia.com.br/2016/03/15/7618/>> Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>38</sup> JM NOTÍCIA. **A batalha épica da ideologia de gênero na Câmara de Palmas.** 2016c. Disponível em: <<http://www.jmnoticia.com.br/2016/03/16/7723/>> Acesso em 11 dez. 2017.

A carga dramática, como recurso narrativo, fica explicitado no título da notícia, conforme a figura abaixo.

**Figura 2**

## A batalha épica da ideologia de gênero na Câmara de Palmas

Por JM Notícia - 16 de março de 2016



Por Antônio Guimarães – Jornalista



Facebook



Fonte: JM Notícia (2016)

No mesmo dia outra notícia no mesmo veículo jornalístico<sup>39</sup>, uma frase chama atenção pelo fato de não esconder que mesmo em um estado laico, a interferência da religião é potente e aclamada por essas comunidades: “A MP atende reivindicações de líderes religiosos de Palmas e já está em vigor desde a data de sua publicação tendo validade de 60 dias, até que seja votada e se torne lei” (JM NOTÍCIA, 2016b, on-line).

Mesmo assim, muitas críticas foram feitas ao prefeito, pela forma como foi conduzida a discussão, sendo que uma delas, dos seus opositores, aparece na notícia veiculada no site Na Boca do Povo<sup>40</sup>:

Base aliada do prefeito Carlos Amastha (PSB) na Câmara de Palmas criticaram nominalmente membros da oposição e os acusaram de usar

<sup>39</sup> JM NOTÍCIA. "Nossa Luta era ideológica, não política" diz pastor João Campos sobre ideologia de gênero. 2016b. Disponível em: < <http://www.jmnoticia.com.br/2016/03/16/7755/>> Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>40</sup> PORTAL NA BOCA DO POVO. Questão de Gênero: Câmara de Palmas mantém veto, vereadores destacam diálogo do prefeito e criticam politicagem de opositoristas. 2016. Disponível em: < <http://www.portalnabocadopovo.com.br/2016/03/15/questao-de-genero-camara-de-palmas-mantem-veto-vereadores-destacam-dialogo-do-prefeito-e-criticam-politicagem-de-oposicionistas/>> Acesso em 11 dez. 2017.

“palanque eleitoreiro” sobre o tema. “Na prática, não fazem nada para discutir e chegar ao consenso, a uma solução. Mas, aqui, usam como palanque político eleitoreiro apenas, só para fazer politicagem”, disse o vereador Major Negreiros (PORTAL NA BOCA DO POVO, 2016, on-line).

Ou seja, em meio a uma aprovação que causa o maior prejuízo e limitação à educação de crianças e jovens, vereadores e prefeitos usam as polêmicas suscitadas para se promoverem com seus eleitores.

No G1 Tocantins<sup>41</sup> a matéria trazia a fala do vereador e pastor João Campos, com o discurso religioso da vitória: “A discussão sobre a ideologia de gênero preconiza esses comportamentos [homossexuais] que são praticados em alguns locais”, mas também trouxe a fala do vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/TO como contraponto: “Além de impedir a liberdade de expressão dos educadores que podem entender diferente da população, há uma imposição velada de um entendimento religioso” (G1 TOCANTINS, 2016c, on-line). Dar voz aos entrevistados, citando suas falas tem um apelo discursivo claro:

As citações freqüentes, por exemplo, conferem veracidade. São utilizadas para dar a impressão de que são as pessoas reais que falam, que o jornalista não está intervindo. Observe, porém, que ao citar, o jornalista pinça da fala da fonte aspectos que pretende ressaltar dando outra dimensão ao discurso, dirigindo a leitura. As citações encobrem muito bem a subjetividade porque o leitor supõe que elas reproduzem literalmente o que a fonte disse e quis destacar. Produzem a sensação de uma proximidade entre a fonte e o leitor. Dissimulam a mediação (MOTTA, 2008, P. 158).

Nesta matéria já se visualiza um novo episódio da narrativa, também presente na fala do vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/TO que avisa que irá buscar junto ao judiciário uma ação de inconstitucionalidade.

O Portal T1 Notícias<sup>42</sup> publica a nota de repúdio do Sintet repudiando a MP, foi o único portal que ouviu uma das partes diretamente ligadas a educação, que é o sindicato. Também utiliza o recurso de citação da fala do entrevistado, que explica os motivos que isso é prejudicial aos currículos escolares. E no texto, reproduz a nota que enfatiza:

Repudiamos ainda a interferência de grupos religiosos na elaboração de políticas públicas como esta, primordial para o combate à violência de gênero em nossa sociedade. Lembrar que o Estado Brasileiro, nos termos de nossa Carta Magna, é laico e não tolera esse tipo de atuação, bem como a

<sup>41</sup> G1 TOCANTINS. **Câmara de Palmas aprova proibição de livros sobre discussão de gênero.** 2016c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/03/camara-de-palmas-aprova-proibicao-de-livros-sobre-ideologia-de-genero.html>> Acesso em: 11 dez. 2017.

<sup>42</sup> T1 NOTÍCIAS. **Sinet repudia MP que veta discussão desonre gênero e diversidade nas escolas.** 2016b. Disponível em: <<http://www.t1noticias.com.br/cidades/sinet-repudia-mp-que-veta-discussao-desonre-genero-e-diversidade-nas-escolas/74202/>> Acesso em: 11 dez. 2017.

confusão entre política e religião, que é atualmente a tônica de alguns nobres vereadores da capital. (T1 NOTÍCIAS, 2016b, on-line).

As próximas notícias, com data de 21 de março são do Jornal O Girassol<sup>43</sup>, Cleber Toledo<sup>44</sup>, Conexão Tocantins<sup>45</sup> e Rede TO<sup>46</sup>. Todas tem o mesmo texto sem autoria, e enfatizam o novo episódio, em que a Defensoria Pública do Estado, já qualificada anteriormente como personagem, requer a justificativa da prefeitura sobre o motivo da alteração do PME. A justificativa é que Medidas Provisórias só podem ser editadas em casos de relevância e urgência, o que não foi o caso.

No dia 24 de março o Jornal do Tocantins noticia que a OAB solicitou à prefeitura os documentos relacionados à MP, além dos exemplares dos livros didáticos que foram proibidos nas escolas, segundo a justificativa da supressão de direitos humanos implicados na MP<sup>47</sup>.

Neste momento da narrativa, já estão desenhados os “lados” oponentes da intriga: De um lado as comunidades religiosas, seu representante na câmara de vereadores, o prefeito que cedeu às pressões e o Movimento Conservador do Tocantins, de outro o Movimento LGBT, a Defensoria Pública do Estado (NUDIS) e a OAB-TO (Comissão de Diretos Humanos).

No site CNN Gospel, no dia 28 de março de 2016 foi publicada uma matéria intitulada “Um certo gênero de Defensoria - Esclarecimentos sobre a questão da ideologia de gênero nas escolas”<sup>48</sup>. Foi escrita pelo presidente Movimento Conservador do Tocantins, e ao tentar desconstruir a importância da discussão de gênero e justificar a proibição na referida lei municipal, apresenta diversos conceitos equivocados sobre as questões de gênero:

<sup>43</sup> O GIRASSOL. **Defensoria requer justificativa da Prefeitura de Palmas sobre veto da discussão de ideologia de gênero nas escolas.** 2016a Disponível em: <<http://www.ogirassol.com.br/geral/defensoria-requer-justificativa-da-prefeitura-de-palmas-sobre-veto-da-discussao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas>> Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>44</sup> CLEBER TOLEDO. **Defensoria quer que prefeitura justifique veto a debate sobre gênero.** 2016d. Disponível em: <<http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/03/21/76423-defensoria-quer-que-prefeitura-justifique-veto-a-debate-sobre-genero>> Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>45</sup> CONEXÃO TOCANTINS. **Núcleo da Diversidade Sexual requer justificativa da Prefeitura de Palmas sobre veto da discussão de ideologia de gênero nas escolas.** 2016d. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2016/03/21/nucleo-da-diversidade-sexual-requer-justificativa-da-prefeitura-de-palmas-sobre-veto-da-discussao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas>> Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>46</sup> REDE TO. **Prefeito terá que explicar proibição à discussão de gênero na rede municipal.** 2016a. Disponível em: <<http://www.redeto.com.br/noticia-21828-prefeito-tera-que-explicar-proibicao-a-discussao-de-genero-na-rede-municipal.html#.WQmzYkXyvIU>> Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>47</sup> JORNAL DO TOCANTINS. **OAB solicita documentos de medida que proíbe discussão de gênero nas escolas.** 2016b. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/oab-sol%3ADcita-documentos-de-medida-que-pro%3ADbe-discuss%3A3o-de-g%3AAnero-nas-escolas-1.1057587>> Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>48</sup> CNN GOSPEL. **Um certo gênero de Defensoria - Esclarecimentos sobre a questão da ideologia de gênero nas escolas.** 2016b. Disponível em: <<http://www.cnnospel.com.br/index.php/2016/03/28/um-certo-genero-de-defensoria/>> Acesso em 25 ago 2016.

Temas como orientação sexual, questões de gênero, “direitos reprodutivos” (ex., aborto), modelos familiares, etc., que são maliciosamente espalhados transversalmente nas disciplinas obrigatórias nos livros didáticos, estão compreendidos no âmbito da educação moral e religiosa. E um estado que se define como laico – e que, portanto, deve ser neutro em relação a todas as religiões – não pode usar o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade, já que a moral é, em regra, inseparável da religião. Permitir que o governo ou seus agentes utilizem o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade é dar-lhes o direito de vilipendiar e destruir, indiretamente, a crença religiosa de pelo menos alguns dos estudantes, o que ofende os artigos 5º, VI, e 19, I, da Constituição Federal. (CNN GOSPEL, 2016b, on-line).

Também ataca agressivamente a atuação da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que havia defendido a adoção dos livros do MEC e agora questiona a justificativa da proibição da discussão de gênero nas escolas, com o seguinte texto:

É realmente uma pena que a Defensoria Pública do Tocantins tenha abraçado o lado nefasto nesta batalha, o lado que defende o Estado em detrimento das liberdades individuais. Na sua ânsia de proteger as minorias, a defensora ataca a menor minoria de todas, o indivíduo (CNN GOSPEL, 2016b, on-line).

Durante quase um mês foram veiculadas matérias, relatando o teor da medida provisória e que efeitos ela teria na educação palmense. Em geral, pode-se dizer que as matérias retrataram a descrição dos fatos, como as discussões na sessão na câmara de vereadores, a pressão da bancada religiosa, os movimentos de resistência enfatizando a proibição da discussão imposta, especulando o que poderia acontecer caso fosse descumprida por algum professor.

A OAB do Tocantins, entendendo esse debate como fundamental na garantia dos direitos humanos, propõe uma audiência pública no mês de abril de 2016 e convida vários representantes do poder público municipal e estadual, além de professores, especialistas, estudiosos e integrantes de movimentos sociais LGBT para debater a medida provisória nº 06. O T1 Notícias, noticiou a Audiência Pública em matéria publicada no dia 07 de abril, convidando a sociedade para comparecer no evento no dia 12<sup>49</sup>.

No dia 12 ocorreu a Audiência no Auditório da OAB, e a repercussão começou no dia seguinte 13 de abril. Seis notícias foram localizadas neste dia, em que foram relatadas todas as

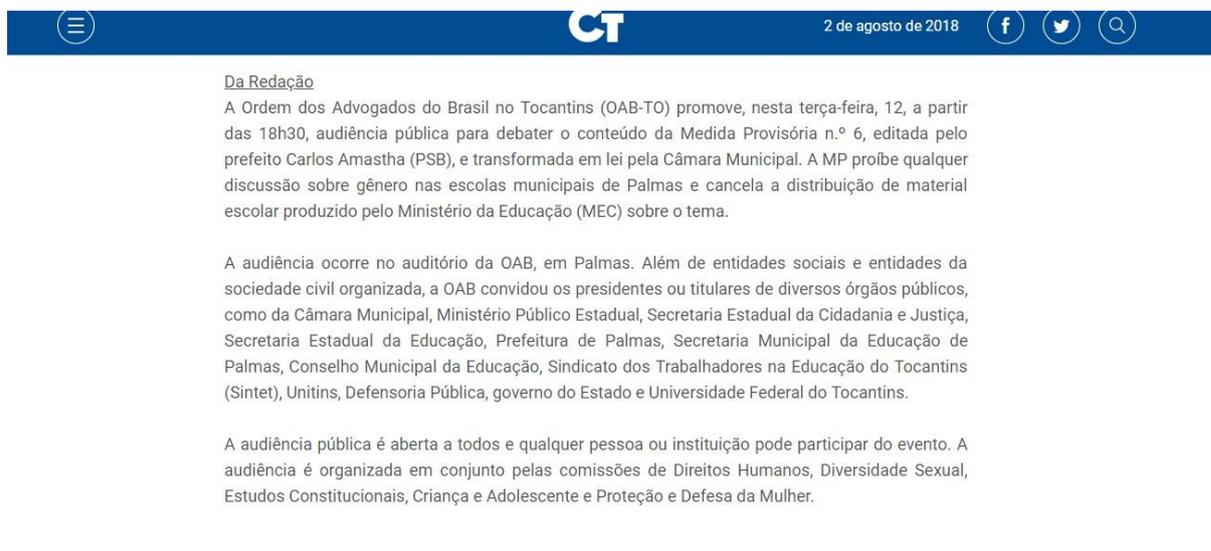
---

<sup>49</sup> T1 NOTÍCIAS. **OAB promove em Palmas audiência para debater discussão de gênero nas escolas.** 2016c. Disponível em: <<https://www.t1noticias.com.br/estado/oab-promove-em-palmas-audiencia-para-debater-discussao-de-genero-nas-escolas/74704/>> Acesso em 25 ago. 2017

movimentações do evento. O site Cleber Toledo, listou as entidades convidadas pela OAB, além do convite estendido à sociedade civil<sup>50</sup>.

A figura abaixo mostra a divulgação da audiência pública, que foi realizada dias depois.

**Figura 3**



Fonte: Cleber Toledo (2016)

O site T1 Notícias trouxe as informações das discussões que ocorreram na audiência<sup>51</sup>, como por exemplo a cobrança sobre a não resposta do Secretário Municipal de Educação aos questionamentos enviados pela OAB na semana anterior, ao que ele fez a sua defesa:

O secretário Danilo Melo se comprometeu em apresentar um parecer à Ordem sobre como se deu a medida. Ele explicou como houve a formação do Plano Municipal de Educação e detalhou os vetos na Câmara de Vereadores, que ocasionaram em mudanças nas estruturas do PME, e ainda os vetos do Executivo que trouxeram à tona a polêmica sobre discussão de gênero nas escolas (T1 NOTICIA, 2016d, on-line).

De acordo com a mesma notícia, houve momentos de incômodos entre os presentes, pois faziam parte da mesa pessoas a favor e contra a Medida Provisória, que ali argumentavam.

<sup>50</sup> CLEBER TOLEDO. **Audiência sobre proibição de discussão de gênero nas escolas ocorre nesta terça.** 2016e. Disponível em: <<http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/04/12/77124-audiencia-sobre-proibicao-de-discussao-de-genero-nas-escolas-ocorre-nesta-terca>> Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>51</sup> T1 NOTÍCIAS. **Cresce cobrança por ação contra medida que proíbe discussão de gênero em escolas.** 2016d. Disponível em: <<https://www.t1noticias.com.br/cidades/lei-que-impede-discussao-de-genero-nas-escolas-levanta-embate-na-oabto/74828/>> Acesso em 28 nov. 2017.

Por diversas vezes o debate ficou acalorado, principalmente quando alguém da mesa defendia com mais veemência suas convicções, como no momento em que o deputado Eli Borges usou a tribuna para destacar seu posicionamento a favor da chamada "família tradicional", e ainda, quando o advogado Rodrigo Coelho subiu o tom de seu pronunciamento pedindo que a OAB busque a intervenção da lei que veda a discussão de gênero nas escolas, por entender que "essa lei é inconstitucional". Já a professora Mônica Brito rechaçou as declarações do deputado e destacou que "Deus me livre da bondade dos bons", se referindo ao discurso de que não estão pregando a discriminação, ao excluir o tema das escolas. (T1 NOTICIA, 2016d, on-line).

O site destacou a fala da jornalista Roberta Tum que usou a palavra para questionar de que família eles estavam falando, quando propunham a defende-la e que não se sentia representada pelo veto. O site T1 Notícias se utiliza de outra matéria publicada no mesmo dia para enfatizar positivamente a atuação da OAB, que naquele momento estava com uma nova diretoria, ao promover a audiência<sup>52</sup>. Nesta matéria, reuniu uma das poucas versões não ligadas ao conservadorismo religioso presente nos outros veículos de comunicação e demonstrou entendimento das questões de gênero, para além do discurso da "ideologia de gênero", como trecho a seguir:

Foi lá que se deu voz a uma imensa quantidade de pessoas, segmentos, movimentos. Traídos, reprimidos, esquecidos pela forma atropelada com que a Prefeitura de Palmas e a Câmara Municipal trataram de excluir da escola pública, qualquer possibilidade de discussão sobre a temática de gênero. (T1 NOTÍCIA, 2016e, on-line).

Além disso, trouxe questionamentos importantes, não trazidos nenhuma vez por outros veículos:

Quem foi, pôde ser esclarecido de que gênero não é necessariamente sexualidade. De que falar de gênero nas escolas não é pregar nenhuma "teoria gayzista"(sic). Gênero se refere a mulheres, tão vitimadas em suas casas pela violência machista da linha que defende a supremacia biológica do homem sobre a mulher. Gênero se refere a entender que nem todos os homens, nascidos do sexo masculino, assim se enxergam. De que nem toda mulher vai se relacionar com homens. De que existe uma coisa chamada identidade. E outra chamada orientação, e não opção sexual (T1 NOTICIA, 2016e, on-line).

Questionou a noção de família e o lugar da escola na formação de cidadania e mediação de conflitos entre as pessoas diferentes:

---

<sup>52</sup> T1 NOTÍCIAS. **A OAB diante do espelho, ou: o primeiro desafio da gestão protagonista**. 2016e. Disponível em: <<http://www.t1noticias.com.br/minhaopinia/>> Acesso em 28 nov. 2017.

Não negar que as famílias existem, e não só no modelo tradicional. Que existindo, devem ser reconhecidas pela escola. E que devem ser respeitadas. Sem a interferência da escola desde cedo mediando eventuais conflitos de gênero, como serão protegidas as crianças que desde cedo fogem aos padrões latino americanos de “macho” e “fêmea”? Como serão protegidas as crianças filhas de casais homoafetivos? O direito da criança. Este é um tema até aqui deixado fora de foco. (T1 NOTICIA, 2016e, on-line).

Na contramão desta percepção, o Portal JM Notícia, que também publicou notícias sobre a Audiência Pública, justifica que a Medida Provisória foi necessária para adequar o Plano Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação aprovado em 2014, que teve retirados de seu texto cerca de 30 (trinta) expressões relacionadas à teoria de gênero<sup>53</sup>. Assim, para que seja respeitado o princípio constitucional de hierarquia das normas, os planos estaduais e municipais de educação devem seguiram os mesmos princípios nacionalmente elencados.

Nesta mesma matéria foi relatada as falas de alguns dos convidados para debater o tema. Fica claro, neste caso a preferência por algumas falas, por exemplo quando se referem à fala do Secretário Municipal de Educação “O Secretário Municipal da Educação também falou com muita propriedade em defesa da Medida Provisória.” E também do Procurador Federal que foi relatada assim: “Procurador Federal Dr. Eduardo Prado dos Santos fez uma exposição juridicamente relevante, ao ressaltar as normas legais, constitucionais e internacionais que amparam a Medida Provisória, que nem é ilegal nem inconstitucional”. Enquanto que em relação a fala da professora Bruna Irineu que explicou a importância da inclusão da discussão de gênero na educação, o jornalista não manifestou opinião, descrevendo :

Na ocasião, a doutora Bruna Irineu, se manifestou extremamente favorável à discussão de gênero nas escolas. Ela esclareceu que a religiosidade não pode jamais impedir que um determinado seguimento da sociedade seja privado de seus direitos. Falou sobre conceito de gênero, destacando que o estado democrático permite a discussão. (JM NOTICIA, 2016d, on-line).

Na análise dessas notícias fica evidente o caráter ideológico e político também da mídia. A escolha do discurso para noticiar determinado acontecimento retrata a posição do jornalista ou do editorial do meio de comunicação. Tanto que mais adiante na mesma matéria o jornalista faz juízo de valor, da fala do Secretário de Educação do Município:

---

<sup>53</sup> JM NOTÍCIA. **OAB realiza audiência pública para debater o ensino de gênero e diversidade nas escolas de Palmas**. 2016d. Disponível em: < <https://www.jmnoticia.com.br/2016/04/13/oab-realiza-audiencia-publica-para-debater-o-ensino-de-genero-e-diversidade-nas-escolas-da-capital/> > Acesso em: 28 nov. 2017.

O Secretário Municipal da Educação também falou com muita propriedade em defesa da Medida Provisória. Explicou em detalhes os motivos de sua formação, ressaltando que a liberdade de expressão dos professores está sendo garantida, e que as diretrizes escolares foram traçadas com a participação da academia, tendo ficado por três anos abertas para debates, sem que houvesse nenhuma manifestação pedindo a inclusão da teoria de gênero. Sendo assim, todos os trâmites legislativos foram respeitados, não havendo que se falar em ilegalidade (JM NOTICIA, 2016d, on-line).

E no final ainda faz um “balanço” de quem venceu a “disputa argumentativa” na audiência, lamentando:

Mesmo com argumentos jurídicos e científicos prevalecendo sobre os a favores da ideologia de gênero nas escolas durante audiência pública, a tendência da OAB-TO, é ingressar com ADI junto ao Tribunal de Justiça para barrar a lei aprovada pela Câmara Municipal de Palmas que vedou a discussão de gênero nas escolas. (JM NOTICIA, 2016d, on-line).

O site Cleber Toledo<sup>54</sup> e Conexão Tocantins<sup>55</sup> publicam notícias relatando as falas da audiência. No decorrer do mês de abril, as notícias vão focando mais esparsas e logo depois dois acontecimentos se destacam. O primeiro é que após a audiência e sua repercussão na sociedade a OAB ingressa com Ação de Inconstitucionalidade para barrar a Lei que proíbe a discussão de gênero e a Defensoria novamente se manifesta pela defesa da importância de se falar sobre gênero na escola.

Este seria o desfecho momentâneo do enredo e o encerramento da reconstrução do Plano da Estória, em razão do limite de tempo utilizado para a coleta de notícias. Mas os acontecimentos continuaram até o final de 2016.

## **5.2 Estratégias discursivas presentes nas dissonâncias do uso do conceito de gênero: Plano da expressão e da linguagem**

Cada construção textual obedece em maior ou menor escala as suas próprias regras de escrita e organização semântica, seja no campo ficcional ou factuais. No caso de textos jornalísticos, considerados textos factuais por se tratarem de uma versão da realidade, interessa saber como ocorre a produção de sentidos através das suas expressões narrativas. Motta (2008) destaca que as escolhas narrativas feitas pelas mídias de forma geral, não são

<sup>54</sup> CLEBER TOLEDO. **Comissões pedem que OAB ingresse com ação para derrubar lei municipal**. 2016f. Disponível em: < <http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/04/13/77193-comissoes-pedem-que-oab-ingresse-com-acao-para-derrubar-lei-municipal>> Acesso em 11 dez. 2017.

<sup>55</sup> CONEXÃO TOCANTINS. **Em audiência pública aberta, OAB amplia debate sobre proibição de discussão de gêneros nas escolas municipais**. 2016e. Disponível em: < <http://conexaoto.com.br/2016/04/13/em-audiencia-publica-aberta-oab-amplia-debate-sobre-proibicao-de-discussao-de-generos-nas-escolas-municipais>> Acesso em 11 dez. 2017.

aleatórias, apesar de apresentarem características de espontaneidade e intuição, e contundentemente produzem certos efeitos (desejados consciente ou inconscientemente) por estarem inseridos em contextos pragmáticos e políticos.

A proibição da menção de gênero e usos de material didático com esse tema na educação em Palmas, não é um caso isolado no cenário de disputa que ocorre em torno disso. O que aconteceu aqui é uma expressão, um exemplo, um recorte da tentativa generalizada em desconstruir os estudos desta área, ressignificando o gênero propositalmente de uma forma negativa.

A proporção política que essa discussão tomou, é um dos motivos pelos quais se retoma a questão da responsabilidade dos meios de comunicação com a promoção de igualdade de direitos. A intenção de promover através da comunicação e informação uma emancipação social dos sujeitos, deveria ser uma responsabilidade da comunicação.

Conquistar o direito à informação também é crucial para o avanço não só do direito à comunicação como também de todos os outros direitos. O que precisa ser compreendido é que o direito à comunicação - e também à informação - não é apenas mais um direito que necessita de apoio. Sem a informação perde-se acesso ao conhecimento dos outros direitos. O direito à informação é crucial para se assegurar que o indivíduo tenha a consciência de quais são seus direitos. Assim, o direito à informação passa a ser um meio e não apenas um fim (ALCURI, et all. 2012, p. 150)

É neste sentido que, ao analisar as notícias que compuseram esta pesquisa, foi possível observar a predominância de algumas expressões, quando se tratava de contar ao leitor os acontecimentos que se sucederam neste período. E como afirma Motta (2008), nenhuma narrativa é ingênua. Cabe aqui, identificar as estratégias discursivas utilizadas e problematizá-las no contexto da responsabilidade social inerente aos meios de comunicação, desde o Relatório McBride.<sup>56</sup>

Dos termos utilizados para realizar a busca das notícias, como descrito no capítulo metodológico, a quantidade de notícias que cada um deles mostrou foi o ponto de partida a ser observado.

---

<sup>56</sup> O Relatório McBride foi um documento elaborado em 1980 pela Comissão Internacional para Estudos dos Problemas da Comunicação, presidida pelo irlandês Sean McBride e divulgada na Conferência Geral da Unesco com título "Many Voices, One World" (Muitas vozes, Um só Mundo). Nasce em um contexto de crescente questionamento da ordem vigente internacional, principalmente, em relação à concentração midiática dos fluxos de comunicação e sua relação com as desigualdades sociais e tecnológicas, acentuadas pela globalização. Na conferência, foram discutidas e analisadas as características da comunicação no mundo para então propor uma nova ordem comunicacional com intuito de promover a e o desenvolvimento humano.

**Tabela 3 - Quantidade de notícias por termo buscado**

<b>Termo utilizado para busca</b>	<b>Quantidade de notícias</b>
Discussão de Gênero em Palmas	26
Gênero e Plano Municipal de Educação Palmas	5
Ideologia de Gênero Palmas	23
Medida Provisória proíbe Discussão de Gênero em Palmas	5
Proibição da discussão de gênero em Palmas	3
<b>Total Geral</b>	<b>62</b>

Fonte: Elaborada pela autora

É possível inferir que de acordo com o resultado quantitativo da busca, a maior parte dos textos jornalísticos que veicularam notícias sobre a MP nº 06 utilizaram duas expressões recorrentes e interligadas. A primeira delas é “Discussão de Gênero em Palmas” que traz uma intencionalidade de caracterizar um conflito, que é segundo Motta (2008, p. 149), o elemento estruturador de qualquer narrativa, sobretudo a jornalística. A utilização do escândalo para atrair a atenção do leitor recorre aos efeitos de dramaticidade do fato, para mantê-lo em permanente vigília, aguardando os novos episódios da estória.

A segunda expressão que mais retornou notícias, é talvez a mais conhecida e repetida expressão quando se fala em gênero. “Ideologia de gênero” retornou 23 notícias, estava presente em 23 títulos no texto de 59 das 62 notícias analisadas. Motta (2008, p.160) chama atenção para a poética da narrativa presente desde os títulos:

A linguagem jornalística é por natureza dramática e a sua retórica é tão ampla e rica quanto a literária. Observe os títulos do jornal ou as chamadas do telejornal de hoje para comprovar essa afirmação. Intencionalmente ou não, geram nos leitores inúmeros efeitos de sentido emocionais.

É discurso forte e intencional, tanto que mesmo nas poucas matérias em que se tentava dar uma conotação mais eficiente ao que significa gênero, a expressão ainda estava lá como um parâmetro de comparação ou suporte retórico.

De acordo com a leitura de todos os sites que foi realizada a pesquisa, inclusive de outras notícias neles veiculados, artigos de opiniões e editoriais, foi feita uma tentativa de identificar quais deles estavam de alguma forma (oficial ou não) mais alinhados às ideias religiosas ou a comunidades religiosas e quais não apresentavam uma ligação específica com

religião. Para fins didáticos os sites Atitude Tocantins, CBN Tocantins, CNN Gospel, DG Gospel, JM Notícia, Radio Paz foram considerados “religiosos”, totalizando seis, os sites AF Notícias, Amazonia ao Vivo, Cleber Toledo, Conexão Tocantins, G1 Tocantins, Jornal do Tocantins, Mural do Tocantins, O Girassol, Palmas Aqui, Portal do Amaral, Portal do Norte, Portal na Boca do Povo, Portal Stylo, Rede TO e T1 Notícias, totalizando 15. Esta diferenciação serviu para mostrar os dados abaixo:

**Tabela 4 - Relação quantitativa entre características do site e termos de busca**

<b>Característica do site</b>	<b>Termo utilizado para busca</b>	<b>Quantidade de notícias</b>
<b>JORNALÍSTICO NÃO RELIGIOSO</b>	Discussão de Gênero em Palmas	23
	Gênero e Plano Municipal de Educação Palmas	4
	Ideologia de Gênero Palmas	13
	Medida Provisória proíbe Discussão de Gênero em Palmas	5
	Proibição da discussão de gênero em Palmas	2
	<b>Subtotal</b>	<b>47</b>
<b>JORNALÍSTICO RELIGIOSO</b>	Discussão de Gênero em Palmas	3
	Gênero e Plano Municipal de Educação Palmas	1
	Ideologia de Gênero Palmas	10
	Proibição da discussão de gênero em Palmas	1
	<b>Subtotal</b>	<b>15</b>
	<b>Total Geral</b>	<b>62</b>

Fonte: Elaborada pela autora

De acordo com a Tabela 4, nos sites considerados não religiosos a busca por ideologia de gênero retorna 13 notícias de um total de 47, e nos sites considerados religiosos das 15 notícias encontradas, 10 retornaram a partir da busca por esta expressão. A expressividade da “Ideologia de Gênero” nestes espaços religiosos mostra-se impactante para análise da narrativa.

Já foi dito no capítulo 1, há uma dissonância entre as teorias de gênero elaboradas historicamente no campo dos estudos de gênero, e a chamada “ideologia de gênero”. O que

em um primeiro olhar pode parecer um desconhecimento ou equívoco simplesmente, quando apurado com maior profundidade percebe-se que é uma intencionalidade.

O que se detecta nas notícias que utilizam a ideologia de gênero como um conceito parametrizador para entendimento desta polêmica, é que estão reproduzindo o discurso de um grupo. Mas não estão fazendo as problematizações e nem promovendo um debate, que se faz necessário quando se pretende informar corretamente a sociedade.

As notícias abaixo, do site JM Notícia demonstram a tentativa colocar como um conceito acabado e aceito socialmente, fazendo menção comparativa entre teoria de gênero e ideologia de gênero, mas demonstra desconhecimento do que dizem as teorias e coloca o ser humano como vulnerável frente a elas.

A “Teoria de Gênero” (chamada de ideologia por ser uma teoria fundada apenas em bases teóricas) afirma que ninguém nasce homem ou mulher e que o gênero é uma construção social e cultural. Para os defensores desta teoria, uma criança não pode ser considerada do sexo masculino ou feminino, mas somente uma pessoa do gênero humano. (JM NOTÍCIA, 2015, on-line).

“É a pulverização da família com a finalidade do estabelecimento de um caos no qual a pessoa se torne um indivíduo solto, facilmente manipulável.” (JM NOTÍCIA, 2016c, on-line)

O conceito de gênero não é, e não pretende ser uma unanimidade entre seus estudiosos e estudiosas do assunto, portanto é e deverá ser continuamente construído e desconstruído, fomentando as discussões e controvérsias ao longo do tempo. Há um reconhecimento da complexidade do termo, e isto pode nos ajudar a olhar e tecer algumas considerações relevante para o estudo da realidade da educação brasileira:

Al reconocer la complejidad y las divergencias existentes detrás del uso del concepto de género, nos apropiamos de él aquí para destacar que las normas y comportamientos que definen la identidad del ser masculino, del ser femenino, así como sus múltiples variantes, son construidos cultural y socialmente a partir de la división binaria entre los sexos. Al observar que la escuela puede, al mismo tiempo, actuar en la diseminación de los papeles igualitarios de género y también reforzar la desigualdad de género existente en la sociedad (MIRANDA, 2017, p. 88).

Esta complexidade, mal interpretada parece preocupante aos olhos das comunidades religiosas que se empenham em interferir nas políticas públicas do país, sobretudo as educacionais. Suas falas retratadas na narrativa jornalística, provam justamente a sua distorção intencional. Quando estava em discussão a liberação ao não do material didático, as seguintes falas foram retratadas nas notícias:

As obras incentivam o uso da camisinha, abordam a ideologia de gênero e fazem menção ao casamento gay. (G1 TOCANTINS, 2016b, on-line); (AMAZONIA AO VIVO, 2016<sup>a</sup>, on-line)

Erro! Indicador não definido.

“Esse material didático está sendo distribuído no país, além de falar sobre ideologia de gênero fala de assuntos inapropriados para a crianças, que não tem a maturidade para discutir determinados temas. Fere o estatuto da criança e adolescentes, levando para crianças questões morais que devem ser discutidas no seio da família“, pontuou pastor João Campos. (PORTAL DO AMARAL, 2016, on-line); (RADIO PAZ, 2016, on-line)

O parlamentar disse ser contra a discussão sobre sexualidade no ambiente escolar, assim como a abordagem do assunto em livros didáticos. (CLEBER TOLEDO, 2016<sup>a</sup>, on-line)

“Sou servidor da Defensoria e fiz questão de abordar em um espaço destinado as interatividades dos servidores (intranet) o conteúdo das cartilhas (imagens) para que todos os demais servidores pudessem ver o que realmente a Defensoria está apoiando e a população precisa saber o que a Defensoria está apoiando, um verdadeiro conteúdo pornográfico para as crianças de 6 a 12 anos” (ATITUDE TOCANTINS, 2016b, on-line)

“Falar sobre sexualidade requer acima de tudo, profundo conhecimento acerca do que ela é e representa para o ser humano e para o desenvolvimento saudável deste. Antecipar informações sobre sexualidade ao ser humano que não está pronto para ouví-las e lidar com elas, como criar tabus que causem bloqueios emocionais ligados a sexualidade, na idade adulta, precisam ser minuciosamente percebidos, compreendidos e evitados na sua amplitude (...) Ele cita que as aulas para crianças, o MEC sugere: “Beijo na boca, passar a mão na coleguinha do banheiro, assistir vídeos de adultos namorando e até olhar o sexo do próximo! (ATITUDE TOCANTINS, 2016b, on-line)

Apenas nestes casos acima mencionados já é possível identificar o que caracterizam como “ideologia de gênero” e porque ela é tão perigosa. No discurso, fica evidente a associação de gênero à questão da sexualização precoce, e a questão da orientação sexual. Conceitualmente são categorias muito próximas, que se interligam em diversas análises sociais e culturais, bem como em pesquisas acadêmicas, mas definitivamente não correspondem a uma definição única.

Há também, uma confusão (intencional ou não) muito evidente entre gênero e a identidade de gênero, como retratada na fala de uma entrevistada, publicado no G1 Tocantins: “Lorena diz não ser contra a discussão e sim contra a imposição do tema como foi feito. Só existe homem e mulher. O resto é gambiarra” (G1 TOCANTINS, 2016c, on-line).

Na mesma notícia, foi dado o espaço de fala para outra entrevistada opinião com divergente:

Para a radialista Chayla Felix, mãe de uma recém-nascida, a discussão é de extrema importância. "É um tema que as crianças precisam entender. As pessoas confundem a discussão de gênero com o ensino da homossexualidade, ensino do sexo e não tem nada a ver uma coisa com a outra. Achei precipitado e arbitrário tirar isso das escolas", pontua. (G1 TOCANTINS, 2016c, on-line)

Esse tipo de estratégia, de mostrar os dois lados do conflito, confere ao veículo jornalístico e ao próprio profissional a noção de seriedade, neutralidade e ética profissional e veracidade para o que escreve. Este recurso aparece nas notícias abaixo, quando enfatizam pela fala dos entrevistados o direito ao contraditório.

Em dois momentos específicos foi dada voz aos movimentos contrários à “ideologia de gênero”. Uma delas quando da visita do deputado pastor Marco Feliciano em fevereiro de 2016 e na audiência pública promovida pela OAB-TO em abril do mesmo ano. Na reprodução dessas falas é observada uma tentativa insistente de explicar o que significa o gênero, para contrapor ao discurso hegemônico utilizado nos meios de comunicação pesquisados. Os exemplos abaixo, apresentam essas tentativas:

O representante do Movimento Universitário da Diversidade Sexual (Mudas), Brendhon Andrade também se posicionou sobre o assunto. "Há uma grande investida conservadora e fundamentalista no sentido de barrar os direitos de populações subjugadas como as mulheres, LGBTs e pessoas negras. Segundo eles, a ideologia de gênero é uma falácia. O que nós queremos discutir nas escolas é o respeito às mulheres, aos LGBTs, aos negros", explica. (G1 TOCANTINS, 2016c, on-line)

“Repudiamos evento que desconsidere esses importantes instrumentos de combate à violação dos direitos humanos das mulheres e da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) que fere os princípios da laicidade do Estado Brasileiro e que busque promover a falácia da ideologia de gênero conceito que não possui legitimidade no campo das ciências humanas e sociais. (MURAL DO TOCANTINS, 2016b, on-line)

Mesmo com a movimentação de grupos tentando colocar na pauta jornalística a discussão sobre de que gênero está se falando, este debate ficou restrito à entrevista desses manifestantes nos dias específicos. Não houve aprofundamento deste debate pelos veículos de comunicação. De forma ampla, segue a ligação entre gênero e sexualidade, gênero e aborto, sem a mínima problematização do que significa direitos reprodutivos, conforme exemplo nos trechos de três jornais abaixo identificados:

“O evento terá participação de grupos que defendem a ideologia de gênero e o aborto”. (ATITUDE TOCANTINS, 2016a, on-line).

Manifestantes se reuniram na frente da Assembleia Legislativa do Tocantins, na noite desta quinta-feira (18), protestando contra um debate sobre

ideologia de gênero, sexualidade, aborto e religião. (MURAL DO TOCANTINS, 2016a, on-line).

(...) que deverá aprovar ou não, os vetos do prefeito Amastha às emendas apresentadas ao Plano, feitas pelo relator do projeto na Casa, vereador João Campos (PSC) e que segundo o parlamentar, sem as ementas o projeto daria base para discutir sexualidade nas escolas, o que foi rechaçado pelo prefeito. (T1 NOTÍCIAS, 2016a, on-line).

A estratégia da redação jornalística, que oculta o narrador do texto tenta mostrar que a verdade está nos objetos, escondendo as implicações da sua mediação. O jornalista é um narrador que não quer mostrar que narra, mas ao seguir o quarto movimento de análise e identificar as estratégias comunicativas utilizadas, percebe-se que a mediação está presente, como recurso textual.

As citações frequentes, por exemplo, conferem veracidade. São utilizadas para dar a impressão de que são as pessoas reais que falam, que o jornalista não está intervindo. Observe, porém, que ao citar, o jornalista pinça da fala da fonte aspectos que pretende ressaltar dando outra dimensão ao discurso, dirigindo a leitura. As citações encobrem muito bem a subjetividade porque o leitor supõe que elas reproduzem literalmente o que a fonte disse e quis destacar. Produzem a sensação de uma proximidade entre a fonte e o leitor. Dissimulam a mediação. (MOTTA, 2008, p.158)

Na maioria das notícias as citações preenchem quase toda a redação, sobrando pouco ou nenhum espaço para reflexão ou contradição. Os acontecimentos são sistematicamente relatados, datados, localizados e identificados reforçando a noção de veracidade, e não se comprometendo com reflexões anteriores ou posteriores aos fatos explicitados. O que acaba sendo uma redação descritiva e não contextualizada, se eximindo de reflexão ou crítica.

De acordo com o vereador, os livros estão em discordância com o Plano Municipal de Educação (PME) de Palmas, pois possuem conteúdo de educação moral e sexual, abordando a “ideologia de gênero”. (CNN GOSPEL, 2016ª, on-line)

O vereador João Campos (PSC) afirmou que os exemplares não deveriam ser distribuídos nas escolas da capital. "São livros inadequados para os alunos. É inadequado em relação às questões que são apresentadas, à sexualidade e às questões familiares. Eu acho que esse assunto deve ser tratado pela família", afirma. (G1 TOCANTINS, 2016d, on-line)

Grande espaço das notícias foi dado para os defensores da ideologia de gênero. Mesmo que as citações foram aqui entendidas aqui como um recurso discursivo da própria narrativa jornalística, não se pode deixar de notar que esse discurso que podemos considerar hegemônico se sobressaiu em relação aos outros. Retorna-se aqui a afirmar que há uma decisão e uma escolha entre o que vira ou não notícia, dentre os incontáveis acontecimentos

cotidianos, e enfatizar que não há uma neutralidade ingênua na narrativa. No caso do Tocantins a ênfase dada aos entrevistados conservadores e favoráveis à proibição da discussão de gênero na escola, mostra-se incontestável nas notícias aqui expostas.

Ao desenvolver o quinto movimento da metodologia de análise, é possível concordar que essa “contação de histórias”, narradas pelo jornalista e recebida pelos leitores, descritos como narratários (destinatários de uma mensagem narrativa) é na verdade o estabelecimento de um contrato de relação comunicativa e a partir disso, pode-se identificar características que resultam da visão de mundo do jornalista.

O enquadramento e a abordagem dadas ao fato aqui estudado, são o produto das estratégias narrativas utilizadas (citações, localização, datação...) e estão condicionadas à um pacto invisível entre os jornalistas e leitores. Essa relação produz os sentidos da representação do real, que são as ideias e costumes compartilhados em um tempo histórico, em um momento político, em um espaço temporal específicos, pelas sociedades e culturas, mesmo que não sejam verbalizados.

### **5.3 Uso político do gênero e influência da religião nos espaços de decisão e de poder do estado – plano da metanarrativa**

O sexto movimento de análise crítica da narrativa jornalística, instiga a reflexão sobre o que seria uma “narrativa da narrativa”, ou porque é importante falar sobre esta narrativa específica e em que contexto ela se insere. Retoma-se aqui, o momento político da discussão sobre gênero no país e observa-se o caso de Palmas como um microcosmo, um recorte representativo deste momento, escolhido para ser analisado na pesquisa.

Falar sobre gênero, estudar sobre gênero, reivindicar equidade de gênero e o fim das desigualdades de gênero, não é algo novo. Diversos movimentos em todo mundo e no Brasil mais fortemente a partir dos anos 60, vêm se destacando na promoção dessa igualdade e pautando políticas públicas que atendam a diminuição da desigualdade e seguem lutando pela garantia de direitos para pessoas de todos os gêneros, e especial àqueles grupos historicamente alijados de direitos e subalternizados socialmente.

Mas é possível dizer que, a partir do início dos anos 2000 no Brasil, com a ascensão de um governo com viés mais progressista e comprometido com as causas sociais, houveram alguns avanços em políticas públicas na área de gênero. Quando se menciona, neste contexto “área de gênero”. refere-se a uma abordagem complexa que contempla tanto a noção de gênero que caracteriza homens e mulheres, de uma forma estruturalista e binária, quanto as suas dissidências que podem englobar para fins de compreensão do todo, as questões de

orientação sexual, direitos sexuais e reprodutivos, identidade de gênero, ou seja das diversidades de uma forma mais abrangente, e tentando abarcar o que o “guarda-chuva” dessa diversidade e do gênero traz consigo.

Pode-se destacar, visto que é inerente ao objeto deste trabalho, as políticas públicas na área da educação, que tiveram o intuito de promover esse debate dentro das escolas, com a formação de professores, inclusão desses temas nos currículos, nas avaliações, etc. Ou seja, houve uma preocupação e um esforço não apenas em reconhecer as diferenças, mas evidenciar o tema de gênero como tema transversal nos currículos escolares como uma estratégia para a promoção de direitos, garantia de igualdade e até diminuição da violência.

Nesse mesmo contexto, as manifestações de gênero começaram a ter mais espaço na mídia. Tanto em programas de entretenimento, novelas, filmes e revistas, quanto em espaços jornalísticos. As questões ligadas à pauta das mulheres, ao feminismo de uma forma geral, ou a grupos de diversidade sexual, tiveram certa evidencia e, por um momento, pareceu que essa visibilidade dos movimentos seriam fortalecidos de forma crescente.

Até que a partir 2014 o tema torna-se alvo de uma disputa política e midiática com a discussão e posterior aprovação do Plano Nacional de Educação. A discussão que se deu nas instâncias legislativas (Câmara Federal de Deputados e Senado Federal) deram o tom do retrocesso que se seguiria.

A bancada religiosa, presente em massa e mostrando-se poderosa nas negociações de leis, conseguiu suprimir do texto inicial a palavra gênero. Aí se coloca uma disputa ideológica que atravessa os estados e municípios, que também estavam a discutir e aprovar seus planos. No caso estudado, de Palmas no estado do Tocantins, a aproximação das doutrinas religiosas com as decisões tomadas na educação não apresentou nenhum melindre ou disfarce, sendo muito impactante para a educação do município.

Na figura abaixo, o jornal JM Notícia enfatiza a atuação política do Pastor João Campos em defesa da proibição da “ideologia de gênero”. Nota-se a proximidade das atuações religiosas e legislativas, sendo enaltecidas pelo veículo.

**Figura 4**

*João Campos destacou que há quatro obstáculos jurídicos à imposição da ideologia de gênero nos planos de educação. Foto: Ascom Defensoria Pública*

O vereador pastor João Campos (PSC) participou do debate promovido pela OAB-TO (Ordem dos advogados do Brasil no Tocantins) na noite de quarta-feira, 12. O debate teve como tema central o conteúdo da Medida Provisória n.º 6, adotada pelo prefeito Carlos Amastha, e transformada em lei na Câmara Municipal. A MP proíbe qualquer discussão sobre ideologia de gênero nas escolas municipais de Palmas e cancela a distribuição de material escolar produzido pelo Ministério da Educação sobre o tema. A audiência aconteceu no auditório da OAB, em Palmas.

Fonte: JM Notícia (2016)

Nos momentos de decisões importantes para o município, as comunidades religiosas se fizeram presentes, como forma de pressionar os vereadores e o prefeito. Ainda destaca-se o fato de um dos vereadores mais ativos neste processo, tanto que foi entendido com um dos personagens desta estória, que proibiu a discussão de gênero na educação, dizia ser representante dos cristãos. Os trechos de notícias abaixo, publicadas no JM Notícia, veículo classificado como religioso, descrevem a atuação política do vereador:

O vereador pastor João Campos, relator do projeto, lembrou que Palmas foi uma das últimas cidades a aprovar o PME, sendo que o prazo era 30/06 deste ano. ‘Exerci constante cobrança para remessa do plano à Câmara. Apresentei 14 consideráveis emendas, todas aprovadas. Exerci vigilância e aprovamos com apoio de todos os demais vereadores, sem a ideologia de gênero’, ponderou o vereador. (...) o vereador pastor João Campos (PSC) capitaneou e apresentou 14 emendas. (JM NOTÍCIA, 2015, on-line)

‘Concluo mais um ano de cabeça erguida, pois é mais um compromisso que cumpro com a comunidade cristã de Palmas, que espelha a família com fundamento nos instrumentos legais: Constituição Federal, Código Civil e Bíblia Sagrada’, concluiu Campos. (JM NOTÍCIA, 2015, on-line).

O discurso presente de defesa da família ficou cada vez mais forte durante o processo que culminou na proibição. Cabe aqui ressaltar, novamente, que a família defendida não é qualquer uma. É a família cristã, descrita conforme a bíblia e não conforme a Constituição Brasileira. A atuação em defesa desses ideais foi permanentemente publicado em vários veículos, que como mencionado anteriormente, deu muito espaço para esse discurso. Mesmo que o jornalista tenha agido como narrador oculto, evidenciou a fala e as ações conservadoras desses agentes políticos:

Diversas lideranças e uma extensa presença da comunidade evangélica e católica lotaram o plenário da Câmara de Palmas durante a manhã desta terça-feira, 23. A intenção era pressionar os vereadores para a suspensão dos livros didáticos, por conterem ideologia de gênero. O requerimento pedindo a suspensão da distribuição dos livros foi apresentado pelo vereador pastor João Campos (PSC). (PORTAL DO AMARAL, 2016, on-line); (RADIO PAZ, 2016, on-line).

Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Madureira, Silvio Machado, que esteve presente na sessão, disse ver o momento como algo de extrema importância, de luta pela preservação da família. “O governo precisa trabalhar em outras áreas, investir no que é necessário para o bem da família e nação”, disse. (PORTAL DO AMARAL, 2016, on-line); (RADIO PAZ, 2016, on-line).

Na última quinta-feira, 10, por exemplo, na Câmara de Palmas, a sessão foi agitada acompanhada por pastores, líderes católicos e populares que lotaram a galeria da Casa de Leis pedindo alteração no Plano de Educação da Capital. O vereador pastor João Campos (PSC), relator do projeto do Plano Municipal de Educação, disse estar sendo pressionado por pais de famílias que consideram tratar-se de material inadequado para as crianças. (CONEXÃO TOCANTINS, 2016<sup>a</sup>, on-line).

Em cada uma dessas notícias fica o questionamento de qual é o documento principal que rege as normas do país, a Constituição Federal ou Bíblia. Emerge em várias notícias, além da intenção em relacionar gênero com outras categorias, como orientação sexual ou identidade de gênero, para demonizar a questão de gênero e culpabilizar o uso deste na educação, um discurso sobre qual é o limite de interferência do Estado na vida privada. Esse discurso ganha força e justificativa em várias menções feitas e registradas as notícias ao chamado Pacto de San José.

Campos (PSC), vetada pelo prefeito Carlos Amastha (PSB). Essa emenda, levando em consideração o Pacto de São José da Costa Rica, proibia a discussão de gênero alegando que esse debate deve ser feito exclusivamente pelos pais em âmbito familiar. (PORTAL STYLO, 2016, on-line) A polêmica sobre o assunto começou após a aprovação do Plano Municipal de Educação (PME) que teve uma emenda, criada pelo vereador pastor João

Como pode ser observado nos seguintes trechos, a menção a esse Pacto é sempre verbalizada pelos pastores, vereadores e defensores do movimento conservador. E muito focada nos sites de viés religioso, embora apareça também em outros com a estratégia da citação. Essa divisão de responsabilidades da educação de crianças e jovens, entre o que é dever da família e dever da escola não é universal, e nem o citado pacto consegue definir totalmente.

Uma das emendas propostas pelo parlamentar, de n.º 14, visa à incorporação, como base teórica e jurídica do Plano Municipal de Educação do Município de Palmas, da Convenção Americana dos Direitos Humanos, o chamado Pacto de San Jose, tratado internacional recepcionado pelo ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto n.º 678/92, e que, em seu artigo 12, garante expressamente o direito aos pais ou tutores, segundo as suas convicções, à educação moral dos seus filhos. (JM NOTÍCIA, 2015, on-line).

O presidente do movimento, Rodrigo Moraes, destacou a “importância da aprovação deste requerimento, pois o mesmo faz cumprir o Plano Nacional de Educação que rejeitou a ideologia de gênero, bem como o Pacto de San Jose que, em seu artigo 12, que determina ser direito dos pais, segundo as suas convicções, a educação moral dos filhos. Nossa luta é contra a intromissão estatal na educação moral de crianças”, finalizou. (PORTAL DO AMARAL, 2016, on-line); (RADIO PAZ, 2016, on-line)

“A Constituição Federal é clara quando afirma que a formação moral a respeito do conceito de família é de responsabilidade dos pais. Diante disso, defendo que essa discussão tem que existir apenas no ambiente familiar, onde os responsáveis poderão ter oportunidade para fazer as orientações adequadas”, declarou Eli. (CLEBER TOLEDO, 2016, on-line).

Ao mesmo tempo é uma dicotomia pensar que em um país onde a diversidade é criminalizada, é considerada uma doença, é marginalizada, onde há uma violência de gênero em níveis alarmantes, esses temas não possam ser abordados de forma oficial no currículo escolar. Outro paradoxo é o fato de que, segundo a visão conservadora, o estado não pode abordar determinados temas (nas escolas) mas deve interferir no direito de casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, não legalizando-o.

A disputa ideológica sobre o que é gênero, que pode falar sobre ele, que uso se dá ao conceito, foi também uma disputa de concepção das instituições sociais. Por um lado, órgãos comprometidos com a questão dos direitos humanos empenhando-se em garantir a promoção

(caso da DPE-TO e OAB-TO) e por outro lado instituições religiosas, juntamente com poder legislativo e executivo do município impedindo o avanço na garantia desses direitos. Destaca-se aqui o registro do protagonismo da DPE e OAB:

O Núcleo Especializado da Diversidade Sexual (Nudis) da Defensoria Pública do Tocantins (DPE) já tinha se manifestado favorável a discussão da ideologia de gênero e foi crítico ao requerimento apresentado pelo vereador Pastor João Campos (PSC), que solicitou a suspensão da distribuição dos livros escolares que tratavam do tema. “Ocorre que há desinformação por parte da sociedade, além de religiosos e fundamentalistas que tentam impor suas seitas e dogmas e religiões como verdades universais ignorando os demais, situação essa trazida para o Legislativo Municipal por meio do Pastor João Campos. (CLEBER TOLEDO, 2016d, on-line); (PALMAS AQUI, 2016, on-line).

No documento, o Nudis ainda cita que a retirada destes materiais "não contribui para uma melhor compreensão e esclarecimento", fazendo com que aumente "os status de tabus". "Mantém crianças no desconhecimento, já que não possibilitam uma segunda visão capaz de gerar respeito para com situações diferentes" (O GIRASSOL, 2016a, on-line); (CONEXÃO TOCANTINS, 2016d, on-line)

A OAB-TO pretende analisar os documentos levando em consideração a relevância e urgência e os vários direitos humanos que ficam implicados com a medida (JORNAL DO TOCANTINS, 2016b, on-line).

E aqui a atuação questionável em relação à Constituição Federal, do prefeito e vereadores:

Após pressão de líderes religiosos, vereadores, de membros da sociedade, o prefeito de Palmas, Carlos Henrique Franco Amastha, publicou no Diário Oficial de Palmas dessa segunda-feira, 14, Medida Provisória com força de Lei, vedando a discussão e utilização de material didático e paradidático sobre a “ideologia ou teoria de gênero” (CONEXÃO TOCANTINS, 2016a, on-line).

O trabalho em conjunto dos pastores e líderes católicos foi de fundamental importância, pois levou ao fim uma erva daninha que iria ser implantada nas escolas municipais de Palmas, somente pelo desejo do aumento da verba educacional e pelo prazer da diversidade cultural e educacional, disfarçadas de pedofilia e sexo antinatural. (JM NOTÍCIA, 2016c, on-line)

A medida foi apresentada, após longo embate com padres e pastores evangélicos, sobre a utilização de materiais que envolvam diversidade nas escolas de Palmas, e que tem sido um dos assuntos mais debatidos nas últimas semanas na Câmara de Vereadores de Palmas (T1 NOTÍCIAS, 2016a, on-line).

Na tentativa de acalmar os ânimos de entidades religiosas, Amastha determinou a elaboração de uma Medida Provisória, feita com a participação de representantes religiosos, para sanar o veto e proibir qualquer discussão

de ideologia de gênero dentro das escolas municipais (PORTAL STYLO, 2016, on-line).

Por fim, o uso político da discussão de gênero foi desvelado. Uma disputa acirrada mediu forças entre setores sociais (movimentos sociais) e entre legislativo e executivo municipal. O prefeito sucumbiu às pressões da bancada religiosa, editando a MP e alterando o plano municipal de educação. Uma parcela da oposição questionou o fato de o Plano não versar apenas sobre isso e outros pontos importantes não tiveram o mesmo espaço de debate conforme destacamos nos trechos abaixo:

Pastor Joaquim Ferreira, foi um dos líderes evangélicos, que juntamente com pastor Amarildo Martins, Jediel Lima, apóstolo Sérgio Paulo, deputado Eli Borges, apóstolo Gláucio Coraiola que acompanharam todas as sessões que iriam votar pela derrubada ou manutenção dos vetos do Plano Municipal de Educação. No entanto, por duas vezes consecutivas, devido às pressões da sociedade, a prefeitura recuou e pediu a retirada da pauta de votação (JM NOTÍCIA, 2016a ,on-line).

O prefeito não foi bonzinho, ele apresentou essa medida provisória porque não aguentou a pressão”, criticou Freitas, antes de iniciar a votação.(AMAZONIA AO VIVO, 2016a ,on-line)

Tinha a ideologia de gênero no PME original enviado a Câmara. Parabênzo o prefeito que se rendeu a nossa solicitação de manter a proibição a ideologia de gênero no Plano, não por minha causa, mas por causa da mobilização da sociedade cristã (JM NOTÍCIA, 2016b, on-line) .

O trabalho em conjunto dos pastores e líderes católicos foi de fundamental importância, pois levou ao fim uma erva daninha que iria ser implantada nas escolas municipais de Palmas, somente pelo desejo do aumento da verba educacional e pelo prazer da diversidade cultural e educacional, disfarçadas de pedofilia e sexo antinatural. (JM NOTÍCIA, 2016c, on-line).

As notícias acima apresentam alguns aspectos que interessam para caracterizar esse uso político. Ao observar que uma das falas diz que o prefeito foi sensível à mobilização da sociedade, é uma forma de aproximá-lo de um grupo de pessoas e possíveis eleitores. Ao mesmo tempo em que em outra notícia, diz que ele não foi bonzinho, ou seja, foi pressionado a fazer algo contra sua vontade.

Por outro lado, o vereador pastor João Campos, que protagonizou esses episódios, coloca para si mesmo a vanglória de ter arduamente trabalhado e conseguido impedir o que chama de aberração. Cada um dos personagens dessa narrativa foi importante para a reconstrução dessa estória, que tal qual na narrativa literária, teve até comemoração, como se houvesse uma batalha com vencedores e derrotados.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repercussão negativa da discussão sobre gênero nas políticas educacionais, a partir da discussão dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação do Brasil, partiu de uma falácia perversa: a de que gênero, sexualidade e identidade de gênero são invenções ideológicas. Em grande parte dos embates e disputas políticas que envolveram as aprovações dos planos, o que se observou foi uma desqualificação de determinadas visões de mundo como sendo ideológicas, ou seja, um ideário sem ancoragem na realidade ou em teorias.

Quando se reivindica, então, a noção de “igualdade de gênero” na educação, a demanda é por um sistema escolar inclusivo, que crie ações específicas de combate às discriminações e que não contribua para a reprodução das desigualdades que persistem em nossa sociedade. Falar em uma educação que promova a igualdade de gênero, entretanto, não significa anular as diferenças percebidas entre as pessoas mas garantir um espaço democrático onde tais diferenças não se desdobrem em desigualdades e em violência.

Da mesma forma como a violência de gênero se manifesta em vários espaços públicos ou privados como o espaço da família, ela também se manifesta no ambiente da escola. O índice das violências e assassinatos contra mulheres é muito alto e crescente. Em uma pesquisa publicada em setembro de 2016 pelo Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), um em cada três brasileiros acredita que, nos casos de estupro, a culpa é da mulher. Especificamente entre os homens esse pensamento é ainda mais comum: 42% deles dizem que mulheres que se dão ao respeito não são estupradas. A culpabilização da vítima também acontece entre as mulheres, que são as que mais sofrem com o crime: 32% concordam com a afirmação. Para 30% dos homens, a mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada. Ao mesmo tempo, o levantamento apontou que 65% dos brasileiros temem sofrer algum tipo de violência sexual. O temor é muito maior entre as mulheres e é sentido por 85% delas.<sup>57</sup>

Com todos esses dados, fica clara a necessidade de inserção deste temas em todos os ambientes. A escola, como espaço onde essa sociabilidade se forma e pode ser transformada, deve ficar alijada do debate de gênero e de como sua construção cultural contribui para o crescimento dessa violência?

Em relação à gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travesti, a violência pode ser ainda pior. Desde cedo, qualquer comportamento que fuja do que é considerado normal é

---

<sup>57</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Um terço dos brasileiros culpa mulheres por estupros sofridos**. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml>> Acessado em 07 out. 2016.

tratado com desprezo, nojo, violência física e psicológica. Dados do site Homofobia Mata mantido pelo do Grupo Gay da Bahia (GGB), dão conta de que de 1 de janeiro até 10 de abril de 2018, 126 crimes foram praticados violentos praticados contra LGBTs no Brasil, ou seja “os dados da violência divulgados pelo site são reveladores de que o Brasil é um país culturalmente “insalubre” para viver a Diversidade LGBT.<sup>58</sup>

Os dados apontam o porquê é necessário termos Planos Municipais de Educação que enfrentem a discriminação e a evasão escolar, propiciando a permanência e sucesso escolar de LGBTs. A discussão de gênero na escola é para conscientizar o outro da diversidade que nos constitui.

A forma como os alunos são avaliados e percebidos pelos adultos impactam fortemente a percepção que têm de si. Embora diversos papéis de gênero sejam passados de geração em geração de maneira explícita, existem preconceitos invisíveis, currículos ocultos da educação. Um deles fomenta a ideia de que os meninos são mais talentosos para exatas e serão melhores cientistas, engenheiros e técnicos de informática. Mas a desigualdade de gênero também impacta os meninos. O fracasso escolar e a evasão de jovens podem estar ligados aos referenciais de masculinidades difundidos socialmente, em que os padrões sociais e culturais impostos a eles pode limitar o seu o direito à educação, reproduzindo uma cultura da violência.

Ainda há uma outra realidade evidente, que se manifesta cruelmente na discussão de gênero e diversidades: a relação com a religião. As organizações religiosas têm se colocado de forma conservadora, preconceituosa, sexista e machista nessas discussões, fazendo relações absurdas relacionado ao que é certo e errado, de acordo com a sua doutrina e apenas aumentando o abismo das hierarquias e desigualdades, e incentivando a violência.

Sobre o episódio que se tornou o tema principal dessa pesquisa, dentre os diversos sites visitados, foi possível observar uma série de equívocos na abordagem do tema, bem como uma argumentação sobre gênero muitas vezes condicionada à discussão sobre orientação sexual. Após a finalização das análises, percebendo todos os movimentos possíveis para resgatar a narrativa, pode-se de dizer que não é equívoco, mas sim uma intenção de divulgar um discurso. Mesmo em sites jornalísticos, que pretensamente deveriam seguir as características de imparcialidade e objetividade, ficaram muito evidentes as abordagens tendenciosas ou incompletas sobre as questões de gênero.

---

<sup>58</sup> GRUPO GAY DA BAHIA. **Site Homofobia Mata do GGB registra 126 mortes violentas em 2018.** Salvador, 13 abr. 2018. Disponível em < <https://grupogaydabahia.com.br/2018/04/14/site-homofobia-mata-do-ggb-registra-126-mortes-violentas-em-2018/>> Acesso em: 28 abr. 2018

Mesmo as matérias jornalísticas que foram publicadas após audiência pública promovida pela OAB-TO, manifestaram-se várias entidades e estiveram presentes diversos segmentos da sociedade foram tendenciosas e insistiram em usar o termo errado, atuando para deslegitimar a importância dessa discussão no ambiente escolar.

E existe uma dupla correlação entre a visibilidade da mídia e as hierarquias da política, que evidenciam a hierarquia de gênero legitimadas pela mídia. Para os autores, a atuação política está bastante centrada na ideia de poder decisório e as mulheres estão menos presentes do que os homens nos espaços de tomada de decisão: elas possuem menos autoridade e exercem menos poder político. E a mídia contribui na reprodução das desigualdades, quando noticia determinados posicionamentos em detrimento de outros.

Esse debate, muitas vezes colocado como periférico pela nossa sociedade. É sobre o direito a visibilidade midiática e o direito à comunicação. Quando grupos minoritários, aqui relacionados à questões de gênero, propõe uma discussão de como estão sendo representados publicidade, jornalismo, programas de auditório ou entretenimento, de fundo aparece alguém usando o conceito de liberdade de expressão – entendida aqui como a liberdade de perpetuar estereótipos misóginos, violentos, homofóbicos. E o debate vai perdendo a importância que merece.

Debater o uso do espaço midiático é falar de poder, e deve-se considerar que discurso é exercício de poder. A decisão de quem fala, como fala e porque fala não é autônoma, neutra ou isenta de hierarquias. Por isso a comunicação é poder. Tudo o que é falado nos meios de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais impressos, etc.) já nasce poderoso em diversos aspectos, como se a verdade só fosse verdade quando mediada pelos canais de comunicação.

Pode se dizer também, que tudo o que aparece na mídia é o reflexo da sociedade em que vivemos. A mídia tem essa tendência de refletir comportamentos e atitudes que estão mais ou menos enraizados na nossa cultura. Mas também é importante ressaltar que ela transcende o espelho, e paradoxalmente influencia novos comportamentos e maneiras de pensar. As representações são socialmente produzidas e partilhadas dentro de um contexto histórico específico. São constituídas a partir da experiência, das informações, dos saberes e dos modelos de pensamento recebidos, transmitidos e construídos através da tradição, da educação e da mídia, e, por fim, da cultura.

Neste sentido tem se evidenciado, na esfera política de uma forma mais abrangente, uma grande disputa de ideias que foi denominada pela própria mídia de “disputa de narrativas”. A narrativa, ou seja, a forma de construir a estória (ou de recontar a história

oficial) se tornou um grande instrumento de tensionamento e disputa política. Nos temas mais polêmicos, os personagens dos polos extremos são mais facilmente identificados, pois suas falas são propositalmente colocadas para se posicionarem em defesa um grupo. Nas discussões sobre gênero, há um problema que vai além da “tomada de posição”. Mas há uma construção narrativa pejorativa relacionada aos temas que se referem às desigualdades vivenciadas por mulheres, pela população LGBT, pelas pessoas não normativas. Essa narrativa é intencional e arbitrária e portanto, se há de fato uma disputa ela não é justa, pois esconde a verdade.

Essa pesquisa teve o propósito de analisar uma narrativa específica que teve a questão de gênero no centro da polêmica, mas que pode ser estendida a outras instâncias. Ela não pretende esgotar as possibilidades de análise, mas já traz evidências importantes da relação da mídia com a política e da política com a religião, podendo, ainda, abrir portas para outros aspectos a serem observados. Sempre com o objetivo de avançar na pauta do direito à comunicação, como direito universal dos seres humanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. Violência nas escolas: versão resumida. In: Violência nas escolas: versão resumida. **Unesco**, 2002.

AF NOTÍCIAS. **Câmara de Palmas aprova suspensão de livros que trazem ideologia de gênero**. 2016a. Disponível em: < <http://afnoticias.com.br/vereadores-aprovam-suspensao-de-livros-com-ideologia-de-genero-em-palmas/> > Acesso em 11 dez. 2017.

ALCURI, Gabriela et all. O Relatório MacBride – História, importância e desafios. **Simulação das Nações Unidas para secundaristas**. 2012. p.143-165. Disponível em <<http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/05-AC.pdf>> Acesso em 11 jan. 2017.

AMAZONIA AO VIVO. Prefeito proíbe discussão sobre diversidade nas escolas de Palmas. 2016a. Disponível em: <<http://www.amazoniaovivo.com.br/tocantins/noticia/prefeito-proibe-discussao-sobre-diversidade-nas-escolas-de-palmas/147442> > Acesso em: 11 dez. 2017.

ANDI. **Cenário Internacional**. 2007. Disponível em: < <http://www.andi.org.br/politicas-de-comunicacao/page/cenario-internacional> > Acesso em 10 fev. 2017.

ATITUDE TOCANTINS. **Pastor Marco Feliciano estará neste mês em Palmas debatendo ‘ideologia de gênero**. 2016a. Disponível em: <<http://www.atitudeto.com.br/pastor-marco-feliciano-estara-neste-mes-em-palmas-debatendo-ideologia-de-genero/>>\_ Acesso em: 11 dez. 2017.

ATITUDE TOCANTINS. **Defensoria Pública defende cartilha com temáticas relativas a questões de gênero**. 2016b. Disponível em: < <http://www.atitudeto.com.br/defensoria-publica-defende-cartilha-com-tematicas-relativas-a-questoes-de-genero/>> Acesso em 30 nov. 2017.

ASSOCIAÇÃO Brasileira De Antropologia et all. **Manifesto Pela Igualdade De Gênero Na Educação: Por Uma Escola Democrática, Inclusiva e Sem Censuras**. 2015. Disponível em: <[http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto\\_Pela\\_Igualdade\\_de\\_Genero\\_na\\_Educacao\\_Final.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf) > Acesso em 25 ago. 2016

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. **O queer e o conceito de gênero**. São Carlos, 2017. Disponível em <http://www.ufscar.br/cis/2011/10/o-queer-e-o-conceito-de-genero/> Acesso em 26 abr. 2017

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitui...](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui...) Acesso em 21 dez. 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). **Caderno de gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, 2007

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em <<http://pne.mec.gov.br/>> Acesso em: 03 out. 2016.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado Federal nº 193, de 2016. **Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido"**. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666> . Acesso em mar. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO. **ONU se manifesta contra o "escola sem partido" e cita mudanças na base curricular**. 2017. Disponível em: <<http://campanha.org.br/direitos-humanos/onu-se-manifesta-contr-o-escola-sem-partido-e-cita-mudancas-na-base-curricular>> Acesso em 20 abr 2017.

CARTA CAPITAL. **Cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país, indica relatório**. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio>> . Acesso em 20 abr 2018.

CASTRO, Davi de. Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos. **Intexto**, Porto Alegre, v. 31, p.198-214, dez. 2014.

CBN. **Rogéria foi o 'travesti da família brasileira'**. 2017. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/117959/rogeria-foi-o-travesti-da-familia-brasileira.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

CELIBERTI, Lilián. Uruguay: El debate sobre la Ley de Servicios Audiovisuales en Uruguay- Un aporte a la democratización de los medios. In: CHAER, Sandra (Org.). **Políticas públicas de comunicación y género en América Latina: un camino por recorrer**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Comunicación Para La Igualdad Ediciones, 2014. p. 69-82.

CHACHER, Sandra (Org.). **Políticas públicas de comunicación y género na America Latina. un camino por recorrer**. Buenos Aires: Eudeba, 2014

CLEBER TOLEDO. **Eli Borges, debate da ideologia de gênero nas escolas fere Constituição**. 2016a. Disponível em: <<http://acervo.clebertoledo.com.br/politica/2016/03/01/75832-para-eli-borges-debate-da-ideologia-de-genero-nas-escolas-fero-constituicao>> Acesso em: 11 dez. 2017.

CLEBER TOLEDO. **Amastha garante que escolas de Palmas não abordarão questão de gênero**. Palmas, 2016b. Disponível em:< <http://www.clebertoledo.com.br/n76079> > Acesso em 11 dez. 2017.

CLEBER TOLEDO. **Para Geo, ao vetar Plano de Educação, prefeitura quer retirar sua responsabilidade.** 2016c. Disponível em: < <http://www.clebertoledo.com.br/n76108> > Acesso em 11 dez. 2017.

CLEBER TOLEDO. **Defensoria quer que prefeitura justifique veto a debate sobre gênero.** 2016d. Disponível em: < <http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/03/21/76423-defensoria-quer-que-prefeitura-justifique-veto-a-debate-sobre-genero> > Acesso em 11 dez. 2017.

CLEBER TOLEDO. **Audiência sobre proibição de discussão de gênero nas escolas ocorre nesta terça.** 2016e. Disponível em: <<http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/04/12/77124-audiencia-sobre-proibicao-de-discussao-de-genero-nas-escolas-ocorre-nesta-terca>> Acesso em 11 dez. 2017.

CLEBER TOLEDO. **Comissões pedem que OAB ingresse com ação para derrubar lei municipal.** 2016f. Disponível em: < <http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/04/13/77193-comissoes-pedem-que-oab-ingresse-com-acao-para-derrubar-lei-municipal>> Acesso em 11 dez. 2017.

CNN GOSPEL. **Vereadores João Campos e Milton Neres, dizem não aos livros do MEC.** 2016a. Disponível em: < <http://www.cnnospel.com.br/index.php/2016/02/12/ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CNN GOSPEL. **Um certo gênero de Defensoria - Esclarecimentos sobre a questão da ideologia de gênero nas escolas.** 2016b. Disponível em:<<http://www.cnnospel.com.br/index.php/2016/03/28/um-certo-genero-de-defensoria/>> Acesso em 25 ago. 2016.

CONEXÃO TOCANTINS. **Em meio a polêmica sobre gênero, 96% dos municípios tocantinenses já estão com Planos de Educação sancionados.** 2015. Disponível em: <<https://conexaoto.com.br/2015/06/26/em-meio-a-polemica-sobre-genero-96-dos-municipios-tocantinenses-ja-estao-com-planos-de-educacao-sancionados>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CONEXÃO TOCANTINS. **Após polêmica e pressão de líderes religiosos, Medida Provisória vedando a utilização de material didático sobre "ideologia de gênero" nas escolas é publicada.** 2016a. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2016/03/15/apos-polemica-e-pressao-de-lideres-religiosos-medida-provisoria-vedando-a-utilizacao-de-material-didatico-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-e-publicada> > Acesso em 11 dez. 2017.

CONEXÃO TOCANTINS. **Com 11 votos vereadores mantem vetos do governo de palmas ao plano municipal da educacao.** 2016b. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2016/03/15/com-11-votos-vereadores-mantem-vetos-do-governo-de-palmas-ao-plano-municipal-da-educacao> > Acesso em 11 dez. 2017.

CONEXÃO TOCANTINS. **Vereadores discutem MP que veta "ideologia de gênero" nas escolas de Palmas e criticam prioridades.** 2016c. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2016/03/15/vereadores-discutem-mp-que-veta-ideologia-de-genero-nas-escolas-de-palmas-e-criticam-prioridades> > Acesso em 11 dez. 2017.

CONEXÃO TOCANTINS. **Núcleo da Diversidade Sexual requer justificativa da Prefeitura de Palmas sobre veto da discussão de ideologia de gênero nas escolas.** 2016d.

Disponível em: < <http://conexaoto.com.br/2016/03/21/nucleo-da-diversidade-sexual-requer-justificativa-da-prefeitura-de-palmas-sobre-veto-da-discussao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas> > Acesso em 11 dez. 2017.

**CONEXÃO TOCANTINS. Em audiência pública aberta, OAB amplia debate sobre proibição de discussão de gêneros nas escolas municipais.** 2016e. Disponível em: < <http://conexaoto.com.br/2016/04/13/em-audiencia-publica-aberta-oab-amplia-debate-sobre-proibicao-de-discussao-de-generos-nas-escolas-municipais> > Acesso em 11 dez. 2017.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris.** 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wpcontent/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS. Nota Pública.** 2016. Disponível em: <<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/17558>> Acesso em 30 nov. 2017.

DEMARCHI, Carlos Henrique; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. A proposta de um novo marco regulatório para a comunicação no Brasil e as políticas para o setor | The proposal of a new regulation for Communication in Brazil and the public policies for Communication. **Liinc em Revista**, [s.l.], v. 12, n. 1, p.107-118, 31 maio 2016.

**DE OLHO NOS PLANOS. Conselho nacional de educação orienta municípios a revisarem planos que não abordem questões de gênero.** 2015. Disponível em < <http://www.deolhonosplanos.org.br/conselho-nacional-de-educacao-orienta-municipios-a-revisarem-planos-que-nao-abordem-questoes-de-genero/> > Acesso em 02 nov. 2016

**DE OLHO NOS PLANOS. Maioria dos planos estaduais de educação aprovados incluem referência a igualdade de gênero.** 2016. Disponível em <<http://www.deolhonosplanos.org.br/maioria-dos-planos-estaduais-de-educacao-aprovados-incluem-referencia-a-igualdade-de-genero/>> Acesso em 02 nov. 2016

**ESTADÃO. Após pressão de religiosos, MEC altera comitê e remove palavra 'gênero'.** 2016. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,apos-pressao-de-religiosos--mec-altera-comite-e-remove-palavra-genero,1767236>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

FERREIRA, Giovandro Marcus. As origens recentes: os meios de comunicação de massa pelo viés do paradigma da sociedade de massa, In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 99-118.

**FOLHA DE SÃO PAULO. Um terço dos brasileiros culpa mulheres por estupro sofridos.** 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml> > Acessado em 07 out. 2016.

FONTES, Malu. Das ruas às manchetes: o enquadramento da violência homofóbica. In: DINIZ, Debora; OLIVEIRA, Rosana Medeiros de (Org.). **Notícias de homofobia no Brasil.** Brasília: Letras Livres, 2014. p. 21-56.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014.

FRANÇA, F. F.; FELIPE, D. A.; CALSA, G. C. Gênero , Sexualidade e Meios De Comunicação : Uma Abordagem Crítica Desses Conceitos Na Educação. **Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, [s.d.]. v. 13, n. 1, p. 37–53.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain (orgs). **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Idéias & Letras, 2004, p. 13-26.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação / A comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 39-60

FURLANI, Jimena. **Ideologia de Gênero - Parte 1/6 - Quem criou, por que e para que?** 2016. Canal Papo de Corujas. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=5ro1O10I0v8>>. Acesso em 03 out. 2016.

G1. **MEC cria “comitê de gênero”**. 2015. Disponível em : <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/09/mec-cria-comite-de-genero.html>>. Acesso em: 26 set 2015.

G1 TOCANTINS. **Marcos Feliciano é alvo de protestos em evento sobre ideologia de gênero**. 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/02/marcos-feliciano-e-alvo-de-protestos-em-evento-sobre-ideologia-de-genero>>. Acesso em 25 ago. 2016.

G1 TOCANTINS. **Livros didáticos que falam sobre união entre gays geram polêmica no TO**. 2016b. Disponível em: < <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/02/livros-didaticos-que-falam-sobre-uniao-entre-gays-geram-polemica-no.html>.> Acesso em: 11 dez. 2017.

G1 TOCANTINS. **Câmara de Palmas aprova proibição de livros sobre discussão de gênero**. 2016c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/03/camara-de-palmas-aprova-proibicao-de-livros-sobre-ideologia-de-genero.html> > Acesso em: 11 dez. 2017.

G1 TOCANTINS, **Prefeito proíbe discussão sobre diversidade nas escolas de Palmas**. 2016d. Disponível em: < <http://g1-globo.com/to/tocantins/noticia/2016/03/prefeito-quer-proibir-discussao-sobre-diversidade-nas-escolas-de-palmas.html> > Acesso em: 11 dez. 2017.

G1 TOCANTINS. **Assassinato de técnica de enfermagem é investigado como crime passional**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/assassinato-de-tecnica-de-enfermagem-e-investigado-como-crime-passional.ghtml>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

GALTUNG, Johan, RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro – A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. 2.ed. Lisboa: Veja, 1999.

**GÊNERO E EDUCAÇÃO. Disposições Legislativas Sobre Gênero na Educação. Guia prático para escolas e educadoras/es**. 2015. Disponível em

<http://generoeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2015/11/G%C3%AAnero-na-educac%C3%A7%C3%A3o-dispositivo-legais-3.pdf> Acesso em 06 mar 2017

**GRUPO GAY DA BAHIA. Site Homofobia Mata do GGB registra 126 mortes violentas em 2018.** 2018. Disponível em < <https://grupogaydabahia.com.br/2018/04/14/site-homofobia-mata-do-ggb-registra-126-mortes-violentas-em-2018/>> Acesso em: 28 abr. 2018

HALL, Stuart. CHRITCHER, Chas. JEFFERSON, Tony. CLARKE, John. ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: VEJA, 1999.

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003c, p. 387-404.

HALL, Stuart. A produção social das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa, Veja, 1993.

HOHLFELDT, Antonio. As origens antigas: a comunicação e as civilizações. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 61-98.

JM NOTÍCIA. **Plano Municipal de Educação de Palmas é aprovado sem a inclusão da ideologia de gênero.** 2015. Disponível em: < <http://www.jmnoticia.com.br/2015/12/23/plano-municipal-de-educacao-de-palmas-e-aprovado-na-camara-vereador-pastor-joao-campos-apresentou-emendas/>. > Acesso em: 11 dez. 2017.

JM NOTÍCIA. **Pastor Joaquim Ferreira diz que MP retirando ideologia de gênero foi conquista da população.** 2016a. Disponível em: <<http://www.jmnoticia.com.br/2016/03/15/7618/>> Acesso em 11 dez. 2017.

JM NOTÍCIA. **"Nossa Luta era ideológica, não política" diz pastor João Campos sobre ideologia de gênero.** 2016b. Disponível em: < <http://www.jmnoticia.com.br/2016/03/16/7755/>> Acesso em 11 dez. 2017.

JM NOTÍCIA. **A batalha épica da ideologia de gênero na Câmara de Palmas.** 2016c. Disponível em: < <http://www.jmnoticia.com.br/2016/03/16/7723/>> Acesso em 11 dez. 2017.

JM NOTÍCIA. **OAB realiza audiência pública para debater o ensino de gênero e diversidade nas escolas de Palmas.** 2016d. Disponível em: < <https://www.jmnoticia.com.br/2016/04/13/oab-realiza-audiencia-publica-para-debater-o-ensino-de-genero-e-diversidade-nas-escolas-da-capital/>> Acesso em: 28 nov. 2017.

JM NOTÍCIA. **Eli Borges toma posse como membro do Conselho Estadual de Educação.** 2017. Disponível em: <<http://www.jmnoticia.com.br/2017/11/01/eli-borges-toma-posse-como-membro-do-conselho-estadual-de-educacao/>> Acesso em 15 abr. 2018.

JORNAL DO TOCANTINS. **Vereadores mantêm veto sobre discussão de ideologia de gênero nas escolas.** 2016a. Disponível em: < <http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/noticias/politica/vereadores-mant%C3%A9m-veto-sobre-discuss%C3%A3o-de-ideologia-de-g%C3%AAnero-nas-escolas-1.1052487>> Acesso em 11 dez. 2017.

JORNAL DO TOCANTINS. **OAB solicita documentos de medida que proíbe discussão de gênero nas escolas.** 2016b. Disponível em: <  
<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/oab-sol%C3%ADcita-documentos-de-medida-que-pro%C3%ADbe-discuss%C3%A3o-de-g%C3%AAnero-nas-escolas-1.1057587>> Acesso em 11 dez. 2017.

JORNAL GGN. **As questões de gênero e sexualidade invisíveis à mídia.** 29 set. 2015. Disponível em <https://jornalggn.com.br/blog/alfeu/as-questoes-de-genero-e-sexualidade-invisiveis-a-midia> Acesso em 27 abr. 2017

LAHNI, Cláudia Regina; AUAD, Daniela. Comunicação na perspectiva da igualdade de gênero: apontamentos para o debate sobre Marco Regulatório. In: BRITTOS, Valério Cruz; LOPES, Ruy Sardinha (Orgs.). **Políticas de comunicação e sociedade.** São Paulo: Intercom, 2012. p. 307-334.

LIMA, Venício A de. **Mídia: teoria e política.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LINS, Beatriz Accioli; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: A questão de gênero na escola.** 1 ed. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. **Homofobia e educação: Um desafio ao silêncio.** 1 ed. Brasília: Letras Livres, 2009. 133-194 p.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pos-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo Educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 107-125, 1998. Disponível em: <  
<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634467>>. Acesso em: 02 abr 2017.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista Famecos**, Porto Alegre. v. 23, n. 2, p.1-23, 21 mar. 2016. Disponível em: <  
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22464>>. Acesso em: 25 abr 2017.

MARTINO, Luiz C. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências.** 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 27-38.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Curso de gênero e diversidade na escola**. 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/redediversidade/pdfs/gde.pdf> Acesso em 25 abr. 2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Nota pública: Às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do DF, às Câmaras de Vereadores, aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação e à Sociedade Brasileira**. Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Nota-Pública-do-CNE-Identidade-de-Gênero-9-2015.pdf>> Acesso em 10 jan. 2018.

MIRANDA, Cynthia Mara. El incómodo debate de las cuestiones de género en la educación brasileña. **Revista Científica de Educación y Comunicación**. Hachetepé, v. 14, p. 87-98, 2017.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, v. 11, n. 21, 2009.

MORENO, Rachel. Brasil: La mujer y los medios en Brasil. In: CHAER, Sandra (Org.). **Políticas públicas de comunicación y género en América Latina: un camino por recorrer**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Comunicación Para La Igualdad Ediciones, 2014. p. 31-42.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENEDETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis RJ: Vozes, 2008. p. 143-170.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico. **Revista Eptic**, v. 7, n. 1, 2005.

MURAL DO TOCANTINS. **Marcos Feliciano é alvo de protestos em evento sobre ideologia de gênero em Palmas**. 2016a. Disponível em: Disponível em: <<http://www.muraldotocantins.com/2016/02/marcos-feliciano-e-alvo-de-protestos-em.html>> Acesso em 11 dez. 2017.

MURAL DO TOCANTINS. **Câmara Municipal de Palmas mantém veto a discussão de gênero em escolas**. 2016b. Disponível em: <<http://www.muraldotocantins.com/2016/03/camara-municipal-de-palmas-mantem-veto.html>> Acesso em 11 dez. 2017.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro De. As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. 73-120 p.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

O GIRASSOL. **Defensoria requer justificativa da Prefeitura de Palmas sobre veto da discussão de ideologia de gênero nas escolas.** 2016a Disponível em: <<http://www.ogirassol.com.br/geral/defensoria-requer-justificativa-da-prefeitura-de-palmas-sobre-veto-da-discussao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas>> Acesso em 11 dez. 2017.

OAB TO. Comissão de Direitos Humanos da OAB repudia uso de termo “ideologia de gênero” em evento em Palmas. 2016. Disponível em: <<https://oabto.org.br/noticia-2021-comiss-o-de-direitos-humanos-da-oab-repudia-uso-de-termo-ideologia-de-g-nero-em-evento-em-palmas>> Acesso em 25 ago. 2016.

PALMAS AQUI. **Amastha quer maquiagem ideologia de gênero. Palmas.** 2016. Disponível em: <<https://palmasaqui.blogspot.com.br/2016/03/amastha-quer-maquiagem-ideologia-de-genero.html>> Acesso em 11 dez. 2017.

PALMAS. Lei nº 2.238, de 19 de janeiro de 2016. **Institui o Plano Municipal de Educação de Palmas e dá outras providências.** Palmas, jan. 2016. Disponível em: <http://diariooficial.palmas.to.gov.br/media/diario/1424-19-1-2016-19-18-51.pdf> Acesso em: 20 abr. 2017.

PALMAS. Medida Provisória nº 6, de 14 de março de 2016b. Altera no Anexo Único à Lei nº 2.238, de 19 de janeiro de 2016, na Meta 5, as redações das estratégias 5.24 e 5.2. Diário Oficial do Município de Palmas. Edição 1461. P. 1. Disponível em: <<http://diariooficial.palmas.to.gov.br/media/diario/1461-14-3-2016-19-25-14.pdf>> Acesso em 04 abr. 2017.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. **Formação sócio-histórica do Brasil: desenvolvimento, diversidade e desigualdades sob o signo da contradição.** Texto didático produzido para o curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) da Universidade Federal do Tocantins. 2015.

PORTAL DO AMARAL. **Com plenário lotado, Câmara de Palmas aprova suspensão de livros com ideologia de gênero.** 2016. Disponível em: <<http://portaldoamaral.com.br/com-plenario-lotado-camara-de-palmas-aprova-suspensao-de-livros-com-ideologia-de-genero/>> Acesso em 25 ago. 2017.

PORTAL NA BOCA DO POVO. **Questão de Gênero: Câmara de Palmas mantém veto, vereadores destacam diálogo do prefeito e criticam politicagem de opositoristas.** 2016. Disponível em: <<http://www.portalnabocadopovo.com.br/2016/03/15/questao-de-genero-camara-de-palmas-mantem-veto-vereadores-destacam-dialogo-do-prefeito-e-criticam-politicagem-de-oposicionistas/>> Acesso em 11 dez. 2017.

PORTAL O NORTE. **Marcos Feliciano é alvo de protestos em evento sobre ideologia de gênero em Palmas.** 2016. Disponível em: Disponível em: <<http://www.portalnorte.com.br/politica-79775-em-palmas-deputado-marcos-feliciano-e-alvo-de-protestos.html>> Acesso em 25 ago. 2016.

PORTAL STYLO. **MP que proíbe discussão de ideologia de gênero nas escolas é aprovada na Câmara.** 2016. Disponível em: <<http://www1.portalstylo.com.br/noticia-56121-mp-que-proibe-discussao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas-e-aprovada-na-camara>> Acesso em 11 dez. 2017.

RADIO PAZ. **Com plenário lotado, Câmara de Palmas aprova suspensão de livros com ideologia de gênero.** 2016. Disponível em: < <http://radiopazpalmas.com.br/home/com-plenario-lotado-camara-de-palmas-aprova-suspensao-de-livros-do-mec-com-ideologia-de-genero/> > Acesso em 25 ago. 2017.

REDE TO. **Prefeito terá que explicar proibição à discussão de gênero na rede municipal.** 2016a. Disponível em: < <http://www.redeto.com.br/noticia-21828-prefeito-tera-que-explicar-proibicao-a-discussao-de-genero-na-rede-municipal.html#.WQmzYkXyvIU> > Acesso em 11 dez. 2017.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 179-183, 2005. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100012&lng=en&nrm=iso) > Acesso em 31 ago 2016.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: Nota sobre a "economia política" do sexo. **Sos Corpo**, Recife, p.1-32, mar. 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. V. 20, n.2, p.71-99, Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 2007. p. 73-102.

T1 NOTÍCIAS. **Sem contemplar diversidade, Plano Estadual de Educação é protocolado na AL.** 2015. Disponível em <https://www.t1noticias.com.br/estado/sem-contemplar-diversidade-plano-estadual-de-educacao-e-protocolado-na-al/67235/> Acesso em 05 mar. 2017

T1 NOTÍCIAS. **Palmas é a 1ª cidade do TO a baixar MP que proíbe debater diversidade na escola.** 2016a. Disponível em: <<https://www.t1noticias.com.br/cidades/palmas-e-a-1%C2%AA-cidade-do-to-a-baixar-mp-que-proibe-debater-diversidade-na-escola/74108/>> Acesso em 11 dez. 2017.

T1 NOTÍCIAS. **Sinet repudia MP que veta discussão desonre gênero e diversidade nas escolas.** 2016b. Disponível em: <<http://www.t1noticias.com.br/cidades/sinet-repudia-mp-que-veta-discussao-desonre-genero-e-diversidade-nas-escolas/74202/>> Acesso em 11 dez. 2017.

T1 NOTÍCIAS. **OAB promove em Palmas audiência para debater discussão de gênero nas escolas.** 2016c. Disponível em: <<https://www.t1noticias.com.br/estado/oab-promove-em-palmas-audiencia-para-debater-discussao-de-genero-nas-escolas/74704/>> Acesso em 25 ago. 2017.

T1 NOTÍCIAS. **Cresce cobrança por ação contra medida que proíbe discussão de gênero em escolas.** 2016d. Disponível em:< <https://www.t1noticias.com.br/cidades/lei-que-impede-discussao-de-genero-nas-escolas-levanta-embate-na-oabto/74828/> > Acesso em 28 nov. 2017.

T1 NOTÍCIAS. **A OAB diante do espelho, ou: o primeiro desafio da gestão protagonista.** 2016e. Disponível em: <<http://www.t1noticias.com.br/minhaopiniaio/>> Acesso em 28 nov. 2017.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

TOCANTINS. **Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências.** Diário Oficial do Estado do Tocantins. No 4.411. Ano XXVII - Palmas, 09 de Julho de 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são.** Vol. 1. Florianópolis: Editora Insular. 2005.

VENCATO, Anna Paula. Diferenças na Escola In: MISKOLCI, Richard, LEITE JR, Jorge. **Diferenças na Educação: outros aprendizados.** 1 ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 19-56.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A – QUADRO DAS NOTÍCIAS COLETADAS**

<b>Nº</b>	<b>Termo Busca</b>	<b>Data Publicação</b>	<b>Título</b>	<b>Nome do site</b>	<b>Link</b>	<b>Tipo</b>	<b>Escopo</b>
1.	Ideologia de Gênero Palmas	03/02/2016	Pastor Marco Feliciano estará neste mês em Palmas debatendo ‘ideologia de gênero’	Atitude Tocantins	<a href="http://www.atitudeto.com.br/pastor-marco-feliciano-estara-neste-mes-em-palmas-debatendo-ideologia-de-genero/">http://www.atitudeto.com.br/pastor-marco-feliciano-estara-neste-mes-em-palmas-debatendo-ideologia-de-genero/</a>	Jornalístico	Religioso
2.	Ideologia de Gênero Palmas	12/02/2016	Vereadores João Campos e Milton Neres, dizem não aos livros do MEC	CNN Gospel	<a href="http://www.cnnospel.com.br/index.php/2016/02/12/ideologia-de-genero/">http://www.cnnospel.com.br/index.php/2016/02/12/ideologia-de-genero/</a>	Jornalístico	Religioso
3.	Ideologia de Gênero Palmas	18/02/2016	Livros didáticos que falam sobre união entre gays geram polêmica no TO	G1 Tocantins	<a href="http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/02/livros-didaticos-que-falam-sobre-uniao-entre-gays-geram-polemica-no.html">http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/02/livros-didaticos-que-falam-sobre-uniao-entre-gays-geram-polemica-no.html</a>	Jornalístico	Não Religioso
4.	Ideologia de Gênero Palmas	18/02/2016	Marcos Feliciano é alvo de protestos em evento sobre ideologia de gênero	G1 Tocantins	<a href="http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/02/marcos-feliciano-e-alvo-de-protestos-em-evento-sobre-ideologia-de-genero.html">http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/02/marcos-feliciano-e-alvo-de-protestos-em-evento-sobre-ideologia-de-genero.html</a>	Jornalístico	Não Religioso
5.	Discussão de Gênero	19/02/2016	Em Palmas, deputado Marcos Feliciano é alvo de	Portal do Norte	<a href="http://www.portalnorte.com.br/politica-">http://www.portalnorte.com.br/politica-</a>	Jornalístico	Não Religioso

	em Palmas		protestos		<a href="http://www.muraldotocantins.com/2016/02/marcos-feliciano-e-alvo-de-protestos.html">79775-em-palmas-deputado-marcos-feliciano-e-alvo-de-protestos.html</a>		
6.	Ideologia de Gênero Palmas	19/02/2016	Marcos Feliciano é alvo de protestos em evento sobre ideologia de gênero em Palmas	Mural do Tocantins	<a href="http://www.muraldotocantins.com/2016/02/marcos-feliciano-e-alvo-de-protestos-em.html">http://www.muraldotocantins.com/2016/02/marcos-feliciano-e-alvo-de-protestos-em.html</a>	Jornalístico	Não Religioso
7.	Discussão de Gênero em Palmas	23/02/2016	Com plenário lotado, Câmara de Palmas aprova suspensão de livros com ideologia de gênero	Portal do Amaral	<a href="http://portaldoamaral.com.br/com-plenario-lotado-camara-de-palmas-aprova-suspensao-de-livros-com-ideologia-de-genero/">http://portaldoamaral.com.br/com-plenario-lotado-camara-de-palmas-aprova-suspensao-de-livros-com-ideologia-de-genero/</a>	Jornalístico	Não Religioso
8.	Ideologia de Gênero Palmas	23/02/2016	Com plenário lotado, Câmara de Palmas aprova suspensão de livros do MEC com ideologia de gênero	Radio Paz	<a href="http://radiopazpalmas.com.br/home/com-plenario-lotado-camara-de-palmas-aprova-suspensao-de-livros-do-mec-com-ideologia-de-genero/">http://radiopazpalmas.com.br/home/com-plenario-lotado-camara-de-palmas-aprova-suspensao-de-livros-do-mec-com-ideologia-de-genero/</a>	Jornalístico	Religioso
9.	Ideologia de Gênero Palmas	24/02/2016	Câmara de Palmas aprova suspensão de livros que trazem ideologia de gênero	AF Notícias	<a href="http://afnoticias.com.br/vereadores-aprovam-suspensao-de-livros-com-ideologia-de-genero-em-palmas/">http://afnoticias.com.br/vereadores-aprovam-suspensao-de-livros-com-ideologia-de-genero-em-palmas/</a>	Jornalístico	Não Religioso
10.	Ideologia de Gênero	01/03/2016	Para Eli Borges, debate da ideologia de gênero nas	Cleber Toledo	<a href="http://acervo.clebertoledo.com.br/politica/201">http://acervo.clebertoledo.com.br/politica/201</a>	Jornalístico	Não Religioso

	Palmas		escolas fere Constituição		<a href="http://www.clebertoledo.com.br/n75832-para-eli-borges-debate-da-ideologia-de-genero-nas-escolas-fere-constituicao">6/03/01/75832-para-eli-borges-debate-da-ideologia-de-genero-nas-escolas-fere-constituicao</a>		
11.	Discussão de Gênero em Palmas	10/03/2016	Amastha garante que escolas de Palmas não abordarão questão de gênero	Cleber Toledo	<a href="http://www.clebertoledo.com.br/n76079">http://www.clebertoledo.com.br/n76079</a>	Jornalístico	Não Religioso
12.	Ideologia de Gênero Palmas	10/03/2016	Amastha quer maquiar ideologia de gênero	Palmas Aqui	<a href="https://palmasaqui.blogspot.com.br/2016/03/amastha-quer-maquiar-ideologia-de-genero.html">https://palmasaqui.blogspot.com.br/2016/03/amastha-quer-maquiar-ideologia-de-genero.html</a>	Jornalístico	Não Religioso
13.	Ideologia de Gênero Palmas	10/03/2016	Defensoria Pública defende cartilha com temáticas relativas a questões de gênero	Atitude Tocantins	<a href="http://www.atitudeto.com.br/defensoria-publica-defende-cartilha-com-tematicas-relativas-a-questoes-de-genero/">http://www.atitudeto.com.br/defensoria-publica-defende-cartilha-com-tematicas-relativas-a-questoes-de-genero/</a>	Jornalístico	Religioso
14.	Ideologia de Gênero Palmas	10/03/2016	Segundo Amastha, questões sobre Ideologia de Gênero não serão discutidas nas escolas de Palmas	Portal Stylo	<a href="http://www.portalstylo.com.br/noticia-55832-segundo-amastha-questoes-sobre-ideologia-de-genero-nao-serao-discutidas-nas-escolas-de-palmas">http://www.portalstylo.com.br/noticia-55832-segundo-amastha-questoes-sobre-ideologia-de-genero-nao-serao-discutidas-nas-escolas-de-palmas</a>	Jornalístico	Não Religioso
15.	Gênero e Plano Municipal	11/03/2016	Para Geo, ao vetar Plano de Educação, prefeitura quer retirar sua	Cleber Toledo	<a href="http://www.clebertoledo.com.br/n76108">http://www.clebertoledo.com.br/n76108</a>	Jornalístico	Não Religioso

	de Educação Palmas		responsabilidade				
16.	Ideologia de Gênero Palmas	15/03/2016	Após polêmica e pressão de líderes religiosos, Medida Provisória vedando a utilização de material didático sobre "ideologia de gênero" nas escolas é publicada	Conexão Tocantins	<a href="http://conexaoto.com.br/2016/03/15/apos-polemica-e-pressao-de-lideres-religiosos-medida-provisoria-vedando-a-utilizacao-de-material-didatico-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-e-publicada">http://conexaoto.com.br/2016/03/15/apos-polemica-e-pressao-de-lideres-religiosos-medida-provisoria-vedando-a-utilizacao-de-material-didatico-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-e-publicada</a>	Jornalístico	Não Religioso
17.	Gênero e Plano Municipal de Educação Palmas	15/03/2016	Com 11 votos vereadores mantem vetos do governo de palmas ao plano municipal da educacao	Conexão Tocantins	<a href="http://conexaoto.com.br/2016/03/15/com-11-votos-veredores-mantem-vetos-do-governo-de-palmas-ao-plano-municipal-da-educacao">http://conexaoto.com.br/2016/03/15/com-11-votos-veredores-mantem-vetos-do-governo-de-palmas-ao-plano-municipal-da-educacao</a>	Jornalístico	Não Religioso
18.	Gênero e Plano Municipal de Educação Palmas	15/03/2016	Palmas é a 1ª cidade do TO a baixar MP que proíbe debater diversidade na escola	T1 Notícias	<a href="https://www.t1noticias.com.br/cidades/palmas-e-a-1%C2%AA-cidade-do-to-a-baixar-mp-que-proibe-debater-diversidade-na-escola/74108/">https://www.t1noticias.com.br/cidades/palmas-e-a-1%C2%AA-cidade-do-to-a-baixar-mp-que-proibe-debater-diversidade-na-escola/74108/</a>	Jornalístico	Não Religioso
19.	Ideologia de Gênero Palmas	15/03/2016	Pastor Joaquim Ferreira diz que MP retirando ideologia de gênero foi	JM Notícia	<a href="http://www.jmnoticia.com.br/2016/03/15/7618/">http://www.jmnoticia.com.br/2016/03/15/7618/</a>	Jornalístico	Religioso

## conquista da população

20.	Medida Provisória proíbe Discussão de Gênero em Palmas	15/03/2016	Prefeito proíbe discussão sobre diversidade nas escolas de Palmas	Amazonia ao Vivo	<a href="http://www.amazoniaaovivo.com.br/tocantins/noticia/prefeito-proibe-discussao-sobre-diversidade-nas-escolas-de-palmas/147442">http://www.amazoniaaovivo.com.br/tocantins/noticia/prefeito-proibe-discussao-sobre-diversidade-nas-escolas-de-palmas/147442</a>	Jornalístico	Não Religioso
21.	Medida Provisória proíbe Discussão de Gênero em Palmas	15/03/2016	Prefeito proíbe discussão sobre diversidade nas escolas de Palmas	G1 Tocantins	<a href="http://g1-globo.com/to/tocantins/noticia/2016/03/prefeito-quer-proibir-discussao-sobre-diversidade-nas-escolas-de-palmas.html#">http://g1-globo.com/to/tocantins/noticia/2016/03/prefeito-quer-proibir-discussao-sobre-diversidade-nas-escolas-de-palmas.html#</a>	Jornalístico	Não Religioso
22.	Discussão de Gênero em Palmas	15/03/2016	Questão de Gênero :Câmara de Palmas mantém veto, vereadores destacam diálogo do prefeito e criticam politicagem de opositoristas	Portal na Boca do Povo	<a href="http://www.portalnabocadopovo.com.br/2016/03/15/questao-de-genero-camara-de-palmas-mantem-veto-vereadores-destacam-dialogo-do-prefeito-e-criticam-politicagem-de-oposicionistas/">http://www.portalnabocadopovo.com.br/2016/03/15/questao-de-genero-camara-de-palmas-mantem-veto-vereadores-destacam-dialogo-do-prefeito-e-criticam-politicagem-de-oposicionistas/</a>	Jornalístico	Não Religioso
23.	Discussão de Gênero em Palmas	15/03/2016	Vereadores discutem MP que veta "ideologia de gênero" nas escolas de Palmas e criticam prioridades	Conexão Tocantins	<a href="http://conexaoto.com.br/2016/03/15/vereadores-discutem-mp-que-veta-ideologia-de-genero-nas-escolas-de">http://conexaoto.com.br/2016/03/15/vereadores-discutem-mp-que-veta-ideologia-de-genero-nas-escolas-de</a>	Jornalístico	Não Religioso

					<u>palmas-e-criticam-prioridades</u>		
					<u>http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/noticias/politica/vereadores-mant%C3%A9m-veto-sobre-discuss%C3%A3o-de-ideologia-de-g%C3%AAnero-nas-escolas-1.1052487</u>		
24.	Ideologia de Gênero Palmas	15/03/2016	Vereadores mantêm veto sobre discussão de ideologia de gênero nas escolas	Jornal do Tocantins		Jornalístico	Não Religioso
25.	Ideologia de Gênero Palmas	16/03/2016	"Nossa Luta era ideológica, não política" diz pastor João Campos sobre ideologia de gênero	JM Notícia		Jornalístico	Religioso
26.	Ideologia de Gênero Palmas	16/03/2016	A batalha épica da ideologia de gênero na Câmara de Palmas	JM Notícia	<u>http://www.jmnoticia.com.br/2016/03/16/7723/</u>	Jornalístico	Religioso
27.	Discussão de Gênero em Palmas	16/03/2016	Câmara de Palmas aprova proibição de livros sobre discussão de gênero	G1 Tocantins	<u>http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/03/camara-de-palmas-aprova-proibicao-de-livros-sobre-ideologia-de-genero.html</u>	Jornalístico	Não Religioso
28.	Discussão de Gênero em Palmas	16/03/2016	Câmara de Palmas aprova proibição de livros sobre ideologia de gênero	Amazonia ao Vivo	<u>http://www.amazoniao vivo.com/tocantins/noticia/camara-de-palmas-aprova-proibicao-de-livros-</u>	Jornalístico	Não Religioso

					<a href="http://www.muraldotocantins.com/2016/03/camara-municipal-de-palmas-mantem-veto.html">sobre-ideologia-de-genero/147509</a>		
29.	Discussão de Gênero em Palmas	16/03/2016	Câmara Municipal de Palmas mantém veto a discussão de gênero em escolas	Mural do Tocantins	<a href="http://www.muraldotocantins.com/2016/03/camara-municipal-de-palmas-mantem-veto.html">http://www.muraldotocantins.com/2016/03/camara-municipal-de-palmas-mantem-veto.html</a>	Jornalístico	Não Religioso
30.	Ideologia de Gênero Palmas	17/03/2016	T1 Notícias   Sintet repudia MP que veta discussão de gênero e diversidade nas escolas	T1 Notícias	<a href="http://www.t1noticias.com.br/cidades/sintet-repudia-mp-que-veta-discussao-de-genero-e-diversidade-nas-escolas/74202/">http://www.t1noticias.com.br/cidades/sintet-repudia-mp-que-veta-discussao-de-genero-e-diversidade-nas-escolas/74202/</a>	Jornalístico	Não Religioso
31.	Ideologia de Gênero Palmas	21/03/2016	Defensoria quer que prefeitura justifique veto a debate sobre gênero	Cleber Toledo	<a href="http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/03/21/76423-defensoria-quer-que-prefeitura-justifique-veto-a-debate-sobre-genero">http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/03/21/76423-defensoria-quer-que-prefeitura-justifique-veto-a-debate-sobre-genero</a>	Jornalístico	Não Religioso
32.	Discussão de Gênero em Palmas	21/03/2016	Defensoria requer justificativa da Prefeitura de Palmas sobre veto da discussão de ideologia de gênero nas escolas	O Girassol	<a href="http://www.ogirassol.com.br/geral/defensoria-requer-justificativa-da-prefeitura-de-palmas-sobre-veto-da-discussao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas">http://www.ogirassol.com.br/geral/defensoria-requer-justificativa-da-prefeitura-de-palmas-sobre-veto-da-discussao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas</a>	Jornalístico	Não Religioso
33.	Ideologia de Gênero	21/03/2016	Núcleo da Diversidade Sexual requer justificativa	Conexão Tocantins	<a href="http://conexaoto.com.br/2016/03/21/nucleo-">http://conexaoto.com.br/2016/03/21/nucleo-</a>	Jornalístico	Não Religioso

	Palmas		da Prefeitura de Palmas sobre veto da discussão de ideologia de gênero nas escolas		<a href="#">da-diversidade-sexual-requer-justificativa-da-prefeitura-de-palmas-sobre-veto-da-discussao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas</a>		
34.	Proibição da discussão de gênero em Palmas	21/03/2016	Prefeito terá que explicar proibição à discussão de gênero na rede municipal	Rede TO	<a href="http://www.redeto.com.br/noticia-21828-prefeito-tera-que-explicar-proibicao-a-discussao-de-genero-na-rede-municipal.html#.WQmzYkXyvIU">http://www.redeto.com.br/noticia-21828-prefeito-tera-que-explicar-proibicao-a-discussao-de-genero-na-rede-municipal.html#.WQmzYkXyvIU</a>	Jornalístico	Não Religioso
35.	Discussão de Gênero em Palmas	23/03/2016	MP que proíbe discussão de ideologia de gênero nas escolas é aprovada na Câmara	Portal Stylo	<a href="http://www1.portalstylo.com.br/noticia-56121-mp-que-proibe-discussao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas-e-aprovada-na-camara">http://www1.portalstylo.com.br/noticia-56121-mp-que-proibe-discussao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas-e-aprovada-na-camara</a>	Jornalístico	Não Religioso
36.	Medida Provisória proíbe Discussão de Gênero em Palmas	24/03/2016	OAB solicita documentos de medida que proíbe discussão de gênero nas escolas	Jornal do Tocantins	<a href="http://www.jornaldotocantins.com.br/editoriais/vida-urbana/oab-sol%C3%ADcita-documentos-de-medida-que-pro%C3%ADbe-discuss%C3%A3o-de-">http://www.jornaldotocantins.com.br/editoriais/vida-urbana/oab-sol%C3%ADcita-documentos-de-medida-que-pro%C3%ADbe-discuss%C3%A3o-de-</a>	Jornalístico	Não Religioso

					<a href="#">g%C3%AAnero-nas-escolas-1.1057587</a>		
37.	Ideologia de Gênero Palmas	28/03/2016	Um certo gênero de Defensoria - Esclarecimentos sobre a questão da ideologia de gênero nas escolas	CNN Gospel	<a href="http://www.cnnospel.com.br/index.php/2016/03/28/um-certo-genero-de-defensoria/">http://www.cnnospel.com.br/index.php/2016/03/28/um-certo-genero-de-defensoria/</a>	Jornalístico	Religioso
38.	Discussão de Gênero em Palmas	29/03/2016	Sinet deve ingressar com ação judicial para barrar MP que veda discussão sobre ideologia de gênero	CBN Tocantins	<a href="http://www.cbntocantins.com.br/programas/cbn-tocantins/cbn-tocantins-1.318013/sinet-deve-ingressar-com-a%C3%A7%C3%A3o-judicial-para-barrar-mp-que-veda-discuss%C3%A3o-sobre-ideologia-de-g%C3%AAnero-1.1060364">http://www.cbntocantins.com.br/programas/cbn-tocantins/cbn-tocantins-1.318013/sinet-deve-ingressar-com-a%C3%A7%C3%A3o-judicial-para-barrar-mp-que-veda-discuss%C3%A3o-sobre-ideologia-de-g%C3%AAnero-1.1060364</a>	Jornalístico	Religioso
39.	Ideologia de Gênero Palmas	31/03/2016	Deputado do TO propõe proibição do ensino e apresentação de conteúdo sobre ideologia de gênero	JM Notícia		Jornalístico	Religioso
40.	Discussão de Gênero em Palmas	07/04/2016	OAB promove em Palmas audiência para debater discussão de gênero nas escolas	T1 Notícias	<a href="https://www.t1noticias.com.br/estado/oab-promove-em-palmas-audiencia-para-debater-discussao-de-genero-nas-">https://www.t1noticias.com.br/estado/oab-promove-em-palmas-audiencia-para-debater-discussao-de-genero-nas-</a>	Jornalístico	Não Religioso

					<a href="http://www.redeto.com.br/noticia-22056-audiencia-discute-veto-a-discussao-de-genero-em-escolas.html">escolas/74704/ http://www.redeto.com.br/noticia-22056-audiencia-discute-veto-a-discussao-de-genero-em-escolas.html</a>		
41.	Discussão de Gênero em Palmas	11/04/2016	Audiência discute veto à discussão de gênero em escolas	Rede TO	<a href="http://www.redeto.com.br/noticia-22056-audiencia-discute-veto-a-discussao-de-genero-em-escolas.html">http://www.redeto.com.br/noticia-22056-audiencia-discute-veto-a-discussao-de-genero-em-escolas.html</a>	Jornalístico	Não Religioso
42.	Medida Provisória proíbe Discussão de Gênero em Palmas	11/04/2016	OAB promove audiência para debater proibição da discussão de gênero nas escolas de Palmas	Conexão Tocantins	<a href="http://conexaoto.com.br/2016/04/11/oab-promove-audiencia-para-debater-proibicao-de-discussao-de-genero-nas-escolas-de-palmas">http://conexaoto.com.br/2016/04/11/oab-promove-audiencia-para-debater-proibicao-de-discussao-de-genero-nas-escolas-de-palmas</a>	Jornalístico	Não Religioso
43.	Discussão de Gênero em Palmas	12/04/2016	Audiência sobre proibição de discussão de gênero nas escolas ocorre nesta terça	Cleber Toledo	<a href="http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/04/12/77124-audiencia-sobre-proibicao-de-discussao-de-genero-nas-escolas-ocorre-nesta-terca">http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/04/12/77124-audiencia-sobre-proibicao-de-discussao-de-genero-nas-escolas-ocorre-nesta-terca</a>	Jornalístico	Não Religioso
44.	Discussão de Gênero em Palmas	12/04/2016	Cresce cobrança por ação contra medida que proíbe discussão de gênero em escolas	T1 Notícias	<a href="https://www.t1noticias.com.br/cidades/lei-que-impede-discussao-de-genero-nas-escolas-levanta-embate-na-oabto/74828/">https://www.t1noticias.com.br/cidades/lei-que-impede-discussao-de-genero-nas-escolas-levanta-embate-na-oabto/74828/</a>	Jornalístico	Não Religioso
45.	Discussão de Gênero	13/04/2016	A OAB diante do espelho, ou: o primeiro desafio da	T1 Notícias	<a href="http://www.t1noticias.com.br/minhaopiniao/">http://www.t1noticias.com.br/minhaopiniao/</a>	Jornalístico	Não Religioso

	em Palmas		gestão protagonista				
46.	Ideologia de Gênero Palmas	13/04/2016	Comissões pedem que OAB ingresse com ação para derrubar lei municipal	Cleber Toledo	<a href="http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/04/13/77193-comissoes-pedem-que-oab-ingresse-com-acao-para-derrubar-lei-municipal">http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/04/13/77193-comissoes-pedem-que-oab-ingresse-com-acao-para-derrubar-lei-municipal</a>	Jornalístico	Não Religioso
47.	Discussão de Gênero em Palmas	13/04/2016	Em audiência pública aberta, OAB amplia debate sobre proibição de discussão de gêneros nas escolas municipais	Conexão Tocantins	<a href="http://conexaoto.com.br/2016/04/13/em-audiencia-publica-aberta-oab-amplia-debate-sobre-proibicao-de-discussao-de-generos-nas-escolas-municipais">http://conexaoto.com.br/2016/04/13/em-audiencia-publica-aberta-oab-amplia-debate-sobre-proibicao-de-discussao-de-generos-nas-escolas-municipais</a>	Jornalístico	Não Religioso
48.	Discussão de Gênero em Palmas	13/04/2016	OAB realiza audiência pública para debater o ensino de gênero e diversidade nas escolas de Palmas	JM Notícia	<a href="https://www.jmnoticia.com.br/2016/04/13/oab-realiza-audiencia-publica-para-debater-o-ensino-de-genero-e-diversidade-nas-escolas-da-capital/">https://www.jmnoticia.com.br/2016/04/13/oab-realiza-audiencia-publica-para-debater-o-ensino-de-genero-e-diversidade-nas-escolas-da-capital/</a>	Jornalístico	Religioso
49.	Discussão de Gênero em Palmas	13/04/2016	Polêmica na discussão de gêneros nas escolas - Jornal do Tocantins	Jornal do Tocantins	<a href="http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/pol%C3%AAmica-na-discuss%C3%A3o-de-">http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/pol%C3%AAmica-na-discuss%C3%A3o-de-</a>	Jornalístico	Não Religioso

					<a href="http://afnoticias.com.br/defensoria-diz-que-e-preciso-falar-sobre-ideologia-de-genero-e-diversidade-nas-escolas/">g%C3%AAneros-nas-escolas-1.1068401</a>		
50.	Discussão de Gênero em Palmas	14/04/2016	Defensoria Publica diz que é preciso falar sobre ideologia de genero e diversidade nas escolas	AF Notícias	<a href="http://afnoticias.com.br/defensoria-diz-que-e-preciso-falar-sobre-ideologia-de-genero-e-diversidade-nas-escolas/">http://afnoticias.com.br/defensoria-diz-que-e-preciso-falar-sobre-ideologia-de-genero-e-diversidade-nas-escolas/</a>	Jornalístico	Não Religioso
51.	Discussão de Gênero em Palmas	14/04/2016	É preciso falar de gênero e diversidade na escola, sustenta Defensora Pública	Atitude Tocantins	<a href="http://www.atitudeto.com.br/e-preciso-falar-de-genero-e-diversidade-na-escola-sustenta-defensora-publica/">http://www.atitudeto.com.br/e-preciso-falar-de-genero-e-diversidade-na-escola-sustenta-defensora-publica/</a>	Jornalístico	Religioso
52.	Discussão de Gênero em Palmas	14/04/2016	É preciso falar de gênero e diversidade na escola, sustenta Defensora Pública	O Girassol	<a href="http://www.ogirassol.com.br/justica/e-preciso-falar-de-genero-e-diversidade-na-escola-sustenta-defensora-publica">http://www.ogirassol.com.br/justica/e-preciso-falar-de-genero-e-diversidade-na-escola-sustenta-defensora-publica</a>	Jornalístico	Não Religioso
53.	Ideologia de Gênero Palmas	14/04/2016	Em audiência pública aberta, OAB amplia debate sobre proibição de discussão de gêneros nas escolas municipais	Atitude Tocantins	<a href="http://www.atitudeto.com.br/em-audiencia-publica-aberta-oab-amplia-debate-sobre-proibicao-de-discussao-de-generos-nas-escolas-municipais/">http://www.atitudeto.com.br/em-audiencia-publica-aberta-oab-amplia-debate-sobre-proibicao-de-discussao-de-generos-nas-escolas-municipais/</a>	Jornalístico	Religioso
54.	Discussão de Gênero	14/04/2016	Em audiência pública aberta, OAB amplia debate	T1 Notícias		Jornalístico	Não Religioso

	em Palmas		sobre proibição de discussão de gêneros nas escolas municipais				
55.	Gênero e Plano Municipal de Educação Palmas	14/04/2016	OAB promove debate sobre ideologia de gênero, Pastor João Campos participa	DG Gospel	<a href="http://dgospel.com.br/portal/?p=6066">http://dgospel.com.br/portal/?p=6066</a>	Jornalístico	Religioso
56.	Proibição da discussão de gênero em Palmas	14/04/2016	Pastor João Campos participa de debate promovido pela OAB sobre ideologia de gênero	JM Notícia	<a href="https://www.jmnoticia.com.br/2016/04/14/pastor-joao-campos-participa-de-debate-promovido-pela-oab-sobre-ideologia-de-genero/">https://www.jmnoticia.com.br/2016/04/14/pastor-joao-campos-participa-de-debate-promovido-pela-oab-sobre-ideologia-de-genero/</a>	Jornalístico	Religioso
57.	Medida Provisória proíbe Discussão de Gênero em Palmas	29/04/2016	OAB ingressará com ADI contra lei que proíbe qualquer discussão de gêneros nas escolas municipais - Conexão Tocantins - Portal de Notícias	Conexão Tocantins	<a href="http://conexaoto.com.br/2016/04/29/oab-ingressara-com-adi-contra-lei-que-proibe-qualquer-discussao-de-generos-nas-escolas-municipais">http://conexaoto.com.br/2016/04/29/oab-ingressara-com-adi-contra-lei-que-proibe-qualquer-discussao-de-generos-nas-escolas-municipais</a>	Jornalístico	Não Religioso
58.	Gênero e Plano Municipal de Educação Palmas	30/04/2016	OAB-TO ingressa com ADI contra lei municipal de discussão de gênero - Jornal do Tocantins	Jornal do Tocantins	<a href="http://www.jornaldotocantins.com.br/editoriais/noticias/politica/oab-to-ingressa-com-adi-contra-lei-municipal-de-discuss%C3%A3o-de-g%C3%AAnero-">http://www.jornaldotocantins.com.br/editoriais/noticias/politica/oab-to-ingressa-com-adi-contra-lei-municipal-de-discuss%C3%A3o-de-g%C3%AAnero-</a>	Jornalístico	Não Religioso

1.1078439

59.	Proibição da discussão de gênero em Palmas	30/04/2016	OAB-TO vai ao TJTO contra lei que proíbe discussão de gêneros nas escolas municipais de Palmas	Cleber Toledo	<a href="http://www.clebertoledo.com.br/n77741">http://www.clebertoledo.com.br/n77741</a>	Jornalístico	Não Religioso
60.	Discussão de Gênero em Palmas	22/07/2016	OAB questiona inconstitucionalidade da lei que proíbe discussão de gênero	T1 Notícias	<a href="http://www.t1noticias.com.br/cidades/oab-questiona-inconstitucionalidade-da-lei-que-proibe-discussao-de-genero/77533/">http://www.t1noticias.com.br/cidades/oab-questiona-inconstitucionalidade-da-lei-que-proibe-discussao-de-genero/77533/</a>	Jornalístico	Não Religioso
61.	Discussão de Gênero em Palmas	07/10/2016	Justiça mantém proibição de discutir ideologia de gênero nas escolas municipais	Portal Stylo	<a href="#">74839/</a>	Jornalístico	Não Religioso
62.	Discussão de Gênero em Palmas	07/10/2016	TJTO mantém lei que veda debate sobre ideologia de gênero nas escolas de Palmas	Cleber Toledo	<a href="http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/10/07/82582-tjto-mantem-lei-que-veda-debate-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-de-palmas">http://acervo.clebertoledo.com.br/estado/2016/10/07/82582-tjto-mantem-lei-que-veda-debate-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-de-palmas</a>	Jornalístico	Não Religioso